

Manaus, Santarem, Rio Branco, Alamos, Pora Vista, Manaus, Porto Velho, Foz de Iguaçu

cadernos do

terceiro mundo

CzS 15,00 • Ano IX • Nº 93

Peru: entre a democracia e o "Sendero"



ARABÉLIA

Vinte e cinco anos de independência
VOLTADA PARA O FUTURO

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263.56.11
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Fuga de cérebros e roubo genético

A fuga de cérebros é um dos problemas mais sérios dos países subdesenvolvidos, que investem seus poucos recursos na formação de cientistas e depois muitos deles são atraídos pelas vantagens e salários oferecidos pelas potências industrializadas. Mas esse não é o único aspecto do problema que merece ser estudado, e sim também o que se refere à necessidade de criar métodos próprios de pesquisa pura e aplicada, para dar resposta às demandas do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Demandas que, em geral, têm pouco em comum com as de nações desenvolvidas.

Esse tema é abordado com documentação abundante por nosso colaborador Claude Alvares, que descreve o processo de transferência de cérebros e a suspensão, por parte dos Estados Unidos, das pesquisas genéticas na Índia de diferentes variedades do arroz. Uma "guerra" científico-tecnológica com muitos pontos

em comum com outras que se travam na América Latina, como as pressões norte-americanas sobre o Brasil pela decisão de fechar o mercado de informática a investimentos estrangeiros. E quanto à nossa capa, dedicada à Argélia, que entra no vigésimo quinto ano de independência, trata-se de uma reportagem sobre um país árabe cuja guerra de libertação se projetou no cenário internacional como um dos principais acontecimentos políticos do pós-guerra. Desde que, em 1973, nosso diretor, Neiva Moreira, esteve em Argel para cobrir a 4ª Conferência de chefes de Estado do Movimento de Países Não-Alinhados e escreveu um amplo trabalho sobre aquele país (no primeiro número desta revista), é a primeira vez que "cadernos do terceiro mundo" tem a oportunidade de voltar a publicar uma análise da evolução política e social da Argélia.

cadernos do
**terceiro
mundo**

**third
world**

cuadernos del
**tercer
mundo**

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)

Redação Permanente: Artur Poerner, Antonio Aragão, Claudia Neiva, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL – Rio de Janeiro

Coordenação de Produção: José Carlos Gondim; **Departamento de Arte:** Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Marco Antonio C. Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima, Isabel Falcão. **Composição:** Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva; **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco; **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

● Edições em Português

Brasil

Diretor: Neiva Moreira

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho – São Paulo; Clovis Sena – Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.

Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 – CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ – Telef:

242-1957 – 222-1370 – Telex: 21-33054 CTMB-BR

Fotolito e Impressão: Ébano Gráfica e Editora Ltda. – Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º – Lisboa – 1200 – Tel.: 32-06-50. Telex: 42720 CTM-TE-P

● Edições em Espanhol

Rio de Prata-Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.: Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A, Gral. Urquiza 3090, Montevideo; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevideo/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bolívia 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios – Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 – Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar

Assinaturas: Berta Arrufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural – Isabel la Católica, 922 México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo. California 98A – Colonia Parque San Andrés, Coyacán. Telef: 689-17-40 – 04040 México, D.F.

● Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 – CEP 20241 – Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbistky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Mariantoni, Alice Nicolau, Ana María Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selsler, Gridvia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Ubal, Otoniel Martínez, Pablo Marfíez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Souza, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Victor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASEI(México), SALPRESS(EI Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAF(A Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News(Estados Unidos), Nueva(Equador), Novembro(Angola), Tempo(Moçambique), Altercom (Itet-México-Chile) e Third World Network(Malásia).

Revista mensal nº 93 – Setembro 1986 – Preço de capa: Cz\$ 15,00

Circulação em 70 países

Capa: A baetê Propaganda

Foto de capa: Agência Keystone

Chile: o começo do fim

Gostaria de parabenizar cadernos do terceiro mundo pela excelente reportagem "Chile, o começo do fim" pela importância do assunto e pelo exemplo (principalmente para os latino-americanos) da luta do povo chileno. Aproveito a oportunidade para dar uma sugestão à editora de cadernos: um número especial contando (...) esses 21 anos de ditadura no Brasil.

(...) Agora aproveito para reclamar um pouco mais de espaço para as culturas do Terceiro Mundo (...).

Atenciosamente, um grande admirador desta revista.

Daniel Silveira H. – Pelotas, RS – Brasil.

O Guia do Terceiro Mundo

Já comprei meu exemplar do Guia do Terceiro Mundo 1986, que embora com um certo atraso, é sempre bem-vindo para os estudantes. Estava fazendo um estudo sobre o petróleo e fui buscar no Guia alguns dos dados que me faltavam. Percebi que um deles, que acredito ser fundamental, não havia: o tipo de lei que regulamenta o controle da extração e comercialização do óleo cru (e o mesmo com relação a outras matérias-primas), em cada país.

Por exemplo, o petróleo no Iraã, Kuwait, Arábia Saudita, é explorado pelo Estado ou por companhias privadas, ou por ambos? Penso que este dado deveria estar incluído na parte dedicada aos índices econômicos de cada país.

Marta Jiménez Cortez – San Angel – México – D.F.



Os mortos do Sendero Luminoso

O massacre de presos políticos ocorrido recentemente em nosso país deveria ser objeto de um artigo de **cadernos do terceiro mundo**, pois não só se tratou de uma clara violação dos direitos humanos (os presos também os têm) como obrigou um governo como o de Alan García — que disfrutava de muita credibilidade — a iniciar uma investigação séria e profunda, se é que pretende continuar gozando do respeito interno e internacional.

María Mercedes Rodríguez Quispe
— Lima — Peru.

Transnacionais

Gostaria de elogiar a qualidade das reportagens dos **cadernos** e aproveitar para sugerir que seja feita uma em torno do desumano e brutal monopólio das transnacionais no Terceiro Mundo, prováveis responsáveis pela introdução e distribuição de ameaças graves como o Bicudo, praga impossível de ser combatida e que se torna o xequi-mate de toda a Cotonicultura do Nordeste.

O "mocó", algodoeiro nativo da região, em cujo solo raso, pedregoso e calcinado nasceu, representa a única cultura adaptada àquele tipo de paisagem, sendo o sustentáculo da economia e base do sistema de exploração do pequeno produtor e responsável por grande número de empregos indiretos (...). Sugiro que a revista **cadernos do terceiro mundo** enfoque o assunto e faça uma reportagem completa a respeito, pois a mesma é séria e possui a coragem que parece faltar aos nossos políticos, governantes e meios de comunicação.

Eugênio Pac. Pereira — RN — Brasil.

Os palestinos, sempre esquecidos

Quando a OLP saiu de Beirute, a opinião pública internacional estava comovida pela heróica resistência ao cerco israelense; com os massacres posteriores de Sabra e Shatila cresceu ainda mais o apoio à causa de Yasser Arafat e seu povo. Contudo, depois de alguns meses o tema da resistência palestina foi caindo no esquecimento e agora só se fala dela

quando é associada à suposta responsabilidade em atentados terroristas. Torna-se necessária uma análise documentada e séria sobre a vida da população civil palestina que permaneceu no Líbano nos campos de refugiados e que agora é vítima da violência local e sobre a situação real da OLP, da qual só se podem ler notícias na imprensa internacional quando se trata de dar espaço às divergências entre os diferentes grupos que a compõem.

Julián Gerardo Buonanno — Salta — República Argentina.



O dia-a-dia de um palestino no campo de Shatila

Estudante terceiro-mundista

Como estudante terceiro-mundista de ciências políticas e muito consciente das causas da riqueza e da pobreza, agradeço a vocês pelo excelente trabalho como informantes de, sobre e para o nosso Terceiro Mundo.

Vivo e estudo na Holanda, país estreitamente aliado com essa superpotência cujo governo é o maior inimigo

do Terceiro Mundo. Imagina-se que a inclinação ideológica da imprensa holandesa não será muito diferente daquela que determina o caráter das demais fontes "objetivas" ocidentais. Não estou certo sobre qual seria a melhor forma de chamá-la: se alimentadora ou deformadora de informação internacional.

cadernos do terceiro mundo se tornou para mim uma fonte imprescindível de informação.

H. A. Mac Donald — Amsterdam — Holanda.

Intercâmbio

- **Elaine Monteiro Maciel**
Av. Central, 977 – Conjunto 5º das Oliveiras – Bloco D, apt. 201 – GO Brasil
- **Fernando Magalhães**
C. P. 40017 – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20272 – Brasil
- **Caroll Colber de Lemos**
Av. Santana 1027 – Agenor de Campos – Moncágua – SP – Brasil
- **Enoch Fonseca – Kim**
C.P. 708 – Tupã – SP – CEP: 17600 – Brasil
- **Aderaldo Pereira dos Santos**
Av. Mém de Sá, 208 – Fátima – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
- **Milker Fernando**
a/c João Antônio Teixeira – 2º Sector Avião dos C.T.T.A. – Estação Postal Central – Angola
- **Dimitri Paiva Neves**
Rua do Vale nº 16 – Q-10 Gleba “A” – Camaçari – BA – CEP: 42.800 – Brasil
- **Sergio Salvador Mejía Ramos**
Calle C.N.C. lote 172 L-C – Col. Lic. Javier Rojo Gómez – C.P. 42030 – Pachuca – Hidalgo – Mexico
- **Edgar dos Santos Barros**
Parque Residencial Maria Tereza 455, L. Seca C Paulino – Nova Friburgo – RJ – CEP: 28600 – Brasil
- **João Antônio Mateus**
a/c dos C.T.T. da Précol – Luanda – Angola
- **Anita Silva Ramos**
Rua Messias da Silva Ramos nº 174 – Vila Figueiredo – Rio Grande da Serra – SP – CEP: 09450 – Brasil
- **Tito Fernando**
C.P. 485 – Benguela – Angola
- **Arlindo Pio do Amaral Gurgel**
I.P.U.O.C. – A2 – Isla Juventud – Cuba
- **Márcio Antônio Araújo**
Av. Afonso Pena, 388 – Belo Horizonte – MG – CEP: 30130 – Brasil
- **Mário da Conceição Correia de Almeida**
Rua N'Zinga M' Bansy nº 35 – C.P. 144 – Viana – Luanda – Angola
- **Laerth Ignácio Magalhães**
Rua Venceslau 346 ap. 502 – Méier – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20731 – Brasil
- **Helder Tavares F. Fastudo**
a/c do Sr. Domingos Fastudo – C.P. 1492 – Benguela – Angola
- **Sônia Regina de Souza Tavares**
Rua Luís Barbalho, 280 – Rocha Miranda – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21510 – Brasil
- **Justino Antônio “Tininho”**
a/c de Zacarias Domingos Miranda – C.P. 18784 – Luanda – Angola
- **César Augusto Monteiro**
R. Magnólia Brasil, 41 ap. 1104-A – Fonseca – Niterói – RJ – CEP: 24120 – Brasil
- **Emmanuel Mathieu “Manico”**
C.P. 3995 – Luanda – Angola
- **Sebastião V. Cruz**
Rua Formosa, 367 – 25º and. – 1º JRPS – Centro – São Paulo – SP – CEP: 01049 – Brasil
- **Waleska Sá Bustamante**
Rua Cariré, 135 ap. 512 – Bloco 5 – Otávio Bonfim – Fortaleza – CE – CEP: 60010 – Brasil
- **João Batista Gomes da Silva**
Rua Nova Independência, 72 – Jardim Ana Estela – Carapicuíba – SP – CEP: 06300 – Brasil
- **Cordeiro Neto Domingos (Russo)**
Soldado do 1º posto da 8ª R. Militar da 33ª Brigada Destacado na Comuna do Demba-Chio Kissama – C.P. 271255 – Angola
- **Rejane Cristine Rissardi de Jesus**
Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 439 – Astorga – Paraná – CEP: 86720 – Brasil
- **Antonio Flavio C. Lauffer**
Rua São Paulo, 530 ap. 57 – Liberdade – São Paulo – SP – CEP: 01513 – Brasil
- **Marle Delallo**
Rua Paranaguá nº 1672 – V. Higienópolis – Londrina – PN – CEP: 86020 – Brasil
- **Sergio Hobi**
Cx. postal 447 – Assis – SP – CEP: 19800 – Brasil
- **Esequiel Teixeira Neto**
2º Sector Avião C.T.T.A. – Estação Postal Central – Luanda
- **Nina Medeiros**
Av. Amazonas – 61/506 – Belo Horizonte – MG – CEP: 30180 – Brasil
- **Pluma Dist. de Postais Ltda.**
Rua Alberico Luciano Barbosa, 66 – B. Cabral – C.P. 82.055 – Resende – RJ – CEP: 27500 – Brasil
- **José Paulo Barros Lima**
C.P. 1566 E.T.P. – São João – Benguela – Angola
- **Gilberto Boaventura Salvador**
2º Sector Avião dos C.T.T.A. – Estação Postal Central – Luanda – Angola
- **Paulino Adão Silva**
C.P. 14647 – S. Paulo – Luanda – Angola
- **Marco Antonio Gonzaga**
Rua Marcelino Antonio Dutra, 22 – Americanópolis – SP – CEP: 04334 – Brasil
- **Félix José Taimo**
Escola Secundária de Nhamatanda, 16, Turma B, 5ª Classe – C.P. 5 – Nhamatanda – Sofala Beira – Moçambique

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Não-assinante Assinante

Data / /

"Estante" da revista nº 91, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



OS LUCROS DA FOME
de *Miranda Neto*

O livro focaliza os principais problemas que afligem a agricultura brasileira, tais como: a modernização agrícola que esquece o homem do campo, a produção de energia em detrimento da produção de alimentos, a concentração da propriedade fundiária e a ineficiência e o abuso da comercialização de gêneros alimentícios. 180 pág.

E-67 Cz\$ 35,00



VIVER EM CUBA – Uma experiência inesquecível
de *Josina M. Albuquerque*

O livro mostra aspectos do dia-a-dia da autora como participante de uma experiência singular durante 14 anos. Desperta a curiosidade de saber mais, de conhecer essa realidade, de debater sobre ela e de compará-la com a situação do nosso povo. Analisa a evolução do pensamento do homem comum, sujeito e objeto das mudanças que vão se dando. 100 pág.

E-68 Cz\$ 44,00



ATÉ AÍ MORREU NEVES
de *Mariano*

Neste livro estão cerca de 100 charges que, apesar do título, contam a história do nascimento da Nova República, registrando em traços críticos e bem-humorados seu fantástico enredo e suas incríveis personagens. 112 pág.

E-69 Cz\$ 65,00



NÃO HÁ LIMITES PARA O CRESCIMENTO
de *Lyndon H. LaRouche, Jr.*

Um livro polêmico porque o autor se coloca como que em "estado de guerra" contra o Clube de Roma, apontado por ele como "uma versão moderna do malthusianismo" criado por uma "elite oligarca com propósitos explicitamente racistas" e finalidades de manter o Terceiro Mundo como "uma colônia produtora de matérias-primas" 318 pág.

E-70 Cz\$ 140,00

cadernos do

**terceiro
mundo**

PARA PREÇOS CONGELADOS PROMOÇÃO QUENTE. APROVEITE!

VOCÊ CONSEGUE: E GANHA DE BRINDE:

3 assinaturas da revista

1 assinatura da revista

ou os 4 li-

vros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página)

2 assinaturas da revista

1 livro da "Estante do Terceiro Mundo"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

() À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em ()
cheque nominal ou () vale postal - ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo
Ltda.

Brinde escolhido:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

- 2 Cartas _____
- 8 Panorama Tricontinental _____
- 16 Editorial – A dupla moral do comércio internacional _____
- 18 Matéria de Capa – Argélia: Preparando a fase pós-petróleo,
Artur José Poerner _____
- 20 Voltada para o futuro
- 28 A medicina socializada
- 31 A educação como instrumento de recuperação da identidade nacional
- 35 Intensificar o intercâmbio Sul-Sul
- 39 A mulher e o amor na literatura, *Elsa Rodrigues dos Santos*

América Latina _____

- 42 Peru: Entre a vontade de mudança e a morte, *César Arias Quíncot*
Bejar: um acordo em relação ao terrorismo

África _____

- 48 SADCC: A batalha econômica, *Carlos Castilho*
- 53 Burkina Faso: Três anos de revolução, *Mota Lopes*

Oriente Médio _____

- 56 Líbano: Uma solução negociada?, *Beatriz Bissio*

Ásia _____

- 63 Timor Leste: Fala o comandante-em-chefe do exército da Fretilin

Ciência e Tecnologia _____

- 69 O Terceiro Mundo discute sua indústria pesada, *Paulo Cannabrava Filho*
- 74 Notas

Comunicação _____

- 76 Imprensa dos EUA alinhada com Reagan, *Horacio Castellanos Moya*
- 78 Notas

Cultura _____

- 79 Canto e dança africanos no Brasil
- 82 Notas

- 84 Especial – O escândalo do roubo genético na Índia,

Claude Alvares _____

- 96 Humor – *Sergio Staino* _____



SADCC: a reunião de Luanda



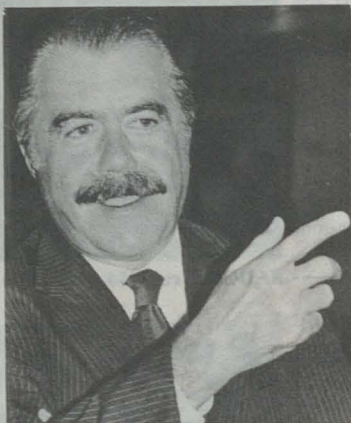
A guerra civil no Líbano



A trapaça com genes do arroz

Integração latino-americana

As viagens do presidente Sarney à Argentina, no final de julho, e do presidente Sanguinetti a Brasília, na primeira quinzena de agosto, permitiram a formalização de acordos de integração econômica entre Brasil, Argentina e Uruguai, considerados como ponto de partida para a criação de um mercado comum latino-americano.



O presidente José Sarney

Os presidentes Sarney e Alfonsín firmaram 10 protocolos destinados a intensificar o intercâmbio comercial e a cooperação econômica entre Brasil e Argentina, mediante a abertura de linhas de crédito, o fim de tarifas alfandegárias, a formação de estoques reguladores conjuntos de alimentos e o início de projetos de desenvolvimento binacionais nas áreas de energia e tecnologia de ponta.

A primeira experiência de mercado comum será feita no

8 — terceiro mundo

setor de bens de capital, quando, no fim de setembro, ficará definida a lista inicial dos produtos considerados nacionais por ambas as partes, o que significa que eles estarão isentos do pagamento de impostos aduaneiros.

Foi criado, também, um fundo binacional de investimento, com cada país contribuindo com 100 milhões de dólares, quantia a ser administrada conjuntamente pelos bancos nacionais de desenvolvimento. Esse fundo poderá ser aumentado mediante a obrigatoriedade de investimento de parte do superávit de um país no seu parceiro que apresentar déficit, isso no comércio entre ambos.

Os acordos firmados pelos presidentes Sarney e Sanguinetti, duas semanas depois, têm características semelhantes, incluindo seis protocolos de cooperação bilateral nos campos da ciência e tecnologia, agropecuária, formação profissional, aproveitamento de recursos naturais e interligação ferroviária.



O presidente Julio Sanguinetti

A partir de 1º de outubro, 1.100 artigos produzidos em ambos os países começarão a ser comercializados livres de tarifas alfandegárias. O Brasil se comprometeu a comprar, este ano, cerca de 200 mil toneladas de arroz e 70 mil de carne, mais da metade da produção uruguaia nos dois setores.

No mesmo documento que contém os acordos econômicos os presidentes do Brasil e do Uruguai expressaram a convicção de que o fortalecimento da democracia "é fundamental para a maior intensificação das relações bilaterais, assim como para assentar, sob bases duradouras, a solidariedade latino-americana".

AMÉRICA LATINA

Ditadura de direita não representa ameaça

Para o embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, general Vernon Walters, os regimes de esquerda é que representam uma ameaça, não as ditaduras de direita, pois estas "são inevitavelmente substituídas pela democracia". Ele fez essa declaração ao jornal *San Francisco Chronicle*, comentando que Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela já retornaram à democracia naturalmente.

No caso do Chile, o general acha que seguirá o mesmo caminho dos países citados, com o regime de Pinochet dando lugar a um governo democrático, eleito livremente pelo povo.

Panorama Tricontinental

Adido militar dos Estados Unidos no Brasil no período entre 1962 e 1967, Walters é acusado de ter participado ativamente do golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart e instalou uma ditadura que durou 21 anos.

Documentos secretos da Biblioteca Lyndon B. Johnson, da Universidade do Texas, revelam como Vernon Walters e o então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, promoveram o deslocamento de uma frota norte-americana para o litoral do Brasil – Operação Brother Sam – a fim de garantir o êxito do golpe. A responsável pela revelação desses documentos, ocorrida uma década após o golpe, foi a cientista política



Brian Alpert

General Vernon Walters

norte-americana Phyllis R. Parker, autora do livro *O Papel dos Estados Unidos no Golpe Militar de 31 de Março*.

De acordo com esses documentos, a ação intervencionista

dos Estados Unidos envolveu a mobilização de um porta-aviões, um navio com helicópteros, seis destróieres, quatro petroleiros, seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado.

Em maio deste ano, em entrevista durante estadia no Brasil, foi lembrada a Walters sua condição de diretor da CIA (o serviço de espionagem norte-americano) na época da derrubada e assassinato de Salvador Allende, presidente constitucional do Chile. A exemplo do que faz em relação ao golpe no Brasil, o general negou qualquer participação da CIA no movimento que resultou na violenta ditadura de Pinochet.

ANGOLA

Autoridade dos EUA critica Reagan e a África do Sul

□ A política hostil praticada pela administração Reagan contra a República Popular de Angola "não é má só para Angola, mas também para os próprios Estados Unidos". A afirmação foi feita em Luanda pelo prefeito da cidade norte-americana de Atlanta, Andrew Young, que visitou o país durante uma semana, a convite das autoridades angolanas.

Embaixador dos Estados Unidos na ONU durante o governo Carter, Andrew Young visitou as províncias de Cabinda, Huila, Cunene e Namibe, onde constatou os efeitos da

guerra não-declarada movida pelo regime racista da África do Sul contra Angola. Em entrevista à imprensa, ele disse: "o que vi aqui e o que ocorreu em

Moçambique, Lesoto, Zimbábue e Botsuana só pode demonstrar o desespero de um governo que, sem conseguir sequer controlar a situação do seu próprio país, pretende controlar toda a região".

Andrew Young enquadró os atos de agressão e desestabilização levados a efeito pela África do Sul contra Angola e os demais países da região nos planos do regime de Pretória para dominar e subjugar toda a região austral do continente. Durante sua visita, o prefeito de Atlanta foi recebido pelo presidente José Eduardo dos Santos, a quem ofereceu o símbolo da sua cidade, e manteve encontros com os ministros das Relações Exteriores, Afonso Van-Dunen (M'Binda), e do Interior, Alexandre Rodrigues (Kito).



Arthur/Camera 5

O prefeito Andrew Young

BOLÍVIA

Violência e arbítrio dominam vida política

□ Pela segunda vez em menos de um ano, o presidente da Bolívia, Víctor Paz Estenssoro, decretou o estado de sítio, no final de agosto, e ordenou a prisão de dirigentes políticos e sindicais. O objetivo da medida é impor um programa econômico que os trabalhadores, particularmente os mineiros, não aceitam.

A "Marcha pela Vida", feita a pé por mais de oito mil trabalhadores desde a cidade de Oruro até La Paz (230 quilômetros), foi bloqueada a 57 quilômetros da capital por forças militares. No início da mobilização, as autoridades do governo não deram maior importância, na suposição de que dificilmente ela chegaria a seu destino.

A situação se modificou quando a marcha começou a receber adesões de diversos setores da sociedade boliviana, que engrossavam suas fileiras ou a apoiavam através do envio de medicamentos, roupas, dinheiro e alimentos, ou simplesmente davam abrigo aos trabalhadores que dela participavam.

Decretado o estado de sítio, os principais líderes da Central Operária Boliviana (COB) passaram à clandestinidade. Ao mesmo tempo, o cardeal José Clemente Maurer, da cidade de Sucre, pediu ao governo que

10 - terceiro mundo

Carlos Namba



O governo boliviano declarou o estado de sítio para sufocar a reação popular

O governo ordenou a prisão de mais de 50 sindicalistas, políticos e jornalistas, entre eles dirigentes da COB e o assessor de imprensa da Junta de Soberania Nacional, organismo criado para combater a presença de forças militares norte-americanas na Bolívia, sob o pretexto de "desbaratar as quadrilhas de tráfico de drogas".

Em La Paz, a informação é de que o governo necessitava decretar o estado de sítio, a exemplo do que ocorreu ano passado, sem a prévia aprovação do Parlamento, para impedir maiores reações populares ao plano econômico, que inclui a privatização das minas de estanho. Essa medida debilita a Corporación Estatal Minera de Bolívia (Comibol) e, especialmente, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).

Panorama Tricontinental

LÍBIA

Novas provocações dos EUA

As manobras militares realizadas pelos Estados Unidos e o Egito no Mediterrâneo, em agosto, e a visita do embaixador norte-americano na ONU, general Vernon Walters a diversos países da Europa para solicitar sanções econômicas contra o governo de Trípoli representam novas ameaças à soberania da Líbia, incluindo a possibilidade de um ataque militar. O presidente Reagan, através de seus porta-vozes, tem prometido uma ação contra a Líbia, sob a alegação de que o coronel Kadhafi estaria promovendo atos terroristas internacionais.

Em sua edição de 26 de agosto, o jornal norte-americano *The Washington Post* disse que as manobras navais, perto do litoral da Líbia, teriam por objetivo provocar uma "reação irracional" de Kadhafi, para fornecer à Casa Branca "razões" para novos ataques à Líbia. Esse plano começou a ser elaborado em julho, segundo o jornal, pelo secretário de Estado, George Shultz, e por William Casey, diretor da Agência Central de Informações (CIA) e, segundo consta, grande acionista de indústrias de armamentos.

Em discurso feito durante as comemorações do 17º aniversário de sua chegada ao poder, o coronel Kadhafi afirmou, em Trípoli, que as ações militares

dos Estados Unidos não fazem mais do que intensificar o fervor revolucionário em seu país. Ao mesmo tempo, em anúncio publicado na edição do jornal *The Observer*, de Londres, no último dia de agosto, a Líbia desafiou o governo de Washington a apresentar provas, diante da Corte de Haia ou de qualquer tribunal americano, de seu suposto envolvimento com o terrorismo.

vida, o tribunal deverá então "processar o governo norte-americano e Reagan pessoalmente".

Em visita a Trípoli, o vice-presidente da União Soviética, Piotr Demichev, declarou que ela ocorria num momento em que o imperialismo norte-americano trata de pressionar o povo líbio, utilizando todos os meios políticos e econômicos a seu alcance. "Mas o povo líbio

Ivan Montecinos



Manobras norte-americanas no Mediterrâneo: mais provocações

O anúncio diz: "...a Líbia rejeita veementemente a acusação de terrorismo, já que nós é que somos vítimas do terrorismo oficial, econômico, psicológico e militar e da propaganda política". Assinala ainda que, se o tribunal considerar demonstrada qualquer ligação entre a Líbia e o terrorismo na Europa, esse país aceitará o veredicto, processará as pessoas envolvidas e compensará as vítimas". Mas, se for absol-

não estará só nessa luta. Todas as forças socialistas estarão junto a Líbia," acrescentou.

O presidente sírio, Hafez Assad, em mensagem de congratulações a Kadhafi, reafirmou que seu país apoiará a Líbia contra qualquer ataque dos Estados Unidos. Disse que o aniversário da revolução líbia transcorre "quando os ataques imperialistas e sionistas contra a nação árabe tornam-se mais cruéis".

CHEGOU O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 86!



**ENTREGA
IMEDIATA**

São 616 páginas com informação atualizada, objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • O movimento dos países Não-Alinhados, informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a jornalistas, professores, parlamentares, estudantes, administradores, consultores e outros grupos profissionais • Necessário para industriais e comerciantes, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, salas de aula e mesa de trabalho.

Formas de pagamento: (assinale com um "X" sua opção): () 1 pagto. antecipado de Cz\$ 225,00. () Em 2 parcelas de Cz\$ 120,00. () pagto. por reembolso postal a Cz\$ 250,00.

Observações: 1—No pagamento antecipado remeta junto com o cupom cheque nominal ou vale postal (ag. central) 2—No caso de pagto. parcelado remeta a 1ª parcela junto com o cupom; a 2ª será paga no correio quando da retirada do Guia 3—Na entrega do Guia por reembolso postal ou 2ª parcela será cobrado o porte.

Segundo minha opção estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Guia por reembolso postal) o valor correspondente a Cz\$. por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para Editora Terceiro Mundo Ltda. — Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 — Rio de Janeiro RJ — CEP 20021 — Tels.: (021) 222-5771 para a compra de Guia(s)/86.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Data: / /

Comprador

**Atenção! Só a edição brasileira
contém 110 páginas de Brasil.**

ETIÓPIA

Situação alimentar melhora

□ "Em 1986 não haverá fome generalizada na Etiópia, apenas bolsões de subnutrição, principalmente nas províncias de Wollo, Gonder, Illubabor e Hararghe", afirmou recentemente, em Addis Ababa, o britânico Michael Priestley, responsável pelas operações de emergência da ONU nesse país e secretário geral adjunto da organização internacional.

Priestley lançou, porém, novo apelo aos países e organizações doadores para que supram os 40 milhões de dólares necessários ao transporte da ajuda alimentar para as populações vitimadas pela seca. Ele afirmou que os 1,2 milhão de toneladas de ajuda em alimentos, consideradas necessárias para 1986, já estão garantidos, o que significa uma situação "muito confortável" nesse aspecto.

A ajuda global à Etiópia em 1986 é significativamente menos elevada que a do ano passado, estando calculada num total de 600 milhões de dólares. No corrente ano, a economia etíope se beneficiará da quase duplicação dos preços do café, principal produto de exportação, e da diminuição do preço do petróleo. Se as chuvas continuarem, o tradicional déficit de cereais do país ficará situado entre as 100 mil e as 400 mil toneladas, o que constituirá um dos melhores índices da última década.

1986 - Setembro - nº 93

Sublinhando a extrema pobreza da Etiópia, onde a renda per cápita é de 110 dólares, Michael Priestley disse que, apesar das ajudas de urgência recebidas, a Etiópia é o mais desfavorecido dos países africanos do sul do Saara em matéria de ajuda ao desenvolvimento. Diante disso, a Etiópia deve dotar-se de reservas alimentares no local, de uma rede rodoviária mais ampla e de maior capacidade de armazenamento, para poder assegurar a sua segurança alimentar no futuro.

As transferências de populações gravemente atingidas pela fome para as regiões menos agrestes do oeste e sul são, na opinião de Priestley, um programa que contém, a longo prazo, "perspectivas muito boas do ponto de vista de desenvolvimento". Ele lembrou ser esse esquema a resposta secular da Etiópia contra a fome. Nas zonas de reinstalação, "as pessoas ficam imediatamente em melhor situação do que nas províncias de Wollo, Tigre ou Gonder", acrescentou.

Durante a 22ª Reunião de

Cúpula da OUA, realizada em Addis Ababa, em julho último, o diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Edouard Saouma, defendeu a necessidade de um novo programa para estimular a produção agrícola na África.

A carência de cereais no continente, observou Edouard Saouma, é estimada atualmente entre 25 e 30 milhões de toneladas, mas poderão elevar-se a 100 milhões no ano 2010, caso não se atue a curto prazo. Se se mantiver a situação presente, os cinco bilhões de dólares que os países africanos gastam hoje na importação de cereais subirão para 30 bilhões dentro de 25 anos, o que representaria o dobro do valor previsto das exportações africanas.

O diretor da FAO se disse convencido de que a África é capaz de produzir cereais que lhe permitam ser auto-suficiente. Basta para isso que os países africanos recebam mais adubos, equipamentos, sementes, apoio técnico e tecnológico, em vez de carregamentos de trigo.

Apesar do socorro de urgência, a Etiópia ainda é o país mais desfavorecido em termos de ajuda ao desenvolvimento



Vinte negros assassinados numa noite

□ Soweto, subúrbio de Joanesburgo, viveu uma noite trágica, no dia 26 de agosto passado, quando as forças do governo de minoria branca mataram 20 negros e feriram mais de 200 que protestavam contra os preços dos aluguéis e a presença do exército nas escolas. A campanha a favor do não-pagamento dos aluguéis começou no início de junho, e, nesses três meses, as autoridades do governo enviaram aos inadimplentes uma série de intimações, enquanto os organizadores dos movimentos anti-apartheid alertavam a população para que não aceitasse a cobrança.

Segundo as autoridades de Pretória, os distúrbios de So-



Segundo a UDF, morreram pelo menos 30 pessoas

weto foram os mais violentos desde a decretação do estado de emergência no país, a 12 de junho. Uma testemunha afirmou que a polícia "atirou em todo mundo e para todos os lados". Winnie Mandela, mulher do líder nacionalista Nelson Mandela, que cumpre pena de prisão perpétua na Penitenciária de Pollsmoor, perto da Cidade do Cabo, disse que "isto é o que o estado de emergência

tenta ocultar. É um péssimo augúrio e o começo do que sempre tememos".

De acordo com dados oficiais, eleva-se a 267 o número de mortos no país apenas no mês de agosto. Nos últimos 23 meses, 1.709 morreram e 5.436 ficaram feridos: A Frente Unida Democrática (UDF), maior organização anti-apartheid do país, afirmou que os mortos em Soweto nos últimos distúrbios não foram menos de 30 e os feridos menos de 200, acusando os policiais de "assassinato a sangue frio".

Preso desde 12 de junho, o negro Smangaliso Mkhaskwa secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos da África do Sul, acusou no Supremo Tribunal a polícia sul-africana de tê-lo torturado. Disse que foi obrigado a permanecer de pé durante 30 horas, de olhos vendados, mãos amarradas e despido da cintura para baixo. Durante esse tempo, não lhe deram água e foi golpeado com um objeto que não pôde reconhecer.



As manifestações em Soweto sempre foram reprimidas

PAQUISTÃO

Mortes e prisões nas comemorações da independência

As comemorações do 39º aniversário da declaração de independência do Paquistão, a 14 de agosto passado, desencadearam violenta campanha de repressão do regime do general Zia ul-Haq, que já deixou um saldo de 30 mortos, dezenas de feridos e a prisão de cerca de 400 opositores em todo o país. Entre os detidos, estava Benazir Bhutto, principal líder da frente opositora Movimento pela Restauração da Democracia, que



Zia ul-Haq: repressão e morte

1986 - Setembro - nº 93



Benazir lê perante a imprensa a ordem de detenção

defende a realização de eleições presidenciais diretas. Zia ul-Haq quer a convocação do pleito para 1990.

Benazir, líder do Partido do Povo Paquistanês, principal grupo da oposição, foi presa no dia 14, quando se intensificaram as manifestações contra o governo, e libertada no dia 8 de setembro passado, juntamente com outros líderes opositores que se encontravam detidos. Os maiores protestos ocorreram em Karachi, capital da província sulista de Sind, e Lahore, capital da província de Punjab, no nordeste. A oposição exige a libertação de cinco mil presos políticos e a realização de eleições. Ul-Haq, tomou o poder com um golpe militar, em 1977, depondo o primeiro-ministro Ali Bhutto, pai de Benazir, que foi enforcado dois anos depois. Ela voltou do exí-

lio em abril passado, prometendo lutar pela redemocratização do Paquistão.

As manifestações prosseguiram, durante dias, em várias cidades. O Movimento pela Restauração da Democracia (MRD) lançou uma campanha nacional "contra este governo sem representatividade", declarou o dirigente opositor Mohammad Sha Anzoti, num comunicado em que convocou as massas paquistanesas a "participarem da luta até a vitória". Por sua vez, o presidente reiterou que não transferirá o poder até as eleições de 1990.

A oposição deu um ultimato ao governo militar para que convoque, até o final de setembro, eleições gerais. Cerca de 10 partidos integram o Movimento pela Restauração da Democracia.

A dupla moral do comércio internacional

Depois de muito trabalho e discussão, os países desenvolvidos chegaram finalmente a um acordo com as nações do Terceiro Mundo exportadoras de produtos têxteis. O referido acordo foi conseguido a 1º de agosto último, em Genebra, e regulamentará a entrada dos produtos mencionados nos ricos mercados dos países industrializados.

A 15 de setembro próximo, no balneário uruguaio de Punta del Este, será iniciada uma nova rodada de negociações comerciais globais referentes ao Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), que mais uma vez colocará frente a frente as posições das nações industrializadas e das do Terceiro Mundo. Já que nos dois casos se tratava de assuntos comerciais, era de se esperar que cada um dos grupos de países interessados mantivesse as mesmas posições em ambas as reuniões. Os países desenvolvidos, no entanto, se disseram favoráveis a restrições no caso dos têxteis e partidários da liberalização quanto às negociações globais.

Essa flagrante contradição não encontra justificativa no campo doutrinário, já que os países que impuseram seus pontos de vista em relação ao acordo multifibras foram os mesmos que se declararam fiéis ao livre comércio, não havendo portanto como justificar as restrições exigidas quanto à produção do Terceiro Mundo. A única explicação plausível é que nos dois casos as nações industrializadas colocaram em primeiro lugar os seus interesses imediatos,

subordinando a eles os seus princípios e causando sérios prejuízos aos exportadores do Terceiro Mundo e, em última análise, a seus próprios interesses a longo prazo.

A exportação de têxteis é um dos poucos setores industriais no qual um grupo de países do Terceiro Mundo concorre com vantagem com as potências ocidentais, tendo conquistado mercados na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Entre os principais exportadores estão Brasil, Índia, China, Cingapura, Sri Lanka e Coreia do Norte.

Esta conquista é devida em parte à tradição e às condições naturais – lembre-se, por exemplo, as antigas manufaturas têxteis da China e da Índia –, mas o fator mais importante é a disparidade do custo da mão-de-obra entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Calcula-se que a hora de trabalho de um operário têxtil no Terceiro Mundo custe em média um dólar, enquanto que nos países ricos custa dez. O resultado disso é que as fibras têxteis e as indumentárias dos países exportadores pobres concorrem com vantagem com a produção dos países ricos, e se não fossem limitadas por protecionismos, poderiam mesmo disputar espaços maiores, seus mercados substituindo assim as indústrias locais.

Esta situação é inversa à que vinha ocorrendo desde a revolução industrial inglesa, com os países industrializados exigindo dos pobres que não impusessem limitação alguma a seus produtos.

Os representantes dos países pobres com manufaturas incipientes ou artesanais alegavam que essa exigência levaria ao aniquilamento de sua produção pela estrangeira. Esse argumento é utilizado agora pelos europeus e norte-americanos, com a finalidade de impor sérios obstáculos aos produtos têxteis do Terceiro Mundo, enquanto hasteiam a bandeira da liberalização no que se refere às negociações do GATT. Assim, pretendem que os países do Terceiro Mundo eliminem as restrições no campo dos serviços e produtos de alta tecnologia, justamente os setores decisivos no crescimento verificado nas últimas décadas e fundamentais para o futuro da economia mundial. Neste caso, não importa a diferença do custos de mão-de-obra, e todas as vantagens estão do lado dos países ricos.

Se os países pobres não mantivessem as medidas protecionistas em relação aos serviços e à alta tecnologia, tudo o que aconteceu com o processo de industrialização se repetiria com esses dois setores: eles seriam dominados pelas grandes empresas transnacionais. Assim, é compreensível que tentem resistir à forte pressão partida sobretudo dos Estados Unidos. Estes são os problemas centrais em questão, tanto no acordo multifibras quanto nas negociações do GATT, os dois maiores foros ligados ao comércio mundial. Nas discussões de Genebra, as potências importadoras tinham uma posição negociadora incomparavelmente mais forte que a de seus fornecedores. Não havendo entendimento, podiam estabelecer unilateralmente as restrições, como decisão de política nacional. Em tal caso, os exportadores de produtos têxteis não teriam outro jeito senão aceitar as limitações, restando-lhes o recurso de responder com represálias comerciais. Desse modo, apesar de algumas concessões, os importadores europeus e norte-americanos

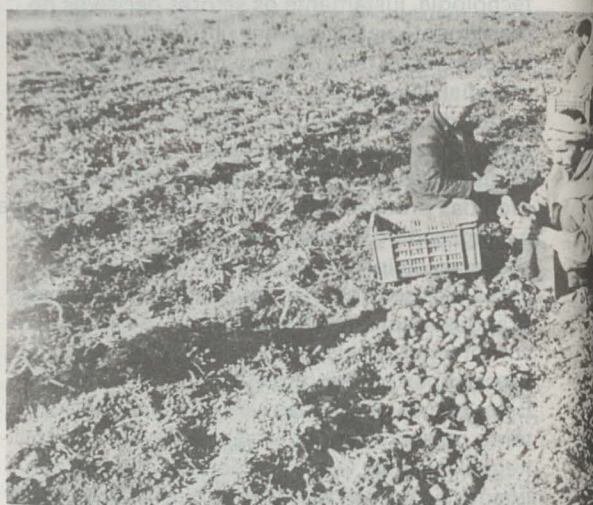
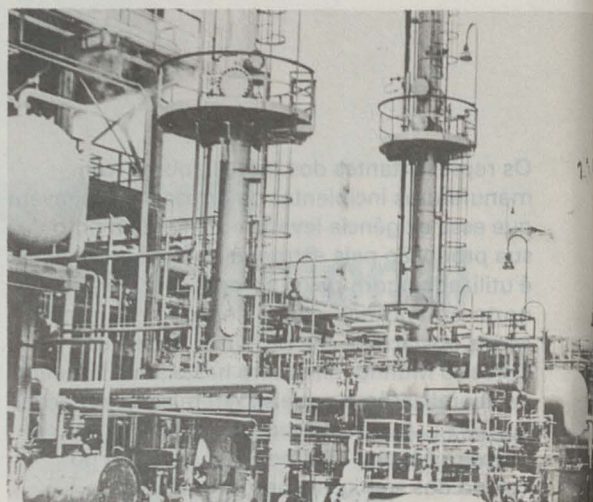
conseguiram impor seus interesses nos aspectos fundamentais. O protocolo assinado a 1º de agosto corresponde ao quarto acordo multifibras e vigorará por cinco anos, envolvendo mais restrições do que todos os acordos precedentes desse tipo. Os anteriores criavam obstáculos às importações de fibras ou produtos de algodão, lã ou sintéticos, enquanto o presente estende essas limitações a todas as fibras naturais, exceto a seda.

O quarto acordo multifibras leva em conta um aumento regulamentado dos negócios dos produtores de têxteis, mas subordina esse aumento a acordos bilaterais entre exportadores e importadores. Desta forma, os donos dos mercados poderão impor suas condições aos vendedores, em benefício de seus interesses particulares.

Apesar das solenes declarações em favor do livre comércio, o fato é que, nos assuntos econômicos, os países ricos favorecem seus interesses, e para isso fazem uso de seu maior poder diante dos países pobres.

Embora haja semelhança, as situações não são as mesmas nos dois casos mencionados. No caso das negociações globais do GATT, a chave dos mercados está nas mãos dos países do Terceiro Mundo. Assim, se estes conseguirem harmonizar suas posições e conservar-se unidos, poderão obter concessões e a aceitação de princípios favoráveis a seus interesses no que se refere ao comércio internacional. Basta, simplesmente, levar em conta a chocante realidade dos diferentes graus de desenvolvimento apresentados pelos protagonistas do intercâmbio comercial. Deve prevalecer a equidade nas relações econômicas internacionais, de modo a pôr fim a uma situação na qual os ricos consolidam os seus privilégios e aos pobres cabem sempre as desvantagens.

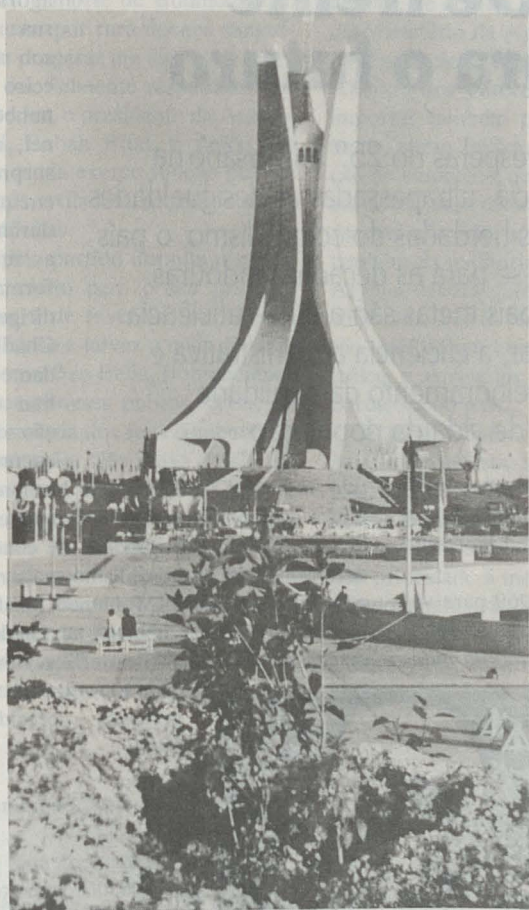
ARGÉLIA



Preparando a fase pós-petróleo

O filme "A batalha de Argel", do italiano Gino Pontecorvo, causou um impacto tão grande na opinião pública ocidental quanto a própria luta de libertação do povo argelino retratada na película.





reconstrução do país e os caminhos pelos quais passa o atual processo são muito

Proibido em muitos países, exibido com cortes em outros, trata-se de uma brilhante reconstrução, pondo a guerra de independência da Argélia ao alcance da totalidade dos povos. Mas, se a luta de libertação argelina foi amplamente divulgada na década de 50 e início da de 60, a

menos conhecidos e têm sido esquecidos por uma boa parte dos meios de comunicação social ocidentais. No momento em que o povo argelino entra no seu 25º ano de independência, esta reportagem do enviado de "cadernos do terceiro mundo", Artur José Poerner, nos dá uma visão geral da Argélia de hoje.



Conheci a Argélia em fins de junho de 1965, quando esse país se preparava para comemorar o terceiro aniversário de sua independência, enquanto a opinião pública mundial especulava sobre o significado da deposição de Ben Bella, um dos chefes históricos da primeira insurgência contra a dominação francesa, ocorrida em 1954. Ben Bella fora

derrubado pelo coronel Houari Boumedienne, então vice-presidente do Conselho, ministro da Defesa e ex-chefe do Estado Maior do Exército de Libertação Nacional.

Voltei à Argélia em novembro de 1969 para ver confirmada a tese que defendera no livro que resultara da primeira visita: *Argélia: o caminho da independência*. Embora Boumedienne fosse militar e Ben Bella civil, o episódio de 19 de junho não tinha sido um golpe militar como os que se sucedem na América Latina. As diferenças eram muitas, a começar pela formação da ALN. Tampouco vira na deposição de Ben Bella os dedos de Pequim, Moscou, do Pentágono e de De Gaulle, citados nessas especulações.

Havia, sim, diferença de estilos, muitas vezes decisiva na história das revoluções, sobretudo nos momentos de opções em meio a crises. Ben Bella era o *zain*, o homem da palavra e do carisma, o líder personalista, populista e mais voltado para o exterior. Boumedienne, o *raïs*, homem de ação e comando, líder ascético, austero e nacionalista. Ele empossara e destituiu o primeiro presidente da República Argelina Democrática e Popular.

De frente para o futuro

Às vésperas do 25.º aniversário da independência, ultrapassadas as desigualdades mais agudas herdadas do colonialismo, o país prepara-se para as décadas vindouras. As principais metas são a auto-suficiência alimentar, a eficiência administrativa e o melhoramento da qualidade de vida da população

Reencontro a Argélia agora, no 25.º ano de sua independência, sob a gestão do terceiro presidente, também um ex-coronel, o que não é de surpreender num país em que o exército foi, durante muito tempo, a única escola de formação de quadros dirigentes: Bendjedid Chadli, ex-comandante do distrito militar de Orã, a solução de compromisso encontrada pelo Partido da Frente de Libertação Nacional (FLN) após a morte do presidente Boumedienne, em 27 de dezembro de 1978, a possibilidade de conciliação entre os defensores de um socialismo mais radical, dirigidos pelo líder partidário Mohamed Salah Yahiaoui, e os moderados e mais abertos ao Ocidente, sob o comando de Abdelaziz Bouteflika, ministro das Relações Exteriores nos dois primeiros períodos presidenciais desde 1964.

Desafio da agricultura

Boumedienne está sepultado na ala dos mártires do cemitério de El Alia, perto dos túmulos do emir Abdel Kader, principal líder da resistência militar à ocupação francesa no século 19, e de dois dos "chefes históricos" - Larbi Ben M'hidi e Didouche Mourad. Ben Bella, por sua vez, anistiado por Chadli em 1980, acabou escolhendo o caminho do exílio e, no plano ideológico, segundo corre em Argel, o do fundamentalismo islâmico.

E Chadli? Bem, ele tem sido uma surpresa para os que apoiaram sua eleição no 4.º Congresso da FLN, pensando em manobrá-lo posteriormente. Assim como a estabilidade institucional argelina, compro-



Rush



vada na sucessão presidencial, foi inesperada para os que previam o caos após a morte de Boumedienne. Este, vitimado aos 46 anos por rara doença sanguínea, não tivera tempo de preparar um sucessor.

Mas a Constituição foi fielmente respeitada: declarada a vacância do poder, o presidente da Assembleia Popular Nacional, Rabah Bitat, o único dos "chefes históricos" que ainda exerce função pública (cinco estão mortos, e três, exilados), se tornou chefe de Estado interino por 45 dias.

Chadli, o escolhido pelo partido durante o período de interinidade, foi eleito para o seu primeiro mandato presidencial em 7 de fevereiro de 79. Aos 49 anos, ele era o mais idoso e talvez o mais discreto dos oficiais da ativa. Como Ben Bella, Boumedienne e Bitat, um filho de camponeses pobres, classe na qual a FLN recrutou a maioria dos seus combatentes durante a guerra de libertação. Não deixa de ser um tanto contraditório, por isso mesmo, que Chadli e a revolução argelina estejam enfrentando o seu maior desafio justamente no campo. Esse campo produtor de guerrilheiros, que foi celeiro do império romano quando a África do Norte era a mais rica região agrícola do Ocidente, não está conseguindo fazer frente ao crescimento populacional.

De exportadora de alimentos, a Argélia passou,

em 1983, a importar 60% de suas necessidades em cereais, de acordo com informações de três diretores do Ministério da Agricultura e da Pesca: Bouakewe, da Produção Vegetal; Chentouf, do Planejamento; Alloum, dos Fatores de Produção. O país tem que importar também carne bovina, batatas e legumes secos, como feijão, ervilha e lentilha. Essa importação de alimentos, que totalizou 2,6 bilhões de dólares em 1983, vem crescendo ao ritmo de 5% ao ano, em decorrência não só da expansão populacional, mas também da melhoria do poder aquisitivo. Em 1986, a Argélia deverá gastar no exterior, com a compra de alimentos, uns 3 bilhões de dólares, que representarão mais de um quinto da receita proveniente do petróleo e derivados, responsáveis por 98% das exportações do país.

É fácil imaginar como deve ser penoso para um povo nacionalista como o argelino, empenhado na total argelinização da sociedade, admitir sua dependência em matéria de alimentos. O modelo de desenvolvimento econômico de Boumedienne, que concedeu prioridade à industrialização acelerada – privilegiando a indústria pesada e os complexos gigantescos –, vem sendo responsabilizado, desde 1980, por tal situação. O congresso extraordinário que a FLN realizou nesse ano decidiu que a prioridade deve ser



De exportadora de alimentos, a Argélia passou a importar 60% das suas necessidades

ARGÉLIA

dada à agricultura, com vistas à redução da dependência. O objetivo estratégico no setor agrícola é um crescimento de 4 a 5% ao ano, o equivalente à soma da taxa de natalidade (3,2%) e do índice de melhoria do poder aquisitivo. Pretende-se alcançá-lo mediante a redução do atraso tecnológico no campo e a ampliação tanto das superfícies aproveitáveis quanto das efetivamente aproveitadas. Dos 2.381.741km² de superfície da Argélia, somente 3% são qualificadas como terras de utilidade agrícola, e dos 7,5 milhões de hectares de terras cultiváveis, apenas 4,6 milhões estavam sendo cultivados em 1984.

Através da irrigação, que atualmente beneficia somente 3,5% (270 mil hectares) da superfície agrícola, planeja-se ganhar mais 400 mil hectares, sobretudo no sul do país. E através da "barragem verde", que está sendo erigida da fronteira com a Tunísia à fronteira com o Marrocos, projeto de reflorestamento confiado às forças armadas, espera-se conter a desertificação.

Na revolução agrária, lançada por Boumedienne em novembro de 1971 para modernizar o campo, quase não se fala mais. Mas, se ela não mecanizou a agricultura na proporção desejada, é forçoso reconhecer que, afetando um quarto do setor, democratizou ainda mais a posse da terra, entregando 1,1 milhão de hectares a umas seis mil cooperativas, que congregam mais de 100 mil camponeses. O setor da autogestão socialista, criado em março de 1963 para administrar 1,8 milhão de hectares abandonados pelos colonos franceses, controla agora 2,3 milhões de hectares, através de 2.080 unidades de produção. Ao setor privado restam 4,1 milhões de hectares, divididos entre uns 700 mil agricultores. Este setor, constituído de unidades familiares, ainda é o mais importante na pecuária, com 80% da produção.

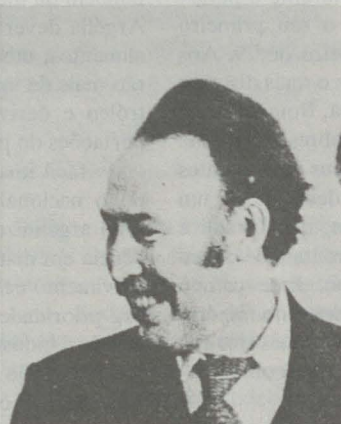
Apesar dos erros cometidos na agricultura e do seu relegamento a plano secundário durante tantos anos, a produção, de acordo com dados oficiais, registrou aumento de 28%, de 1981 (considerado um bom ano agrícola) a 1985, e de 37,5%, no período de 84 a 85. Um crescimento, como vemos, ainda insufi-

ciente para reduzir a dependência alimentar a níveis razoáveis e suportáveis.

A revolução do petróleo

Não há fome ou miséria nem contrastes ou desigualdades marcantes na Argélia. As pesquisas sobre o consumo doméstico indicam que os argelinos estão se alimentando cada vez melhor, quantitativa e qualitativamente, se bem que graças às importações de gás com as receitas das exportações de petróleo e derivados.

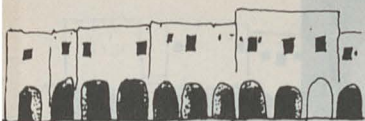
Em termos reais, o consumo registra, na primeira metade da década de 80, índices de crescimento de 8% ao ano. O problema agora, é definir as prioridades e a matéria de consumo. Os argelinos têm poder aquisitivo, mas a oferta de bens de consumo ainda é insuficiente, exatamente o contrário do que ocorre, por exemplo, com os marroquinos, que não têm como comprar a vasta gama de produtos que lhes são oferecidos. Através do fortalecimento do mercado interno, inclusive por



O ex-presidente Boumedienne

meio da criação de empregos e da conclusão de programas dos planos precedentes (um triênio 1967/70, e dois quadrienais, 1970/73 e 1974/77), o Plano Quinquenal 1980/84 previu até o ano 2000 um aumento de 70% na renda média per capita, que estimada, atualmente, em 2.400 dólares.

A expectativa média de vida se elevou de 47 anos em 1962, a 57, em 1980. De um médico para 10 habitantes em 1966, a Argélia passou a um por 2.500, em 1982, e a um por 1.200, em 86. O sucesso da política educacional pode ser qualificado de espetacular (ver artigo sobre educação). Centenas de milhares de empregos foram criados: 1.650.000, entre 1966 e 1982. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de 14,6 bilhões de dinares, em 1967, a cerca de 232 bilhões, em 1983, com um aumento de volume anual de 7 a 7,5% entre 1967 e 1979. Desde 1965, ano considerado oficialmente como o primeiro da era de desenvolvimento nacional, o país tem registrado altos índices de crescimento econômico. Para este ano, o índice previsto se situa entre 8



0%, com uma taxa de inflação de 0 a 15% e uma dívida externa que baixou de 26,5 bilhões de dólares, em 1980, a 16 bilhões, em 1984.

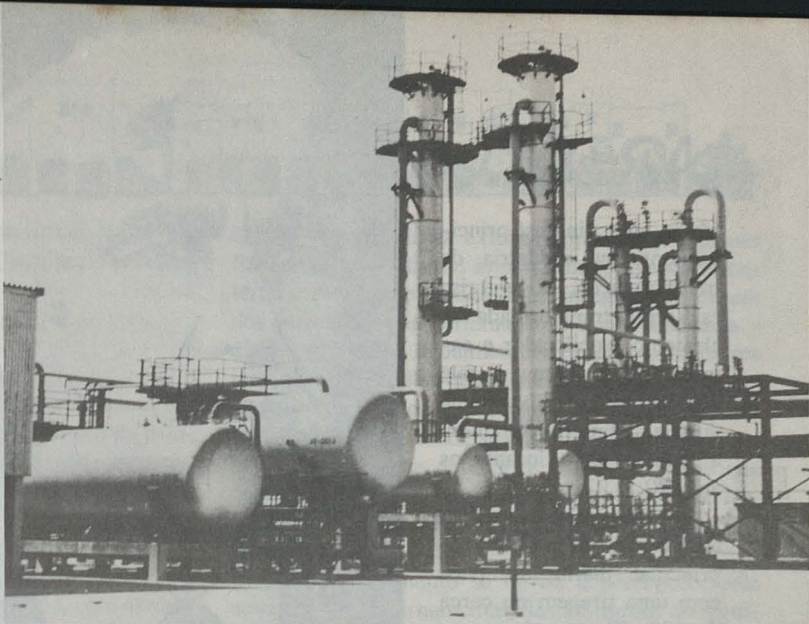
Todos esses dados e índices, que raros países do Terceiro Mundo podem apresentar, são, sobretudo, o resultado de uma decisão tomada pelo presidente Boumedienne na primeira década da independência, em 24 de fevereiro de 1971, na vigência do primeiro plano quadrienal de desenvolvimento: a de levar a revolução ao setor do petróleo.

Foi a partir da recuperação das riquezas do país, com a nacionalização das sociedades petrolíferas francesas (em que o Estado argelino assumiu o controle de 51% das ações), dos oleodutos e do gás natural, que Boumedienne passou a dispor dos recursos para financiar as suas três revoluções: a agrária, a cultural e a industrial. Uma quarta, que ele estava prestes a concluir quando morreu, não foi tão dispendiosa: a institucional.

Foi Boumedienne quem criou as principais estruturas do Estado argelino, inclusive a grande maioria das empresas estatais. A maior parte dos investimentos para tornar a Argélia o que ela é hoje em dia foram feitos no período de 1965 a 1979, sendo que 99% deles pelo Estado, responsável por 70% do Produto Nacional Bruto (PNB), segundo o chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, Fares Zahir. E as receitas dos hidrocarbonetos – o petróleo, mais tarde, o gás natural, de que a Argélia possui a quarta maior reserva mundial – tiveram, na década de 70, crescente importância no total desses investimentos.

No ano de 1982, já em pleno curso a deterioração do mercado petrolífero internacional, os hidrocarbonetos ainda rendiam à Argélia 12,4 bilhões de dólares, comprovando o acerto da nacionalização empreendida por Boumedienne – a primeira desde que o primeiro-ministro Mohamed Mossadegh nacionalizara, 20 anos antes, o petróleo do Irã.

As nacionalizações e estatizações se sucederam desde a conquista da independência política pela Argélia: das propriedades ainda em mãos da minoria de



As receitas do petróleo cobriram os investimentos do Estado

colonos franceses que havia permanecido no país, em 1963; das empresas de mineração estrangeiras, em 1966; dos consórcios estrangeiros de distribuição de petróleo, dos bancos e das empresas de seguros, em 1967; de 69 empresas industriais privadas, em sua maioria francesas, e da última base militar francesa, a de Mers-El-Kebir, em 1968; e, por fim, do gás natural, dos oleodutos e de 51% das ações das empresas petrolíferas francesas. O comércio externo está 100% estatizado; o interno, com exceção do pequeno comércio, também. Os investimentos privados externos somente são permitidos sob a forma de *joint-ventures* com empresas estatais argelinas.

O presidente Chadli está procurando conceder maior espaço à iniciativa privada, mas não se trata, em hipótese alguma, de uma privatização, conforme assegura o ministro argelino da Informação, Bachir Rouis: “O que ele quer é que os cidadãos assumam uma parte das funções do Estado, para que este fique mais aliviado e livre para se concentrar nas tarefas básicas do desenvolvimento. Só assim, através de uma crescente contribuição de cada cidadão, deixaremos de ser um Estado-providência, que paga, por exemplo, de um a um e meio milhão de bolsas de estudo a crianças que, muitas vezes, nem precisam delas. E só assim poderemos superar o impacto da queda dos preços do petróleo, que nos obriga a reduzir o ritmo do nosso plano de desenvolvimento, na medida em que provoca o adiamento ou cancelamento de todos os projetos que dependam da mobilização de divisas”, esclareceu o ministro.

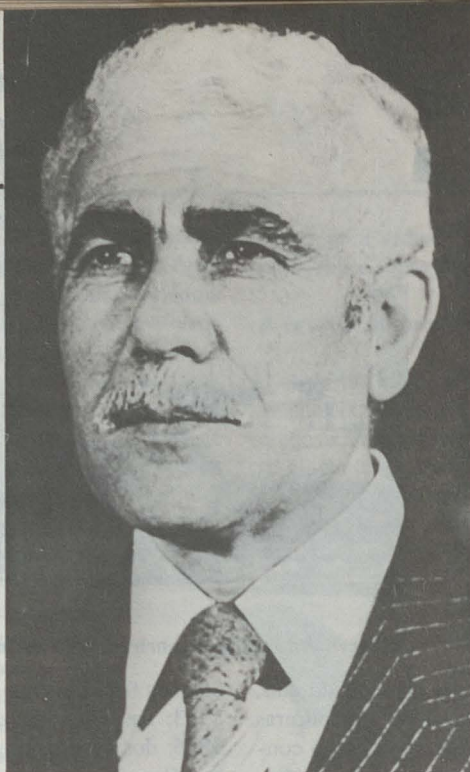
Prioridade está sendo dada aos projetos concreti-

ARGÉLIA

záveis com dinares, principalmente na indústria de transformação. E a crise está sendo transformada em elemento mobilizador e catalisador. Já há quem fale até de um novo *boom* industrial, como o que mudou a face do país durante os anos 70.

A imprensa argelina, através do *El Moudjahid* (o principal diário do país, com uma tiragem de cerca de 400 mil exemplares, em árabe e francês), fala, por sua vez, dos dias melhores que hão de vir, com preços mais justos para o petróleo e a diversificação das exportações. Mas a palavra de ordem é mais dura e ativa: *Ne compter que sur soi* ("Não contar senão consigo mesmo"), o que significa, na prática, tornar a economia argelina cada vez menos dependente das oscilações e crises da economia mundial. Ela substitui a divisa que estimulou o nascimento de centenas de empresas industriais na era de Boumedienne: *Semer le pétrole pour récolter des usines* ("Semear o petróleo para colher as fábricas").

"Boumedienne fez muito pela Argélia, mas talvez nem tanto pelos argelinos. A prioridade que ele concedeu à educação, à saúde e à habitação sacrificou setores inteiros, como a agricultura, o turismo e o artesanato", disse-me, em Paris, um dos quatro ou cinco homens mais ricos da Argélia, o empresário Djillali Mehri (ver cadernos do terceiro mundo n.º 91). "Boumedienne, favorecido pelas altas dos preços do petróleo, dispunha de mais recursos e criou muitas coisas, mas também coisas mal feitas. Foi ele, sem dúvida, quem deu início à industrialização do país e quem superou o imenso atraso que tínhamos no plano social, em setores como o ensino e a habitação, o que custou enorme esforço. Mas, no processo de criação da estrutura industrial para valorizar o petróleo e o gás, por exemplo, não se cuidou da transferência de tecnologia e houve opções erradas, que em muitos casos, não contribuíram para re-



Chadli: aumentar o espaço da iniciativa privada

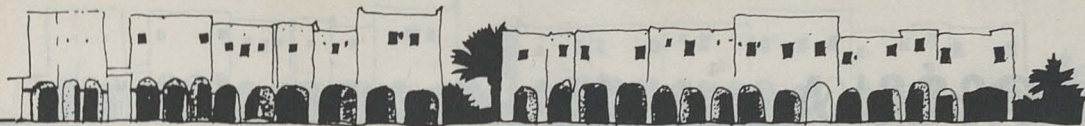
duzir a dependência do país. Temos usinas, construídas naquela época, que funcionam mal ou que, simplesmente, não funcionam", comentou um ministro, em Argel.

Além disso — e afim de uma crítica política que ouvi algumas vezes durante essa terceira visita à Argélia —, Boumedienne teria privilegiado em demasia o Conselho da Revolução constituído imediatamente após a derrubada de Ben Bella, em detrimento do partido, optando por um tipo de socialismo tecnocrático e burocrático.

O famoso comentarista político francês Jean Lacouture chegou a sugerir, no longo necrológio de Boumedienne que escreveu para o diário parisiense *Le Monde*, que a "ditadura popular" e o "governo da tribuna" de Ben Bella teriam cedido lugar, em 1965, a uma "ditadura burocrática" e a um "governo de dossiês", numa alusão ao processo histórico de transição do poder carismático ao poder burocrático, descrito por Max Weber. A final, o taciturno Boumedienne chegou a confessar, um ano após tomar o poder, que não queria ser amado nem aplaudido.

De fato, depois do congresso de abril de 1964, em que aprofundou as opções revolucionárias e socialistas da Plataforma da Soummam (1956) e do Programa de Trípoli (1962), a FLN viveu uma fase de declínio, acentuada após a deposição de Ben Bella que culminou, no início da década de 70, com a renúncia do seu secretário geral, Kaïd Ahmed.

Boumedienne chegou mesmo a transferir a tarefa de promoção da revolução agrária do partido para "voluntariado estudantil". Tornado único pela Constituição de 1963, expurgado e reorganizado por Boumedienne em 1967, o partido foi declarado, pela Constituição de 1976, "guia da revolução socialista força dirigente da sociedade", e "vanguarda dos cidadãos mais conscientes, cujo objetivo final é o triunfo do socialismo". A FLN só voltaria ao p-



meiro plano da política nacional em fins de janeiro de 1979, quando foi convocada para escolher o sucessor de Boumedienne.

Liderança no Terceiro Mundo

Se, no plano interno, o partido desempenhou um papel de pouco destaque durante o governo de Boumedienne, foi neste período que a Argélia assumiu, no plano externo, a posição de liderança que ocupa hoje em dia no Terceiro Mundo. Cercada pela aura romântica de uma guerra de libertação contra o colonialismo, a Revolução Argelina contou, desde a insurreição de 1º de novembro de 1954, com as simpatias e o apoio do Terceiro Mundo e dos países socialistas. A diplomacia argelina soube tirar partido disso, bem antes mesmo da independência política formal: o primeiro Governo Provisório da República Argelina (GPRA), proclamado no Cairo em setembro de 1958 e chefiado por Ferhat Abbas, obteve, em menos de uma semana, o reconhecimento diplomático da Tunísia, Marrocos, Iêmen, República Árabe Unida, Líbia, Iraque, China Popular, Indonésia e Sudão.

Para essa aceitação incondicional de um país que ainda levaria quase quatro anos para conquistar a sua independência, concorreram, evidentemente, as referências à política internacional contidas no primeiro documento ideológico da FLN, a Plataforma da Soummam, que, já em 1956, aludia à necessidade da solidariedade entre as nações norte-africanas e entre as que haviam participado, um ano antes, da fundação do Terceiro Mundo como entidade política, na Conferência de Bandung, na Indonésia. Para não falar das credenciais inatas que favoreceram a integração da Argélia na comunidade das nações: um país africano, árabe, islâmico, magrebino e mediterrâneo.

Uma vez independente, a Argélia se manteve coerente com os princípios em que baseou sua luta pela emancipação, tornando-se um país não-alinha-

do, com uma política externa contrária a qualquer forma de colonialismo, imperialismo, ingerência externa e racismo, e de defesa intransigente do direito dos povos à autodeterminação e à independência — donde sua ajuda, igualmente irrestrita, a inúmeros movimentos de libertação nacional. Apesar de um certo sobressalto causado, logo após a destituição de Ben Bella, pelo cancelamento da 2ª Conferência Afro-Asiática, que deveria ter lugar em Argel naqueles dias de junho de 1965, essa linha política externa foi preservada e aprofundada por Boumedienne.

O aprofundamento se deveu à percepção, pela nova equipe governamental, das limitações do significado da independência política. Da percepção à ação, foi um passo: a Carta do Grupo dos 77 foi as-



A FLN, vanguarda da luta de libertação, dirige hoje os destinos do país

sinada, em outubro de 1967, em Argel, que também serviu de sede, em setembro de 1973, à 4ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em que os países socialistas foram reconhecidos como aliados preferenciais dos países subdesenvolvidos e dos movimentos de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo.

Esta conferência, decisiva para a evolução do Movimento dos Países Não-Alinhados — pois veio imprimir-lhe novo impulso e dotá-lo de maior orga-

ARÉLIA

nicidade -, desembocaria na convocação, por iniciativa do presidente Boumedienne, da Assembléia Geral Extraordinária das Nações Unidas sobre as matérias-primas e o desenvolvimento, em que foi aprovada, em maio de 1974, a declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.



Boumedienne, durante a 4ª Conferência dos Países Não-Alinhados, ouve a intervenção de Fidel Castro

A Argélia contribuiu muito para injetar mais conteúdo econômico nas reivindicações e argumentos do hemisfério sul nas organizações internacionais, e foi pioneira, depois da guerra árabe-israelense de outubro de 1973, no emprego de uma matéria-prima (o petróleo) como arma política. Foi também em Argel que se realizou, em março de 1975, a 1ª Conferência de Cúpula da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o primeiro cartel de nações do Terceiro Mundo.

Os avanços e os sucessos nessa luta em que a Argélia se empenha, com outros países do Terceiro Mundo, nos organismos internacionais são mais lentos e difíceis do que na guerra de libertação. Os países ricos só renunciam a vantagens e privilégios quando isso significa, para eles, "o menor dos males"; e quando cedem, não raro, surgem outros entraves, inclusive em nações do próprio Terceiro Mundo, como se verificou no lento processo de ratificações da criação de um fundo de estabilização das matérias-primas, fruto do chamado diálogo Norte-Sul.

Mas a diplomacia argelina - que não sofreu alterações perceptíveis no período de Chadli - é hábil e persistente, razão pela qual costuma ser requisitada para mediar soluções em casos à primeira vista ainda mais complicados, como o sequestro de cidadãos norte-americanos na embaixada dos Estados Unidos em Teerã, que se prolongou de outubro de 1980 a janeiro de 1981, e a guerra entre o Irã e o Iraque.

Rumo à era pós-petróleo

A Argélia que reencontro quase 17 anos após a visita anterior, a Argélia de Chadli, quer ser mais democrática, competente e objetiva do que a de Boumedienne. A sua linha política não registra modificações relevantes, já que os objetivos internos e externos permanecem os mesmos. Mas existem, no plano interno, mudanças nos meios empregados para chegar aos mesmos fins.

A descentralização é um dos novos métodos em vigor, aplicado tanto na reorganização territorial e administrativa do país, em 1984, quanto no combate ao gigantismo das empresas herdadas de Boumedienne. Por exemplo, a Sonatrach (Sociedade Nacional para a Pesquisa, o Transporte, a Transformação e a Comercialização dos Hidrocarbonetos), criada em dezembro de 1963 - que passou de 33 funcionários, em 1964, para 103 mil, em fins de 1981 -, foi desmembrada em 17 empresas, em nome da eficácia do aparelho econômico.

O que o governo de Chadli pretende, em última instância, é preparar o país para a fase pós-petróleo, para daqui a 15 ou 20 anos, quando as reservas - avaliadas, com alguma cautela, em 10 bilhões de barris - não permitirem mais a exportação. Com essa



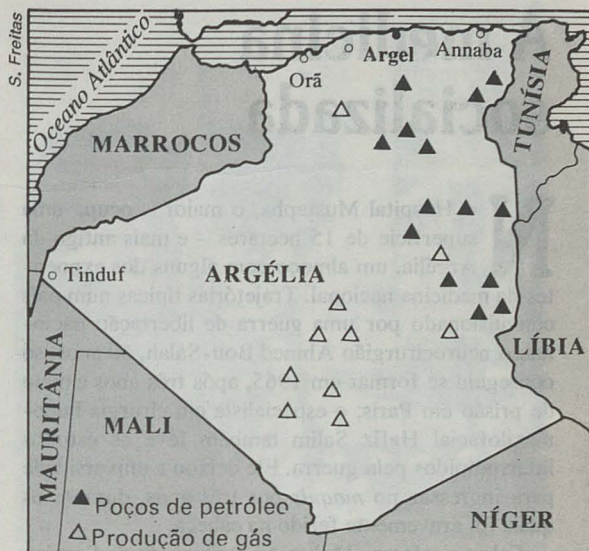
finalidade, foi feita uma análise crítica da economia, incluindo uma revisão do primeiro plano quinquenal (1980/84), que previa investimentos da ordem de 400 bilhões de dinares, tendo como metas principais a agricultura, a hidráulica, a habitação, o abastecimento, a saúde, a descentralização da economia, a reestruturação das empresas e maior eficiência administrativa. Tudo isso de acordo com as diretrizes lançadas pelo congresso extraordinário da FLN convocado após a morte de Boumedienne.

O segundo plano quinquenal (1985-89) terá que ser concretizado, como vimos, numa conjuntura internacional mais desfavorável. Suas diretrizes básicas, aprovadas pelo quinto congresso da FLN e especificadas a seguir pelas resoluções da 12ª Sessão do Comitê Central do partido, apontam para objetivos como a autosuficiência alimentar, através do desenvolvimento da agricultura e da hidráulica; a consolidação da infra-estrutura industrial; e o aumento da produtividade das empresas. Todas as medidas e atividades capazes de reforçar a independência econômica do país são consideradas prioritárias. O lema do 5º Congresso indica a preocupação dominante na Argélia atual: "O trabalho e o rigor para garantir o futuro".

Mas, apesar do rigor na divisa, a Argélia está mais solta e descontraída do que no passado. A política de Chadli é mais diretamente voltada para o cidadão, para que ele viva melhor e mais seguro. "Por uma vida melhor" é outro dos *slogans* em voga entre a nova geração de quadros que encontrei à frente dos ministérios e outras instituições governamentais. Os tempos heróicos da Revolução, das façanhas e sucessos militares, já viraram História. Os êxitos agora são medidos por índices econômicos e sociais. E será através deles que o período presidencial de Chadli Bendjedid e o modelo de socialismo islâmico³ adotado pela Argélia serão julgados pelas próximas gerações.

Como escreveu o historiador e diplomata argelino Mostefa Lacheraf⁴, "uma revolução digna deste nome pertence ao seu século, às suas testemunhas, e não apenas aos homens que ela despertou e que a conduziram ao limiar da sua realização".

Foi a partir deste limiar, em seguida à vitória militar, política e diplomática na guerra de libertação, que a Argélia pôde iniciar, há quase 25 anos, a fase de superação dos problemas econômicos e sociais



A Argélia, com uma superfície de 2.381.741km², tem uma população de 21.500.000 habitantes, segundo dados de 1984. Os argelinos são majoritariamente árabes (80%) e berberes (17%). O árabe é a língua oficial e majoritária. A religião oficial é a islâmica

que lhe foram legados por 130 anos de colonialismo. E não é exagero afirmar que foi ali, em julho de 1962, que começaram as verdadeiras dificuldades, como havia previsto um dos "chefes históricos" e heróis da Revolução, Larbi Ben M'ehdi, antes de ser preso e morto pela repressão colonial francesa⁵. ●

Artur José Poerner

¹ Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. Esse livro é o único publicado no Brasil sobre a Revolução Argelina, até hoje.

² Edição de 28 de dezembro de 1978.

³ Considera-se na Argélia que socialismo e islamismo têm o mesmo significado. O sistema não admite a luta de classes, aceita por países como a Síria e o Iêmen do Sul. Este último é o único país árabe a adotar um modelo de socialismo científico.

⁴ *L'Algérie: nation et société*, Éditions Maspero, Paris, 1965.

⁵ Este episódio é narrado no filme "A batalha de Argel", que o cineasta italiano Gino Pontecorvo rodou na Argélia

A medicina socializada

No Hospital Mustapha, o maior – ocupa uma superfície de 15 hectares – e mais antigo da Argélia, um almoço com alguns dos expoentes da medicina nacional. Trajetórias típicas num país convulsionado por uma guerra de libertação nacional: o neurocirurgião Ahmed Bou-Salah, 50 anos, só conseguiu se formar em 1965, após três anos e meio de prisão em Paris; o especialista em cirurgia buco-maxilofacial Hafiz Salim também teve os estudos interrompidos pela guerra. Ele deixou a universidade para ingressar no *maquis* por três anos, durante os quais foi gravemente ferido na cabeça.

Fala o professor Mohamed Drif, chefe do Serviço de Reanimação Polivalente do hospital, que tem a seu cargo cirurgia cardíaca extracorpórea e se preparava para a realização do primeiro transplante renal na Argélia: “Quando se olha para trás, a gente se

A média atual é de um médico para 1.200 habitantes



maravilha com o que foi possível fazer”. Em 1962, o país tinha seis mil médicos, dos quais apenas 287 eram argelinos (Drif era um deles)¹, e uns 50 hospitais, com 37 mil leitos. Agora, tem 17 mil médicos (a média de um por 1.200 habitantes) e 500 hospitais, com cerca de 80 mil leitos.

Índices europeus

Um dos principais objetivos da Carta Nacional de 1976, no setor da saúde – dotar o país de um médico para cada dois mil habitantes – já foi, portanto, superado. Nas grandes cidades – Argel, Orã, Constantine e Annaba –, a média já é de um médico por 900/1.000 e de um enfermeiro² por 250 habitantes, índices comparáveis aos europeus. O professor Bouabdellah Boukheloua, catedrático de Cirurgia Pediátrica na Universidade de Argel, cita o exemplo da França (um médico por 600 habitantes), “que levou séculos para alcançar o que a Argélia conseguiu em menos de 25 anos.”

Boukheloua, que chefia a Diretoria das Estruturas de Saúde (antiga Direção Geral de Saúde), também não consegue, como todos os revolucionários da primeira hora, evitar um retrospecto: “Herdamos dos franceses equipamento deficiente e hospitais obsoletos, sobretudo muito mal distribuídos no território nacional, pois eram concentrados nas maiores cidades. Como todo o sistema de saúde havia sido concebido para os *piets-noirs* – os colonos europeus –, menos de 15% dos argelinos tinham acesso à assistência médica. Além disso, como o pessoal era quase todo francês, só foi possível manter o funcionamento da estrutura hospitalar, após a independência, graças à ajuda dos países amigos da Argélia, especialmente os árabes e os socialistas”.

Ainda há médicos estrangeiros no país – indianos, chilenos, palestinos e até mesmo alguns brasileiros –, mas eles não são mais indispensáveis. A Argélia tem, atualmente, 20 mil estudantes de Medicina, e o Ministério do Ensino Superior já se preocupa em conter o aumento acelerado do número de médicos. Há mais interesse, no momento, pela formação de paramédicos, que são técnicos em saúde. Depois de haverem concluído os nove anos do ensino fundamental, 15 mil alunos cursam, atualmente, as 34 escolas e os três institutos de formação paramédica do país. De 1980 a 85, foram formados 40 mil desses agentes de saúde.



de, que constituem o primeiro recurso de quem necessita de cuidados médicos e a base da estrutura sanitária na Argélia.

Política sanitária

O nível seguinte dessa estrutura – conforme explica Cherif Benkhelifa, um farmacêutico que chefia o gabinete do ministro da Saúde Pública – é o centro de saúde. Há um desses centros para cada 12 mil habitantes, cada um deles dispondo de dois clínicos gerais, dois obstetras e um dentista, de um laboratório de análises e de um aparelho radiológico. De 80 a 90% da assistência são prestados nesses dois primeiros níveis.

O terceiro nível – a policlínica – já é de medicina especializada. Existe uma para cada 48 mil habitantes. Preparadas para as especialidades básicas. Todas elas contam com um ginecologista. Por último, no topo dessa hierarquia de estruturas sanitárias, estão os hospitais. Em 1985/86, foram construídos 54 hospitais, três deles psiquiátricos, com 150 ou 240 leitos³. No deserto do Saara, onde não havia um só hospital, existem agora 15, para dar assistência às populações nômades, como os tuaregues. Também foram instaladas na região 12 clínicas oftalmológicas, para combater o tracoma, transmitido pela areia.

“Há duas semanas, inauguramos quatro hospitais somente na wilaya⁴ de Mascara, situados a cerca de 35 quilômetros um do outro”, informa o professor Boukheloua, acrescentando: “Acho que poucos países estão em condições de inaugurar mais de 50 hospitais em dois anos”.

O governo prioriza, no entanto, a construção de centros de saúde e policlínicas – hospitais sem leitos –, o que significa que a Argélia optou pela medicina preventiva, um dos quatro eixos principais da atual política de saúde. Ênfase especial vem sendo dada ao programa de redução da mortalidade infantil, que atingia o índice de 150 por mil em 1962 e varia agora, conforme a região, de 40 a 80 por mil.

O objetivo é chegar a 40 por mil em 1990 e a 10 por mil no fim do século, mediante o combate intensivo às infecções de transmissão por água, como a diarreia infantil. Dentro de quatro anos, segundo prevê o professor Boukheloua, a Argélia poderá estar livre de toda a patologia da pobreza. “E dentro de mais 10, como somos um país de jovens, espera-



Dá-se toda prioridade aos técnicos da saúde

mos ter melhor nível de saúde do que muitos países europeus”. Para isso, a saúde ocupa o segundo lugar, depois da educação, no orçamento social argelino. O Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1980/84 destinou o equivalente a 4,1 bilhões de dólares e a 4% dos investimentos globais no país à saúde e ao saneamento.

O segundo eixo da política de saúde na Argélia é o programa de espaçamento dos nascimentos, condição essencial ao equilíbrio sócio-econômico⁵. Com uma taxa de crescimento demográfico de 3,2% ao ano, os argelinos, que eram menos de nove milhões em 1962, são agora quase 22 milhões. Todos os centros de saúde e policlínicas funcionam também como centros de espaçamento natal e de luta contra a mortalidade infantil. Eles empreendem, ao mesmo tempo, no âmbito da proteção materno-infantil, uma campanha pelo aleitamento materno, baseada numa recomendação do Corão: “A mãe deve amamentar o seu filho”. Os dois outros eixos são a medicina escolar e a medicina do trabalho.

Medicina gratuita

Mas nenhum aspecto da medicina ou do tratamento médico está sendo deixado de lado. A Argélia



Na Argélia, não existe medicina de classe: é totalmente gratuita e igual para toda a população

procura se manter atualizada com relação aos avanços mundiais no setor da medicina terciária, a *médecine de point*. A cirurgia cardíaca com circulação extracorpórea foi introduzida no país em novembro de 1985, bombas de cobalto estão sendo implantadas, já existem 18 centros de diálise e um segundo centro anticâncer vai ser inaugurado em breve.

O professor Drif, no seu estilo de executivo, faz as contas: cada paciente de cirurgia cardíaca com circulação extracorpórea custa 34 mil dinares, pois uma boa parte do material utilizado na operação tem que ser importado. É o caso também das hemodiálises: cada uma das três sessões semanais custa 1.100 dinares. Como ele diz, "outros governos, nas condições de precariedade sanitária em que se encontrava a Argélia, talvez tivessem deixado de lado o problema da hemodiálise, já que, afinal, são apenas 500 casos por ano, 20 e poucos para cada milhão de habitantes. Mas o nosso país fez questão de não negligenciar qualquer tipo de tratamento, adotando uma concepção de desenvolvimento harmônico na área da saúde. E não há medicina de classe na Argélia. A medicina, totalmente gratuita – uma conquista revolucionária⁶ –, é a mesma para todo mundo. O espírito de justiça social está de tal forma arraigado que, se um caso não pode ser tratado no país, o paciente é

enviado ao exterior, por conta do Estado”.

Há, não obstante, médicos, dentistas e farmacêuticos privados e autônomos na Argélia. Como a formação universitária é totalmente gratuita, o Estado cobra uma retribuição: após a formatura, o médico presta dois anos de serviço militar, mal pago, e cinco de serviço civil, em que é remunerado como profissional e pode optar entre quatro localidades. Depois disso, pode abrir consultório ou tomar o rumo profissional que desejar.

¹ Estive com outro dos 287 médicos argelinos de antes da revolução no Hospital Mustapha: o professor Messaoud Bendib, chefe do Serviço de Radiologia, membro da Academia de Medicina e uma espécie de decano da medicina argelina.

² Na Argélia, a primeira enfermeira só foi diplomada em 1950. Mesmo no regime racista da África do Sul, a formatura da primeira enfermeira negra data de 1936.

³ Visitei um desses hospitais de 240 leitos em Kouba, bairro de Argel. Instalações modernas, muito limpo e todos os quartos para dois pacientes, com banheiro.

⁴ A Argélia está dividida em 48 *wilayas*, que corresponderiam a estados, departamentos ou províncias, e são governadas por um *wali* (prefeito). A subdivisão da *wilaya* é a *daira*, que se divide, por sua vez, em *communes*.

⁵ O Congresso Extraordinário da FLN, em junho de 1980, acentuou a necessidade de “um planejamento da natalidade baseado na anuência individual e coletiva”.

⁶ A medicina se tornou gratuita em 1º de janeiro de 1974.



A educação como instrumento de recuperação da identidade nacional

Mesmo os críticos mais intransigentes da revolução argelina se vêem obrigados a reconhecer os êxitos que ela alcançou nos setores da educação e da saúde, que são destaques numa cadeia de realizações em que a agricultura, a habitação e os transportes são os elos mais fracos. O ensino e a formação de médicos, especialmente, constituíram sempre a maior e a principal preocupação dos governantes, que lhes têm consagrado cerca de um quarto dos orçamentos nacionais, mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), desde a independência.

A motivação é clara: a educação na Argélia não é apenas um instrumento de promoção social, mas também de resgate da cultura e da identidade nacionais, submetidas a duras provas durante os 132 anos de dominação colonial francesa, marcada por frustradas tentativas de “integração” e “assimilação” dos argelinos. Os franceses chegaram à Argélia destruindo livros e fechando modersas, as escolas muçulmanas criadas por Abdelhamid Ben Badis¹, pioneiro do ensino no país. E saíram em 1962, não sem antes queimar a biblioteca da Universidade de Argel.

Escolarização elevada

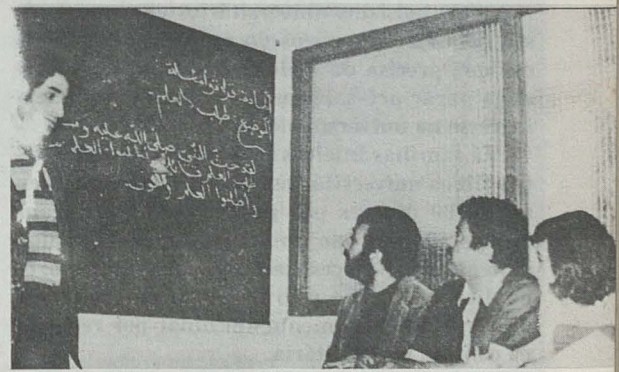
Para quem ainda acredite, por ingenuidade ou desinformação, na chamada “missão civilizadora” do colonialismo ocidental na África e em outras regiões do Terceiro Mundo, o exemplo não poderia ser mais eloquente: em 1961, a taxa de escolarização na Argélia era de 100% para as crianças francesas e inferior a 15% para as argelinas. A manutenção dos colonizados na ignorância era uma preocupação tática da política dos colonizadores europeus, mesmo quando estes vinham de um país com as tradições culturais da França.

Em seu clássico *L'Algérie: nation et société* (François Maspero, Paris, 1965), o historiador e diplomata argelino Mostefa Lacheraf, atualmente embaixador no Peru, cita um alto funcionário colonial francês, Eugène Fourmestraux, que escrevia em 1880, no primeiro cinquentenário da ocupação da Argélia: “Deixamos a instrução dos nativos cair bem abaixo do nível que tinha antes da conquista”. Esse nível é definido por Marcel Emerit, autor mencionado no mesmo livro: “Em 1830, o árabe sabia ler e escrever. Após meio século de colonização, ele vivia na ignorância”. Soa quase como uma ironia: depois de 132 anos de convivência diária com a língua e a cultura francesas, 85% dos argelinos eram analfabetos.

Em 1986, encontra-se uma Argélia em que o índice de escolarização é de 100% entre as crianças de seis anos e superior a 80% na faixa etária dos seis aos treze anos. Num país com uma taxa de crescimento demográfico das mais elevadas e talvez a mais jovem população do mundo – mais de 70% dos 22 milhões de argelinos têm menos de 20 anos –, isso significa que há quase seis milhões de crianças na escola. Se acrescentarmos os adolescentes e adultos que estudam, chegaremos à incrível conclusão de que um de cada três argelinos está em processo de formação num dos níveis de ensino adotados no país: fundamental, secundário geral ou técnico, profissional e superior.

Combate ideológico

O ensino fundamental, obrigatório por nove anos para todas as crianças a partir dos seis anos de idade,



Um em cada três argelinos estuda

ARGÉLIA

já está totalmente argelinizado, isto é, não há mais professores estrangeiros e todas as aulas são em árabe, a língua nacional. O currículo inclui, no entanto, dois idiomas estrangeiros: o primeiro a partir do quarto ano e o segundo a partir do oitavo. A opção é feita entre o francês, o inglês, o espanhol e o alemão.

As escolas são mistas, e as meninas, mais numerosas e melhores alunas do que os meninos (ver matéria sobre a mulher na Argélia), conforme me assegura Fatima Saïdani, encarregada da Comunicação Social do Ministério da Educação Nacional, pasta que se ocupa somente do ensino fundamental e secundário. Visitei com ela em El-Harrach, um bairro popular de Argel, uma escola fundamental do terceiro ciclo (7ª à 9ª série), que ostenta o nome do poeta Mohamed Lamine Lamoudi: 47 classes, 1.891 alunos e uma incontestável predominância de meninas, ainda mais ostensiva entre as crianças que erguiam os braços para responder às perguntas dos

professores nas salas de aula em que estive.

Há na Argélia 1.750 escolas de terceiro ciclo (também chamado de orientação e dedicado à repassagem dos conhecimentos adquiridos nos dois primeiros), como esta de El-Harrach, e 10 mil de primeiro e segundo ciclos. Os dois primeiros ciclos – igualmente de três anos cada – se concentram, respectivamente, na socialização da criança e na exploração do ambiente em que vive. No ano letivo de 1985/86, 165 mil alunos concluíram a escola fundamental e mais ou menos a metade está sendo acolhida pelas escolas secundárias.

O diretor do Ensino Fundamental no Ministério da Educação Nacional, Makhoul Zemmouri, chama a atenção para o fato de que agora se está implantando e generalizando, em todo o país, a escola fundamental politécnica, modernização que traduz, na prática, os três princípios básicos da política educacional: argelinização, democratização (o ensino, to-

Universitários mimados

□ “Os universitários argelinos são os mais mimados do mundo”. A afirmação, de um observador estrangeiro, isento, da realidade argelina, é explicada ao enviado especial de *cadernos do terceiro mundo* pelo ministro do Ensino Superior da Argélia, Abdelhak Rafik Berehri: “Os bolsistas universitários em nosso país são os mais bem pagos do mundo. Nos setores em que precisa de mais gente, o Estado chega até a pagar pré-salários aos estudantes, desde o ingresso na universidade”.

Há famílias inteiras sustentadas pelas bolsas dos filhos universitários, que chegam a receber até 4.000 dinares por período letivo e pagam apenas 50 pelo ano universitário, 40 pelo alojamento (se o necessitam), 15 pelo transporte público anual (no raio de 50km em torno da universidade) e somente um dinar por refeição na cantina universitária.

Superação do atraso

No primeiro aniversário da independência, em 1963, havia 578 universitários na Argélia; hoje, eles são mais de 110 mil, incluídos os inscritos em cursos de pós-graduação e cerca de dois mil bolsistas estrangeiros. Dos que concluem a universidade, 35% são mulheres.

Os números demonstram o enorme esforço da Argélia para superar o atraso, com ênfase especial nos setores científico e tecnológico da universidade. O primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1980/1984) destinou o equivalente a 8,5 bilhões de dólares à educação, dos quais 28% para a construção e o equipamento de quatro universidades, 10 escolas politécnicas, 15 instituições técnicas e cinco hospitais universitários.

O presidente Chadli Bendjedid acaba de inaugurar a Universidade de Ciência e Tecnologia de Orã. A Universidade de Ciência e Tecnologia de Argel, inaugurada em 1974 e agora rebatizada com o nome do ex-presidente Houari Boumedienne, foi baseada, como a Universidade de Constantine (18.500 alunos, 15 institutos pluridisciplinares), num projeto do ar-



talmente estatizado desde 1976, é gratuito em todos os níveis, para que as diferenças sociais não o afetem) e orientação tecnocientífica (para que possam ser formados os quadros de que necessita o país).

Um dos cinco blocos que compõem o ensino fundamental é a formação política, que começa no terceiro ano. O projeto de Carta Nacional aprovado no corrente ano, para preencher as lacunas constatadas na que foi formulada em 1976, enfatiza a importância do conteúdo ideológico do sistema educacional e de formação, tendo em vista “a emergência de uma tendência neoburguesa, cuja ação política e ideológica não deve ser, de modo algum, subestimada”. A subestimação do combate ideológico é qualificada pelo documento como um dos dois perigos que ameaçam a revolução em sua fase atual (o outro é “a tendência ao populismo e ao esquerdismo”), porque favorece “a indiferença, a desmobilização, o oportunismo, o carreirismo e o diletantismo”. Por isso, a



A formação política começa no terceiro ano

nova Carta recomenda que a formação política inclua nos alunos a convicção da necessidade da opção socialista. Segundo ela, o objetivo dessa educação política deve ser “a formação de um cidadão li-

quiteto brasileiro Oscar Niemeyer. Concebida, segundo informa o seu vice-reitor, A. Gaïd, para 8 a 10 mil alunos, ela reiniciou o ano letivo, em setembro findo, com 18 mil, para os quais há 1.200 professores, inclusive uma centena de estrangeiros¹. Ocupando uma superfície de 105 hectares no subúrbio de Bab Ez-zouar, essa universidade é cercada por três cidades universitárias e servida por uma estação ferroviária especialmente construída para ela.

Tecnologia é prioridade

O ministro Bererhi, que foi o primeiro reitor da Universidade de Constantine, faz questão de acentuar, com evidente satisfação: “Pela primeira vez em nossa história, a tecnologia supera, no interesse dos jovens, as ciências médicas e sociais, o que prova que a universidade está procurando ser uma força produtiva integrada no processo de desenvolvimento”. Ainda em 1977, o curso mais procurado – por 24,4% dos estudantes – era o de Ciências Jurídicas.

A par da ênfase tecnológica e da generalização da informática, Bererhi tem outras preocupações em seu setor: reforçar a identidade

nacional e estimular o aprendizado de línguas vivas estrangeiras. Num ensino superior que se propõe a responder às necessidades da sociedade e às exigências concretas do mercado de trabalho, o aprendizado de outros idiomas está sendo intensificado, na medida em que é requerido pelas empresas nacionais, como a *Air Algérie*.

O ministro argelino do Ensino Superior, que é membro do Comitê Central da Frente de Libertação Nacional, não precisa se preocupar, em compensação, com problemas como a evasão de cérebros, menos acentuada do que em outros países do Terceiro Mundo – mesmo porque são poucos os argelinos que estudam no exterior por períodos longos. Também não existe, praticamente, na Argélia, o desemprego de pessoas com formação superior.

¹ O programa de arabização e argelinização do ensino ainda não atinge os setores científico e tecnológico da universidade. O suposto atraso desse programa foi causa de greves e outras manifestações de protesto na Universidade de Argel, em 1979/80.

ARÉLIA

berto do espírito tribal, apto a enfrentar os riscos da alienação e preparado para assumir o seu papel na edificação do país e para servir à revolução e à formação da sociedade socialista”.

Símbolo de vitória

Terminada a escola fundamental, a criança argelina tem diante de si quatro caminhos: o ensino secundário geral, o secundário técnico, a formação profissional em escolas especializadas e o aprendizado prático, sob controle do Ministério da Educação, em empresas ou unidades de produção artesanal.

O curso secundário, de três anos, transição obrigatória para o ensino superior (*ver quadro*) e para o emprego qualificado, está se livrando agora da imagem negativa que o afetava, por negligenciar a formação técnica. A reforma que sofreu em 1984 o tornou menos acadêmico, eliminando as contradições existentes, mediante a diversificação das disciplinas, a introdução da educação tecnológica (planejada com os setores econômicos interessados) e a criação do estudo opcional, para desenvolver as aptidões vocacionais. O resultado é que o secundário está formando técnicos em agricultura, bioquímica, hidráulica, mecânica, eletrônica, eletrotécnica, construção civil, contabilidade, informática etc., como já formava, desde 1982, técnicos em administração.

Não há dicotomia entre o secundário geral e o técnico. “Os objetivos e os princípios são os mesmos”, conforme asseguram os respectivos diretores responsáveis, Mostefa Benzerga e Mokhtar Hasbelaom. O secundário ainda é bilingue, mas as crianças que o iniciarem em 1987 já terão o primeiro ano em árabe. O próximo passo será a unificação do ensino secundário, nível em que ainda existem escolas não-mistas, herdadas do sistema anterior.

Escola argelina: formar novos quadros



Antes da independência, era ínfimo o número de argelinos que conseguiam ingressar num dos 35 liceus existentes no país (hoje, há 450, sendo que 40 deles estão em Argel). Havia apenas 5 liceus técnicos; atualmente, há 73 para 66 mil alunos, entre os quais 12 mil do sexo feminino. Havia somente seis escolas normais; agora, são 61, que acabam de formar 98 mil professores para o ensino fundamental. Em 1962, este tinha mil professores para 200 mil alunos.

Com a partida em massa dos franceses, os argelinos tiveram que erigir, às pressas, um novo sistema educacional, ao mesmo tempo em que iam retocando o anterior onde ainda não pudesse ser substituído, para que não houvesse interrupção na formação. Monitores tiveram que ser recrutados massivamente para uma formação rápida de um ano, em árabe ou francês. Institutos tecnológicos de educação foram criados em 1970, para a formação dos professores do ensino secundário, ao mesmo tempo em que se recorria ao ensino por correspondência e através do rádio e da televisão, inclusive na campanha de alfabetização. Paralelamente, era edificado um sistema de ação social escolar, com bolsas, rede de cantinas e de internatos. E o ensino fundamental foi reformado, em 1976, para que não houvesse barreiras entre a escola e a vida, entre o mundo dos alunos e o mundo dos trabalhadores urbanos e rurais. A preocupação exclusiva com a quantidade cede espaço crescente à reflexão sobre a qualidade. A maior preocupação agora é com a rentabilidade econômica dos gigantes recursos mobilizados pelo sistema educacional, o que evidencia a objetividade pragmática das novas gerações de dirigentes.

Quase 25 anos depois da independência, a escola é presença obrigatória em qualquer povoação argelina, mesmo nas montanhas ou oásis mais longínquos. E motivo de orgulho geral, como símbolo da vitória sobre a agressão cultural estrangeira e instrumento de resgate da personalidade nacional. Os estudantes são os principais beneficiários da luta iniciada em 1954 por combatentes em boa parte analfabetos. ●

A.J.P.

1 A Ben Badis, um rico *ulemá*, é atribuída a famosa frase “A Argélia é o nosso país; o árabe, a nossa língua; o Islã, a nossa religião”. Assim como sua variante: “A personalidade argelina repousa sobre um tripé: a etnia berbere, a língua árabe e a religião muçulmana”.



“ As linhas principais da política externa da Argélia não foram modificadas desde o Congresso de Soummam, realizado em 1956, durante a guerra pela independência, mas não estamos satisfeitos com o fato de que 90% do nosso intercâmbio comercial se realize, atualmente, com os países ricos do Ocidente: 30% com a França, principal parceiro comercial, seguida dos Estados Unidos e da República Federal da Alemanha. Por isso, estamos fazendo todo o possível para intensificar o intercâmbio Sul-Sul”.

A informação é do vice-ministro argelino do Exterior e encarregado da Cooperação, Mohammed Aberkane, em entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**. Para Aberkane, a visita que o presidente Chadli Bendjedid deverá fazer ao Brasil na primeira quinzena de outubro próximo se inscreverá nesse quadro de intensificação do intercâmbio com o Terceiro Mundo, que representa, hoje em dia, apenas 4% do total. Os 6% restantes do intercâmbio são efetuados com países socialistas do Leste europeu.

Modelo de cooperação

A Argélia está muito interessada, por exemplo, em *joint-ventures* com o Brasil que supram necessidades do mercado interno daquele país e possam propiciar a este o acesso a mercados que, normalmente, lhe sejam vedados. A *joint-venture* com empresas estatais argelinas, em que estas se encarreguem do apoio administrativo, econômico e financeiro da operação, é, aliás,

Intensificar o intercâmbio Sul-Sul

Os esforços para aumentar a cooperação com os países do Terceiro Mundo esbarra muitas vezes com a concorrência da política neocolonialista francesa

de acordo com o espírito da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em Genebra em 1964.

Aberkane e Leite Ribeiro desfiem, cada um a seu modo, argumentos coincidentes a favor da intensificação do intercâmbio entre Argélia e Brasil: 1) o caráter complementar das respectivas economias – a

Argélia é grande importadora de produtos industrializados e de serviços que o Brasil quer exportar, e este é grande importador de produtos energéticos de que a Argélia possui imensas reservas; 2) o interesse político da Argélia em livrar-se de sua dependência em relação à Europa Ocidental, onde a França, a Itália, a Bélgica e a Espanha absorvem, por exemplo, 97% das exportações argelinas de gás natural (metano); e 3) o momento extremamente favorável para a ocupação de espaços no mercado da Argélia, muito interessada em que lhe ofereça me-

lhores condições de compra depois da redução de receitas sofrida em decorrência da queda dos preços do petróleo.

Por trás dos argumentos, o negócio que Aberkane propôs ao Brasil há pouco mais de um ano: um contrato de *counter trade* (troca de mercadorias) no va-

terceiro mundo – 35



ARGÉLIA

lor de 2 a 3 bilhões de dólares, através do qual o Brasil importaria de 15 a 20 bilhões de metros cúbicos de gás natural liquefeito (três a quatro bilhões de metros cúbicos por ano). Em troca, o Brasil forneceria à Argélia de 2 a 3 bilhões de dólares em serviços, com a construção de 800km de ferrovias, de um laminador de aço em Ain M'Lila, de duas barragens hidrelétricas, do aeroporto de Argel e de, pelo menos, um trecho do metrô da capital argelina.

A Argélia, com a quarta reserva mundial de gás natural e 70% de capacidade ociosa nas unidades de liquefação, prescinde de maiores investimentos para



A Argélia tem a quarta maior reserva mundial de gás natural

concretização do negócio, porque dispõe inclusive de navios metaneiros para o transporte do produto. O Brasil teria que investir uns 50 a 100 milhões de dólares na instalação de um terminal de descarga do gás em São Paulo, mas, apesar disso, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) acha que vale a pena. Mesmo porque, segundo ela, a indústria paulista corre o risco de paralisações no próximo ano, caso não se importe o gás argelino. Além disso, esse gás é um combustível barato, eficiente e limpo, capaz de solucionar, de uma vez por todas, o problema da poluição em Cubatão. Outra vantagem: o pagamento pelo gás em bens de serviço abriria o mercado argelino para empresas brasileiras às voltas com o problema da capacidade ociosa, na medida em que as obras nacionais de maior porte, como Carajás e as barragens hidrelétricas, vão sendo concluídas, sem que outras de vulto similar estejam sequer previstas.

36 - terceiro mundo

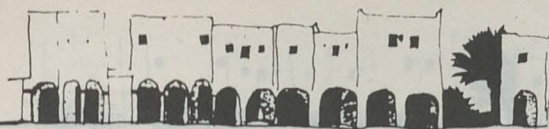
Empresas brasileiras como a Vale do Rio Doce, a Engesa e a Construtora Norberto Odebrecht, que formam o consórcio Brasraio, estão sentindo a necessidade de utilizar a tecnologia que importaram. É o caso também de outras empresas brasileiras da área siderúrgica, que não podem empregar na Europa Ocidental a tecnologia de lá importada. Impõe-se, portanto, a busca de alternativas, inclusive para que países como a Argélia e o Brasil possam chegar melhor ao mercado europeu ocidental, o maior de todos. É o que poderia ser alcançado, por exemplo, através de uma sociedade mista que fizesse o minério de ferro brasileiro chegar à Europa Ocidental reduzido com o gás argelino, como propôs o engenheiro Eliezer Batista, que dirige o setor internacional da Vale do Rio Doce.

Interesses constituídos

É assim, com uma série de idéias e projetos que têm o negócio do gás como carro-chefe, que o vice-ministro Aberkane e o embaixador Leite Ribeiro pretendem chegar ao intercâmbio Sul-Sul a que se referem. Mas eles esbarram em dificuldades e obstáculos, em entraves ao desenvolvimento da cooperação entre os países do Terceiro Mundo. São os interesses constituídos e, em certos casos,

até mesmo os resquícios de colonização e neocolonização mentais existentes em ambos os lados. Resquícios que se manifestam na preferência comodista por negociações com as potências capitalistas que vêm oferecer os negócios em casa, em "embalagens" que quase sempre incluem mordomias e outras vantagens aos interlocutores.

Quanto aos interesses constituídos, são mais ostensivos e facilmente identificáveis. No Brasil, o gás argelino aumentaria a capacidade ociosa de refinarias petrolíferas já parcialmente ociosas em consequência do Proálcool. Na Argélia, o setor ferroviário, a que o Brasil teria acesso com a importação do gás, é dominado pela França. Assim, a maioria dos técnicos argelinos do setor tem formação francesa e está habituada a negociar com os franceses. O ingresso do Brasil no setor exigiria, portanto, readaptações que também afetariam interesses constituídos.



Interesses constituídos de parte a parte são responsáveis pelos sucessivos adiamentos das reuniões da comissão mista de nível ministerial criada pelo acordo comercial que entrou em vigor entre os dois países no início de 1984. Ela deveria se reunir todos os anos – alternadamente em Brasília e Argel –, mas não se reúne há mais de dois anos e meio, período em que o encontro foi sete vezes marcado e desmarcado.

A Argélia se dispõe a combater os interesses constituídos: no início de julho, mandou ao Brasil o seu ministro da Energia e das Indústrias Químicas e Petroquímicas, Nabi Belkacem, que manteve conversações com o ministro brasileiro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, sobre o negócio do gás. Belkacem esteve também com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, para discutir a possibilidade de compra no Brasil de locomotivas e navios de até 115 mil toneladas, movidos a gás natural. Se as negociações forem concluídas positivamente – até o final do ano, como se prevê –, o intercâmbio Brasil-Argélia, que alcançou 230 milhões de dólares em 1985, poderá se elevar a mais de 600 milhões de dólares anuais. E deixar de ficar restrito, praticamente, à troca de petróleo por café e açúcar.

Relações com a França

A Argélia também se movimenta, com maior ou menor sucesso, em direção a outros países do Terceiro Mundo. E, à medida em que consegue ampliar a sua cooperação com eles, depara, como concorrente, com a França, “que pratica o neocolonialismo em muitas regiões, sobretudo na África subsaariana”. Não obstante, as relações entre os dois países podem ser qualificadas de relativamente serenas, embora marcadas com frequência por violências de cunho racista sofridas pelos trabalhadores argelinos – mais de um milhão – radicados na França.

Os dois povos se conhecem profundamente, pois conviveram, como colonizados e colonizadores, durante mais de 130 anos. Aberkane: “Conhecemos até o que está por trás de cada pensamento dos franceses”. Em julho de 1962, após quase oito anos de guerra de libertação das mais sangrentas, a França aceitou com dificuldade a independência da Argélia. Segundo voz corrente na Argélia, aceitou com respeito, mas também com espírito de vingança.

Seja como for, de 62 para cá, do ponto de vista



Mitterrand: uma decepção para os argelinos

argelino, as relações com a França variaram bastante em função dos presidentes franceses. Charles de Gaulle, o que reconheceu a independência da Argélia, é lembrado com respeito pelos argelinos. Como recorda Aberkane, “a política dele em relação ao Terceiro Mundo passava por Argel”. Na gestão seguinte, de Georges Pompidou, as relações foram abaladas pela nacionalização do petróleo pela Argélia. E se mantiveram frias durante o período de Valéry Giscard d'Estaing, sobretudo depois que este mandou bombardear a Frente Polisário no Saara Ocidental.

A primeira e até agora única visita de um chefe de Estado argelino à França somente viria a ocorrer em 1983, quando o presidente Chadli Bendjedid chegou a Paris a tempo de saudar a ascensão ao poder dos socialistas de François Mitterrand. Três anos depois, a euforia já cedeu lugar à decepção nos círculos oficiais argelinos, em que se comenta que os socialistas franceses estão raciocinando em termos estratégicos capitalistas.

Prosseguimento da guerra

O presidente Chadli visitou, igualmente, os Estados Unidos, no ano passado, e a União Soviética, em março deste ano.

A URSS é a grande fornecedora de equipamento militar da Argélia, mas são crescentes as reivindicações por uma indústria militar nacional e a tecnologia poderá vir do Brasil.

Os Estados Unidos são o maior comprador de petróleo e um dos principais parceiros comerciais da Argélia, que importa de lá aviões civis (90% dos aparelhos da *Air Algérie* são norte-americanos), cereais e matérias-primas. Existe ainda um programa

ARBÉLIA

de formação de estudantes argelinos nos Estados Unidos. Conforme fez questão de esclarecer o vice-ministro argelino do Exterior, as relações com os Estados Unidos – que estiveram rompidas de 1967 a 1974 – “são baseadas nos interesses recíprocos e não são afetadas pelo peso do poder de Washington, onde se sabe que somos um país sério e politicamente estável”.

As agressões norte-americanas à Líbia – considerada um país irmão, inclusive pela contribuição dada à libertação da Argélia – foram condenadas em termos bastante claros em Argel, que se declara contra toda e qualquer forma de terrorismo, mas acha que os Estados Unidos não apresentaram provas de que a Líbia o fomenta.

O apoio aos palestinos é incondicional, e Aberkane cita o pensador revolucionário Frantz Fanon para defendê-los: “Quando se toma tudo de alguém, torna-se este alguém absolutamente livre”. E arremata: “Não se pode exigir que os palestinos respeitem as leis internacionais depois da injustiça histórica que sofreram”.

No momento, a Argélia lidera uma iniciativa com vistas à reunificação do movimento palestino, com o mesmo empenho com que se bate, baseada no princípio da autodeterminação, a favor da Swapo na Namíbia, do ANC (que tem representação em Argel, Meca dos movimentos de libertação desde os tempos de Amílcar Cabral), na África do Sul, e da Frente Polisário, no Saara Ocidental. Apóia os sandinistas na Nicarágua, como apoiou cubanos e vietnamitas contra os Estados Unidos e os argentinos contra a Inglaterra na Guerra das Malvinas.

Para o vice-ministro Aberkane – que considera o momento atual, em que o Marrocos negocia com a Frente Polisário na ONU, muito oportuno para que o Brasil reconheça a República Árabe Saaraui Democrática –, a Argélia encara todas essas lutas como um prosseguimento da sua própria guerra de libertação contra o colonialismo e o imperialismo, sempre de acordo com os princípios inscritos na Plataforma de Soummam, o primeiro documento ideológico da Frente de Libertação Nacional.

A.J.P.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
– FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12n^{os}) – Cz\$ 12,00
Semestral (24n^{os}) – Cz\$ 24,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



A mulher e o amor na literatura

A religião, as tradições, o papel da mulher, a batalha pela identidade cultural são alguns dos temas abordados pelas novas gerações de escritores e poetas argelino

Berço de pensadores e escritores como Santo Agostinho, Ibn Khaldoun (embora nascido em Túnis, ele foi especialmente fecundo depois que se radicou em Argel) e Albert Camus, a Argélia tem uma literatura rica, mas que reflete, em seu bilinguismo, o genocídio cultural sofrido. Essa literatura se torna especialmente engajada e militante após os

massacres de Sétif e Ghelma, em 1945, quando 45 mil argelinos foram mortos ao saírem às ruas para comemorar a vitória sobre o nazi-fascismo e para cobrar a independência que a França lhes havia prometido durante a guerra. Como escreveu o romancista Kateb Yacine (*Nedjma* e *Le cercle des représailles*), "foi em 1945, em Sétif, que meu humanitarismo defrontou, pela primeira vez, o mais atroz dos espetáculos. Eu tinha 16 anos. O choque que senti ante a implacável carnificina que provocou a morte de milhares de muçulmanos, eu jamais o esqueci. Foi lá que se cimentou o meu nacionalismo..."

Outros expoentes dessa geração literária nascida dos massacres, o que transforma a literatura num instrumento de combate são, em primeiro lugar, Mouloud Feraoun (*La terre et le sang*), Mohamed Dib (*L'incendie*), Mouloud Mammeri (*Le sommeil du juste*) e Malek Haddad (*Le quai aux fleurs*

ne répond plus). Eles escreveram de acordo com uma divisa que somente seria endereçada aos artistas e intelectuais na década de 70, com a revolução cultural do presidente Boumedienne: "ser autêntico e ligado ao seu povo e à sua época".

Nossa colaboradora portuguesa, Elsa Rodrigues

dos Santos, pesquisou as obras desses autores e dos mais jovens, da geração seguinte, em busca de duas fontes de inspiração permanente em todas as literaturas: a mulher e o amor. Veja o que ela encontrou.

Quase 25 anos após a independência, é curioso recordar o percurso da literatura argelina desde o período da resistência, passando pela euforia

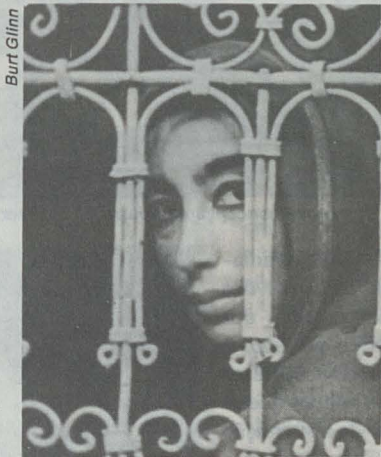
da libertação até um certo desencanto dos poetas de hoje.

Como em todas as literaturas, o escritor argelino é um indivíduo atento e rebelde por natureza. Está na vida, participa. Não é apenas espectador, mas agente do progresso. Assim, ele passou pelo *maquis* e lutou com armas ou com letras. É a época de Mohamed Dib, de Malek Haddad, Abdel Hamid Ben Hadouga, Salih Kharafi e tantos outros. A obra desses escritores revela-nos a tomada de consciência de um povo em toda a sua maturidade, lutando para expulsar o colonizador e afirmar aquilo que tem de mais precioso: a dignidade.

Em romances como *L'élève et la leçon* (1960), de Malek Haddad, a mulher está presente, quer lutando ao lado do homem, quer impondo sua própria libertação como mulher.

Em *Le quai aux fleurs ne répond plus* (1962), do mesmo autor, ela é vítima da sociedade a que pertence e da guerra. É um pássaro que não aprendeu a voar e, por isso, não conseguiu dar os passos certos quando pretendeu fazê-lo pela primeira vez. Liga-se, por relação amorosa, a um oficial francês, a quem passa informações, crime que paga com a morte, punida

terceiro mundo - 39



Burt Glinn

ARGÉLIA

pelo próprio irmão. Final trágico, em que o ajuste de contas provoca reflexões sobre as causas da alienação dessa mulher, que morreu sem ter podido assistir ao renascimento da Argélia.

A problemática da mulher é, contudo, mais evidente em duas escritoras que conseguiram rasgar o véu, sobrepondo-se à autoridade *magister dixit* masculina, pelo seu próprio valor e talento.

Assia Djebar, com o romance *Les enfants du nouveau monde*, reporta-se a 1956, durante a guerra. O mesmo tema, ora da alienação da mulher que serve de delatora para a polícia e que é depois morta implacavelmente pelo irmão, ora da profunda consciência revolucionária, em que uma mulher é obrigada a mentir ao marido policial para salvar os seus irmãos argelinos, ou da mulher que, ante a prisão e o espectro da tortura, resiste heroicamente, por amor à pátria ou por amor ao homem.

A romancista e cineasta Assia Djebar está contra tudo e contra todos. É ela própria quem diz: "Fazer um filme, na condição de mulher argelina e romancista de expressão francesa, é, em primeiro lugar, desafiar e, depois, resolver grande número de contradições das quais a mais importante é a língua. É quebrar o círculo infernal no qual se encontram encerrados os escritores argelinos de expressão francesa".

É dela o filme *La nouba des femmes du Mont de Chénoua*, isto é, "A vida cotidiana das mulheres do Monte Chénoua", a partir dos testemunhos de mulheres falando do trabalho, dos filhos, dos maridos que tinham morrido no *maquis* durante a guerra. A realizadora procurou ir às raízes através da memória das mulheres mais velhas, que se lembravam de histórias desde o tempo da insurreição abortada de 1871.

A crisálida, o livro de Aïcha Lemsine publicado em Paris, em 1976, pelas *Éditions des Femmes*, e em Lisboa, em 1978, pela Livraria Bertrand, é um romance feminista. Nele, se compara a mulher argelina a uma borboleta que servia apenas para ornamentar o lar. Sua vida girava em torno do pai e, depois, do

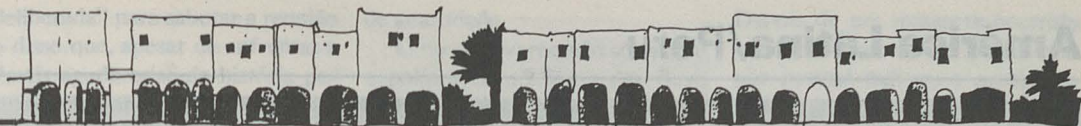
marido, que dela podia dispor, repudiando-a ou impondo-lhe a presença de outras mulheres, impedindo-lhe o acesso ao mundo exterior, confinando-a ao universo fechado da casa, em que os nascimentos, os casamentos e as mortes eram os únicos acontecimentos de uma vida pautada por normas seculares. A ação do romance situa-se no final da guerra de libertação e nos primeiros passos da vitória. "Mas as coisas iriam mudar", diz o texto. "A revolução enfeitava-se com outras palavras, outros adornos. O Islã reencontrava o seu sentido e todo o país o via".

É evidente que, com a independência, muitas coisas mudaram, principalmente nos últimos anos, mas não tanto como seria desejável para o progresso



Uma nova concepção do papel da mulher na sociedade argelina





da Argélia. Para isso, não basta a expansão escolar. É necessária também uma revolução cultural. Nesse sentido, surge o Movimento de Libertação da Mulher entre as intelectuais e estudantes universitárias, com a adesão de alguns círculos intelectuais masculinos. Há também uma juventude ajudando a modificar hábitos e costumes ancestrais, como demonstram os poetas dos anos 80. Alguns dos títulos de suas obras são sintomáticos da sua intenção crítica e do seu desejo de transformação.

Entre la dent et la mémoire, de Djamel Amrani, e *Poèmes à coup de poing et à coup de pied*, de Abderrahmane Lounès, são publicados em Argel, em 1981, pela SNED (Société Nationale d'Édition et de Diffusion), numa interessante coleção de poesia a que se juntam outros nomes e títulos: *Colporteur*, de Amine, *Pieds nus au bord de l'eau*, de Hamida Chellali, *Soligram II*, de Mohamed Daoui L'Hadj, *Saison des pluies*, de Abdelkrim Saighi, e *Quelque part un regard*, de Abrous Toudert.

Hamida Chellali, a única mulher deste grupo, exprime-se deste modo:

"Ela sabia/ desde a infância/ que os seus olhos/ não podiam erguer-se/ acima dos dos homens./ Mas um dia/ quebrando o interdito/ ousou/ fixar o pai/ que a esbofeteava./ Ela sabia-se fraca/ e que não podia/ fazer face/ àquele que a dominava./ Mas um dia/ ousou/ e de pé/ afrontou/ o homem/ que a espeznava."/ (In *Pieds nus au bord de l'eau*)

E define o seu sonho nestes versos:



"Eu sei/ que um dia/ em algum lado/ uma criança indócil/ armada de pedras/ e de amor/ inventará/ o nosso sonho social."/ (Ibidem)

Abderrahmane Lounès, poeta mais jovem (nascido em 1952) e talvez um dos mais importantes desta geração, trata de aspirações profundas e do desajuste em relação à sociedade, através de uma escrita onde a ironia lhe permite optar e desconstruir. Ele próprio diz que são as suas opções que justificam o desejo ardente de "despir a linguagem para exprimir o inexprimível". Sua amarga ironia leva-o a escrever poesias em que lamenta a mediocridade da vida que, no fundo, se liga ao atraso dos costumes:

"Terceiro Poema"

"Ele levou uma terceira vida/ conheceu uma terceira juventude/ viveu um terceiro amor/ agarrou-se a uma terceira esperança/ morreu numa terceira manhã./ Teve direito a um caixão de terceira."

À ironia sobrepe-se, porém, na maioria dos poetas, o amor cantado livremente. É o caso de Amine, no seu belo livro *Colporteur*, em que o verdadeiro amor não é o sonhado ou o imaginado, mas o vivido. É essa a grande mensagem da obra, em consonância com as mais justas aspirações de uma juventude que quer construir a felicidade no país que ama, mas, para isso, precisa optar e amar livremente, constatação que leva o poeta Abdelkrim Saighi a exclamar, no seu livro *Saison des pluies*:

"Amour/ Je te vis/ O ma vie/ Et depuis/ je vis. ●

Elsa Rodrigues dos Santos

terceiro mundo - 41



Entre a vontade de mudança e a morte

Uma economia em crise, a corrupção e o abuso do poder como herança, mais a escalada da violência do terrorismo, desafiam os propósitos de mudança do presidente Alan García

Avenida Tacna, centro de Lima, meio-dia, céu nublado, típico de um dia de inverno na capital peruana. Centenas de policiais vigiam as redondezas do Centro de Convenções do Hotel Crialón. O trânsito é reduzido, ninguém caminha pela rua que lhe dá acesso sem sua respectiva identificação. Todos os que entram com malas ou pastas são cuidadosamente revistados por policiais femininas.

Não se trata de uma ditadura agonizante que se defende, nem tampouco de uma reunião de al-

guns setores antipopular odiados pelas maiorias: eram os momentos que antecediam a inauguração do Congresso da Internacional Socialista, que pela primeira vez se realizava na América Latina. Nesse local eram esperados o presidente Alan García, o ex-chanceler Willy Brandt, o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, Leonel Brizola, Anselmo Sule, Hipólito Solari Yrigoyen e líderes da social-democracia européia.

Passado o meio-dia, com a impaciência tomando conta do ambiente, explodiram duas bombas

nas redondezas e uma terrorista morreu quando detonou em suas mãos um primitivo lança-mísseis com o qual pretendia disparar contra a reunião. Minutos depois chegava Alan García.

Quando o presidente iniciou seu discurso, já era conhecido o trágico balanço dos levantes de guerrilheiros do Sendero Luminoso detidos em prisões de alta segurança. Correram sangue. Centenas de mortes abalavam mais uma vez a consciência do Peru, assolado pela violência. O presidente falou de uma "campanha

deliberada" para sabotar a reunião e disse que, apesar de enfrentar a "mais aguda crise da história peruana, herdando os resultados de muitos anos de dominação, injustiça e desacerto, o governo não se deterá, mantendo inalterada a defesa da soberania continental, ameaçada pelo intervencionismo imperialista na América Central, e apoiará sem reservas a causa revolucionária do povo da Nicarágua". O presidente condenou mais uma vez os credores ricos, ratificou o ponto de vista peruano com relação ao problema da dívida, criticou os países desenvolvidos vendedores de armas e disse, a respeito da atual ordem econômica internacional: "Ou estamos com o sistema irracional onde o dinheiro impôs sua força maléfica, ou estamos com os povos; ou estamos com os bancos, ou estamos com os pobres do mundo. Esta é a linha divisória da justiça".

Discurso progressista, sem dúvida. Como torná-lo coerente com o atual clima de repressão e massacre? Para muitos observadores estrangeiros, era quase incompreensível, quando não abertamente condenável. Contudo, é necessário compreender o Peru e seus dramáticos problemas para perceber a lógica dos acontecimentos.

Arbitrio e intransigência

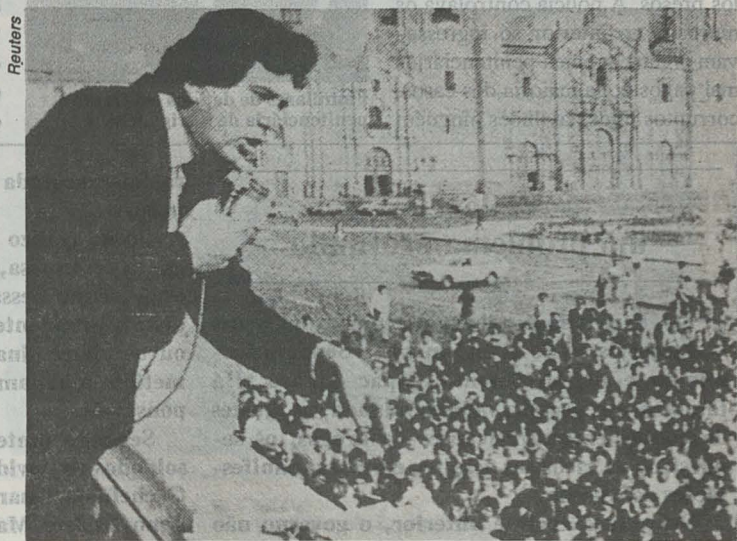
Alan García preside um governo que manifestou sua vontade de efetuar mudanças. Há quase um ano, quando começou seu governo, o Peru se debatia na sua maior crise, agravada em grande medida pelo governo direitista de Belaúnde Terry, que não só destruiu a economia ao impor um modelo neoliberal, como mostrou uma incrível complacência frente à corrupção e ao abuso do poder, o que resultou numa perda total

de autoridade.

O novo governo não só mudou a política econômica e deu novo impulso progressista às relações internacionais¹, como tentou enfrentar o grave problema da violência. A reorganização das forças policiais, com o expurgo de elementos corruptos, a reestruturação dos comandos e modificações nos centros de instrução, foi o primeiro passo. O problema relacionado com equipamentos era muito sério e foi atacado em se-

Depois de um massacre ocorrido na região das serras, perpetrado por pessoal militar, o presidente pediu a renúncia do chefe de comando conjunto das forças armadas e levou a julgamento o subtenente responsável direto pelos fatos.

Apesar disso, a violência persiste por várias e complexas razões: o alto índice de marginalidade, a influência corruptora do narcotráfico, a tradição de arbitrariedade das autoridades perua-



Alan García: a mais grave crise da história peruana

gundo lugar. Como exemplo, basta dizer que Lima, com seis milhões de habitantes e grande delinquência, contava apenas, em julho de 1985, com doze carros de polícia. Hoje, está com várias centenas, improvisados com automóveis tomados das empresas públicas e ministérios, veículos que eram utilizados pelos funcionários de forma que o governo considerou indevida.

Em seguida, veio a decisão de não tolerar a repressão irracional

nas e a presença de um grupo guerrilheiro e terrorista irracional em seu extremismo. Um movimento maoísta, inimigo da URSS e de Cuba, arquiinimigo dos atuais líderes chineses, cruel e intransigente com a esquerda parlamentar, sem interesse em expor suas idéias e habituado a comunicar-se através do macabro discurso da morte — o Sendero Luminoso não é uma guerrilha como as outras na América Latina.

O público peruano pôde ver, pela televisão, como os senderistas presos reagiam com palavras-de-ordem e gritos às sugestões de diálogo feitas por parlamentares

¹ Apoio à Nicarágua; ação decisiva no Grupo de Apoio a Contadora; presidência da conferência anti-anartheid; não-alinhamento etc.

progressistas.

O Sendero transformou as prisões onde seus militantes estavam detidos em verdadeiras fortalezas. O governo anterior perdeu o controle sobre esses redutos, o que continuou acontecendo sob o governo atual.

Como foi possível tamanha loucura? Sem entender como são as prisões no Peru, a situação parece extraída da imaginação de García Márquez. No Peru, há décadas, as prisões são dirigidas pelos presos. A polícia controlava os muros e no interior só ingressavam alguns agentes penitenciários mal pagos e, na maioria dos casos, corruptos. Nos pavilhões ninguém



Famílias de detidos em frente à penitenciária de Lurigancho

entrava, exceto quando havia "revistas". Quase sempre, nos pavilhões de presos comuns, depois de uma "revista", são encontradas lanças, facas, revólveres, droga, álcool. Como entraram? Levados pelas visitas, com a cumplicidade de guardas relapsos ou subornados.

Desse modo, foi fácil para os senderistas construir na ilha de Frontón túneis e muros, armando-se com dinamite, bombas caseiras, fuzis e revólveres. Em Lurigancho, também se armaram e fortificaram. Dentro dos pavilhões era o Sendero que governava. Havia cartazes do "camarada" Gonzalo, cumpria-se uma rotina marcada

Violência: um problema profundo

□ O Peru não é apenas o cenário das ações terroristas do grupo maoísta Sendero Luminoso e do Movimento Tupac Amaru. Há também a repressão indiscriminada, os ajustes de contas entre traficantes de drogas, os sequestros de ricos, os assaltos e outras manifestações delituosas

Durante o regime anterior, o governo não quis sequer discutir a existência de corrupção e abuso por parte da polícia. O governo atual deu mostras de querer mudanças, mas o problema é mais grave do que se possa imaginar. Em linhas gerais, pode-se dizer que os que pertencem às instituições militares ou policiais peruanas se sentem, como herdeiros de uma longa tradição autoritária, situados acima da lei. Acreditam que podem fazer qualquer coisa sem sofrer sanções e, logicamente, resistem a qualquer tentativa de controle rigoroso.

O esmagamento da rebelião nas prisões de Lurigancho, Frontón e Santa Bárbara não escapou à rotina de excessos das forças armadas e policiais, convertendo-se em verdadeiro massacre de membros da guerrilha, executado deliberada e friamente.

Os mortos foram calculados pela oposição entre 250 e 400, sendo que a maioria esmagado-

ra foi executada quando já havia deposto armas.

"Não avalizo nem apóio os excessos, a vingança criminosa, porque as forças da lei devem estar acima dessa prática primária e brutal", disse o presidente Alan García quando anunciou ter determinado que fossem detidos e submetidos a julgamento os oficiais e soldados responsáveis.

Segundo fontes do governo, 20 oficiais e 80 soldados envolvidos na matança foram detidos. O chefe da Guarda Republicana, general Máximo Andrés Martínez, foi afastado do cargo pelo presidente a 30 de junho. No mesmo dia, o ministro da Justiça, Luis González Posada, renunciou, denunciando a violência utilizada contra os insurgentes.

O ministro disse que as forças armadas e a guarda republicana, ao reprimirem a rebelião nas prisões, "excederam a ordem dada pelo Conselho de Ministros e violaram princípios humanitários, legais e cristãos elementares". A renúncia de González Posada foi seguida pela de vinte e dois altos funcionários do Ministério.

O procurador geral da República, Pedro Méndez Jurado, anunciou a 22 de julho a abertura de um processo judicial contra o general do exército Jorge Rabanal Ortega, responsabilizando-o pela morte de mais de uma centena de presos políticos, em circunstâncias que configuram o delito de fuzilamento de prisioneiros entregues à custódia policial.

por ritos, símbolos e uma disciplina rígida.

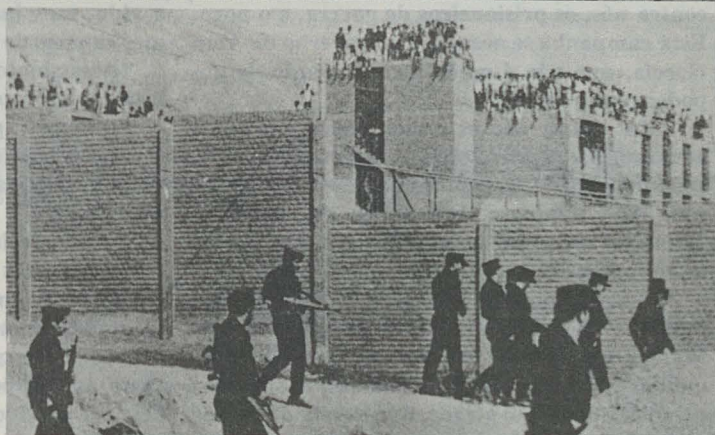
Os acontecimentos

A 7 de junho, durante uma cerimônia de juramento da bandeira, o Sendero explodiu duas bombas, matando duas pessoas. No dia 18, às seis da manhã, amotinaram-se os senderistas presos nas penitenciárias de El Frontón, Lurigancho e na prisão de mulheres Santa Bárbara. O governo enviou delegações para dialogar e conseguir que os amotinados liberassem os reféns. A comissão de paz² e representantes do Poder Judiciário e do ministério público tentaram solucionar o assunto de forma pacífica durante mais de dez horas. Fracassadas as tentativas, o governo decidiu encarregar as forças armadas de sufocar os motins e retomar as penitenciárias.

Em Santa Bárbara, os integrantes do corpo feminino da Guarda Republicana desempenharam o papel principal: entraram na penitenciária e libertaram os reféns, entre os quais se encontrava a diretora. Saldo: duas detentas mortas. Em Lurigancho, a resistência foi muito maior e os combates duraram várias horas. No final, os mortos eram mais de 150. Alguns morreram na luta, outros por asfixia provocada pela fumaça que invadiu os estreitos corredores e as celas.

Na ilha de El Frontón, a resistência foi ainda maior e chegaram a ser utilizados helicópteros e armas pesadas. Trinta amotinados se renderam. Outros trinta foram declarados oficialmente mortos. Supõe-se que muitos outros tenham perecido sob escombros ou

² Grupo de pessoas independentes e de prestígio que visam a buscar, através do diálogo, uma superação dos problemas da violência e violação dos Direitos Humanos.



Sendero Luminoso: reduzir o confronto ao plano militar

nos túneis que foram cavados para resistir a qualquer ataque. No total, os mortos passam de 200, e entre eles se encontram também policiais e homens da marinha.

Ao que parece, o Sendero não acreditava que o governo se atrevesse a dar uma resposta dura. Pensaram talvez que, como nos dias de Belaúnde, poderiam demonstrar a “impotência da democracia”, tratando de enfraquecê-la e criando condições para um golpe militar, com a finalidade de “aprofundar as contradições” e se expandir. Agora a ação do governo será criticada fora do Peru e dentro do país pelos setores mais radicais da esquerda. O prefeito Barrantes, principal líder esquer-

disto do Peru, foi, porém, moderado em suas críticas.

Talvez o Sendero responda com novos atentados, o que, de acordo com círculos ligados ao governo, não deverá passar de um sinal de desespero, visto a organização ter-se conscientizado de que está perdendo a batalha nas zonas rurais, onde contava com maior respaldo.

Na sexta-feira 20, ao encerrar-se a conferência, o coro entoava a Internacional, fazendo lembrar Isaac Deutscher quando refletia sobre o poder e o sonho. No Peru, o sonho do “futuro diferente” se choca com uma realidade crua e brutal. É possível deixar de enfrentá-la? ●

César Arias Quincot

terceiro mundo - 45

Fala o Sendero Luminoso

Na sua edição de fevereiro-março deste ano, a revista peruana *Quehacer* publicou uma entrevista com membros do Sendero Luminoso detidos na prisão de Lurigancho. Depois do trágico desfecho da rebelião de 18 de junho, esse testemunho lança nova luz sobre o pensamento da organização guerrilheira. Por essa razão, reproduzimos a seguir fragmentos dessa entrevista:

“Está em curso uma campanha de genocídio contra nós, os prisioneiros de guerra, e o povo. Esta campanha se acentuou no governo de Alan García, que não é senão a continuação de um poder reacionário”.

“Mas daqui não sairemos senão mortos, e nosso sangue recairá sobre os responsáveis. Pela ação do partido, estas masmorras se converteram em luminosa trincheira de combate. Transcrevam assim mesmo: luminosa trincheira de combate”.

“Nossas vidas individuais não têm importância. O que importa são as massas; nelas se fundem e adquirem sentido nossas vidas individuais. Nas massas. E as massas, conduzidas pelo partido, estão alcançando a cada dia novas vitórias, novos triunfos nessa guerra revolucio-



Atentado realizado pelo Sendero em Callao

nária”.

“No nosso caso, não se trata de fanatismo, mas de ideologia, e uma ideologia que é a expressão da realidade existente no mundo. Chamam-nos de fanáticos do ódio e da morte. Mas nossos sentimentos estão sujeitos à ideologia, e por isso podemos delimitar perfeitamente um profundo amor e um profundo ódio. Segurança plena da vitória: é isso que temos, não fanatismo”.

“Nossa moral é superior e assumimos a morte como um desafio. O temor é superado pela ideologia, e, na confrontação valor-temor, transformamos o temor em um valor. Amamos a vida, mas justamente porque amamos somos capazes de entregá-la”.

“Assassinato? De modo algum. O povo não luta contra o povo. Justicamentos, sim. Há os que tomam o partido dos opressores e os que tomam o partido da guerra popular. É preciso optar entre estar com o povo ou com o seu inimigo”.

“O campesinato pobre é a força motriz da revolução, mas dentro da ideologia do proletariado. Ele é o motor de nossa guerra camponesa, que já cumpriu cinco anos de vitórias. As massas convergem como ondas em todo o país, tanto no campo como na cidade. É uma epopéia do partido e do povo. É maior do que a luta de Tupac Amaru. Estamos pondo abaixo treze séculos de governos reacionários”.

“A Comissão de Paz não passa de uma entidade burocrática que já foi desacreditada pelo próprio Alan García. Não acreditamos nem em diálogo com o governo nem em anistias. O diálogo e a anistia não são possíveis entre a revolução e a contra-revolução”.

“Este é o presidente Gonzalo, o maior marxista-leninista vivo. Acompanha-o um mar de homens armados. Como os comunistas russos e os comunistas chineses, estamos tomando o poder por partes, com os fuzis, conquistando bases de apoio. Somos o único partido marxista-leninista-maoísta do mundo que se levantou em armas. Nossa revolução é exemplar. Estamos gritando a todos os ventos da terra: somos maoístas e encabeçamos a ofensiva estratégica da revolução mundial. Este é um processo que deverá durar entre 50 e 100 anos, e em que serão varridos todos os imperialismos e seus lacaios”.

Bejar: um acordo em relação ao terrorismo

De modo que constitui realmente um assunto para um amplo acordo.

E como conseguir esse acordo?

— Pode ser obtido, em primeiro lugar, com base na responsabilidade individual dos participantes, que devem, cada um, assumir sua obrigação. Quando digo que deve assumir, estou me referindo a um problema difícil, porque, em geral, são assuntos que não são populares. É preciso assumir custos. E não é fácil para um político de esquerda, por exemplo, admitir que não só os que reprimem são maus, como não é fácil para um político de direita admitir que não

Héctor Bejar, guerrilheiro no início dos anos 60, posteriormente integrante do governo dos militares progressistas peruanos e hoje um ideólogo e formulador de políticas que possibilitem uma ação conjunta do Apra e da Esquerda Unida, opina da seguinte forma sobre o fenômeno do terrorismo em seu país:

das forças armadas. Nem o governo, nem as classes médias, nem os organismos sindicais, nem os partidos políticos deveriam supor que o combate ao terrorismo seja um assunto dos militares, porque isso implica que, enquanto mantemos nossas mãos limpas, delegamos a eles o papel de repressores, o que significa degradar nossas forças armadas.

Acredito, por isso, que no Peru cada um tem sua responsa-

Qual a situação do terrorismo no Peru?

— Ele constitui uma ameaça muito grande. Não o terrorismo em si, porque ele é executado por grupos minoritários. O perigo está no que denominei de "senderização" da sociedade, ou seja, a forma como ela se habitua à violência.

Se o povo se acostuma ao fato de já haver sete mil mortos no país, entre guerrilheiros, militares, policiais e civis, ele começa a pensar que mais um terrorista morto não importa. Considero um perigo nos habituarmos à violência e à morte. É uma espécie de câncer que corrói a sociedade peruana, e por mais longe que possamos levar um regime constitucional, ele ameaça nos destruir como país.

Como reagir diante disso? É possível um acordo social com uma resposta ampla da sociedade?

— Creio que deve haver um acordo relativo ao terrorismo e que nós, os peruanos, não podemos considerar o combate ao terrorismo um assunto exclusivo



"O perigo está na 'senderização' da sociedade peruana"

bilidade com relação ao terrorismo. Uma responsabilidade que não pode se limitar a simplesmente se manifestar contra, porque isso é muito fácil. O terrorismo de direita deveria ser repudiado por todos os indivíduos de direita, assim como o terrorismo de esquerda deveria sê-lo pelos homens de esquerda. O terrorismo não é apenas uma ameaça à democracia: é um inimigo da sociedade.

só os comunistas são terroristas. Também não é fácil para um governo que se considere democrático assumir a tarefa da repressão. Então estamos falando de custos, porque, num acordo, cada grupo não só participa com suas propostas como também com sua parte nos custos. Com aquilo que vai ter que pagar, ou perder, em termos de prestígio, dinheiro e poder.



C. Castilho

A batalha econômica

A crise gerada pela intransigência do governo racista sul-africano deixou de ser apenas uma questão militar e política para se transformar numa guerra econômica cujo desfecho pode mudar o equilíbrio estratégico da região

Quando os nove países da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Econômico da África Austral (SADCC) realizaram uma reunião de cúpula em Luanda no final de agosto, o clima entre as delegações era o de que nunca na história dos seis anos de existência da organização, a unidade entre seus membros era tão necessária e tão urgente. A sensação geral, tanto no plenário como nos corredores e reuniões fechadas, era a de que Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Tanzânia e Botsuana têm pela frente uma guerra pela sobrevivência econômica, que, segundo o pensamento unânime será longa e muito difícil.

O inimigo é o regime racista sul-africano, mas, segundo os chefes de governo dos nove países a questão é bem mais complexa. Eles acham que enquanto não ocorrerem mudanças na política norte-americana em relação à África do Sul, o governo de Pretória se considerará seguro e apoiado por um poderoso aliado, razão pela qual não recuará em sua decisão de retardar a independência da Namíbia, bem como usar todos os recursos para impedir que seus vizinhos tenham a tranquilidade necessária para planejar seu desenvolvimento econômico. Os países da SADCC não têm condições materiais de impedir o prosseguimento das incursões militares sul-africanas contra

os seus territórios, dada a disparidade de efetivos e armamentos. A África do Sul também sabe que não pode partir para a ocupação pura e simples dos países vizinhos, diante da sua própria crise interna e da falta de apoio externo.

Assim, com a frente militar mais ou menos estabilizada numa tática de desgaste e pressão permanente, a principal arma do *apartheid* passou a ser a intimidação econômica, através da qual, com o poderoso apoio norte-americano e inglês, a África do Sul pretende quebrar a militância anti-racista dos nove sócios da SADCC. Isto já era conhecido desde a fundação da organização em 1980, mas se tornou agora dramaticamente presente, quando

Pretória repassa para seus vizinhos as sanções econômicas que muitos países ocidentais começam a aplicar em protesto contra sua resistência a eliminar as leis racistas.

Um diplomata do Botswana disse nos corredores do Centro de Conferências Dois de Dezembro, em Luanda: "A sobrevivência dos governos (os 9 da SADCC) depende agora exclusivamente de nós próprios. A ajuda internacional ficará sempre aquém de nossas necessidades. É certo que vamos sofrer represálias sul-africanas, e contra elas só existe a alternativa da mobilização nacional numa escala nunca vista antes em nossos países, para enfrentar dificuldades cujas dimensões nós ainda não podemos imaginar".

O custo da guerra

Angola e Tanzânia são os países da SADCC que menos dependem economicamente da África do Sul. Mas, em compensação, todos os demais membros da organização regional são obrigados, por força da estrutura de transportes e comunicações herdada do colonialismo, a depender, em percentagens que variam de 50 a 100%, das rotas de abastecimento da África do Sul. Essa situação, mais os ataques militares sul-africanos, especialmente contra Angola, fizeram com que os nove países da SADCC sofressem prejuízos calculados em aproximadamente US\$ 28 bilhões de dólares nos últimos dez anos. Só no período 80-84, segundo dados de um estudo feito por especialistas da SADCC e não divulgados integralmente, as perdas teriam sido da ordem de 11,36 bilhões.

A combinação de pressões econômicas com agressões mili-

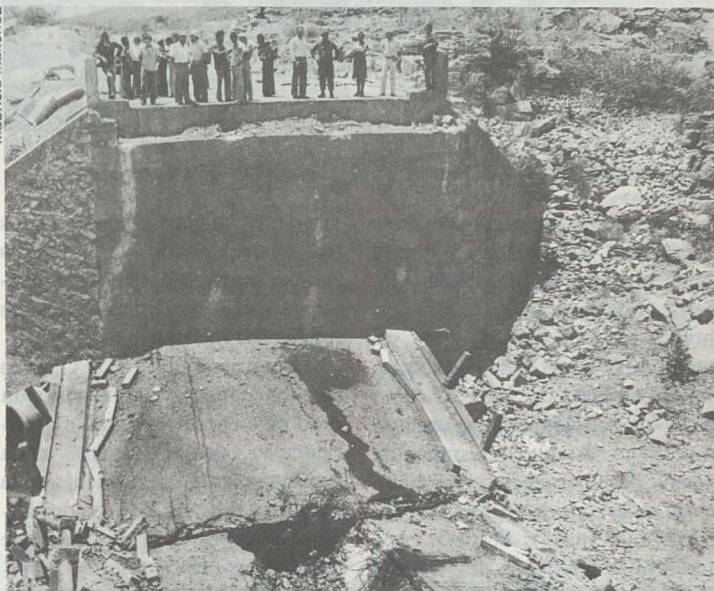
tares sul-africanos fez com que os 9 países da SADCC sofressem desde a fundação do movimento as seguintes despesas extras:

- gastos militares adicionais – 3,6 bilhões;
- custos mais elevados de transporte e energia – 193 milhões;
- despesas com atendimento a refugiados – 750 milhões;
- perdas com exportações e tu-

anos. Uma gorda parcela dessas perdas foi sofrida por Angola, que já calculou em quase 20 bilhões de dólares os prejuízos sofridos em consequência das repetidas invasões sul-africanas de seu território desde a sua independência, em 1975.

Para dar uma idéia da magnitude das sabotagens, basta dizer que os angolanos perderam com as agressões sul-africanas quase

Maurício Makenda



A sabotagem sul-africana já causou prejuízos de US\$ 30 bilhões a Angola

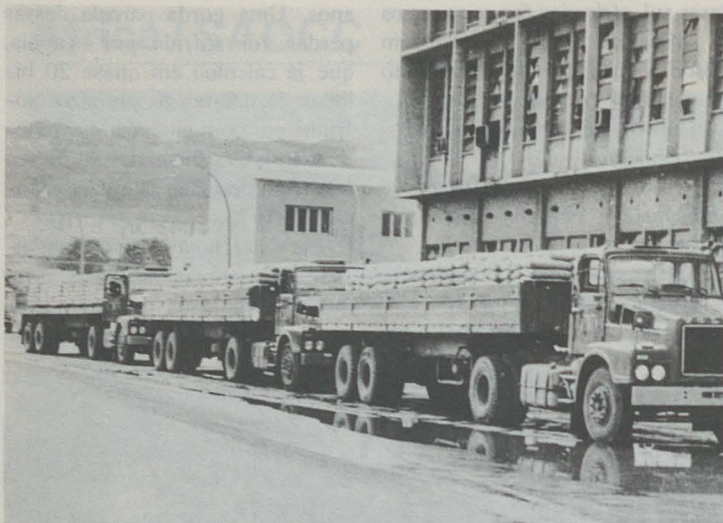
- rismo – 261 milhões;
- prejuízos sofridos com embargos – 295 milhões;
- perdas com a queda do crescimento econômico – 2,27 bilhões;
- prejuízos com acordos comerciais desvantajosos – 386 milhões;
- contrabando e sabotagem – 215 milhões.

Esses são alguns dos prejuízos contabilizados num total de aproximadamente US\$ 7 bilhões. Os restantes quatro bilhões de dólares são atribuídos a prejuízos causados por invasões militares sul-africanas nos últimos quatro

sete vezes o valor de todas as suas exportações de 1980.

Por outro lado, os nove países da SADCC acumularam desde a criação do organismo perdas materiais iguais à soma de todas as suas exportações em 1980, e que são avaliadas em US\$ 7,193 bilhões. De maneira geral, os especialistas acreditam que 1/6 dos recursos oriundos das vendas externas dos governos membros da organização no período 80-86 foi perdido por causa da interferência sul-africana.

Mas se os últimos seis anos foram extremamente duros para os vizinhos da África do Sul, o



Os países da SADCC reivindicam uma coordenação para as exportações

futuro a curto prazo parece ainda mais difícil. Na medida em que se sente hostilizada pela opinião pública internacional, a minoria branca racista mostra que vai tentar usar o seu peso econômico sobre os países da SADCC como parte de seu jogo de ameaças e represálias. Assim, os estudos de planos de emergência em trâmite entre os grupos de especialistas da SADCC formados desde a conferência ministerial de Arusha (Tanzânia), em 1985, estão dedicando especial atenção aos seguintes pontos:

- criação de rotas alternativas para os suprimentos de petróleo e combustíveis (principalmente Botsuana, Lesoto, Zâmbia, Zimbábue e Malawi), notadamente através dos portos de Beira e Dar es Salaam;

- interligação das redes nacionais de energia elétrica entre Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Botsuana e Suazilândia;

- procurar novos parceiros internacionais para substituir a África do Sul no comércio externo dos países da organização;

- providenciar empregos para cerca de 300 mil trabalhadores

50 - terceiro mundo

migrantes atualmente empregados nas minas de ouro e carvão da África do Sul e que provavelmente serão expulsos, no caso de retaliações racistas.

Os técnicos da SADCC ainda não têm um custo estimado para todo esse enorme esforço de reorientação de economias ainda profundamente dependentes da estrutura deixada pelo colonialismo. Os projetos em carteira e que atendem apenas a setores de importância imediata, como energia e transportes, totalizam US\$ 5,362 bilhões, conforme relatório apresentado na Conferência de Luanda, pelo secretário-geral da organização, Simba Makoni, de Botsuana. Desse total, já estão assegurados financiamentos no valor de 1,774 bilhões, enquanto prosseguem os atendimentos para a obtenção de mais 335,31 milhões de dólares. Makoni informou que ainda faltam cerca de 3,203 bilhões, para os quais não foram encontrados financiadores.

Medidas de emergência

Extra-oficialmente, existem estudos de alguns grupos técnicos

da SADCC prevendo que, de acordo com a intensidade das represálias sul-africanas nos próximos três anos, os nove países-membros poderão enfrentar a necessidade de até US\$ 7,84 bilhões para atender a situações de emergência provocadas por retaliações racistas. Essa cifra significa aproximadamente entre 1/3 a 1/4 do total das exportações anuais de todos os nove sócios da SADCC.

Mas não é apenas o valor das cifras que preocupa os dirigentes dos países ameaçados pela agressividade militar e econômica do *apartheid*. A maior parte dos projetos em andamento não começará a render frutos antes de dois ou três anos. Nesse período intermediário, a população dos nove países (calculada em mais de 60 milhões de pessoas) deverá enfrentar o impacto das represálias sem poder contar com uma ajuda externa maciça, nem com os resultados dos planos de reorientação das estruturas de transporte, energia e comunicações. Para se dar uma idéia do vulto de uma operação de socorro no caso de bloqueio total imposto pela África do Sul, haveria necessidade de uma ponte aérea três vezes maior do que a que abasteceu os habitantes de Berlim Ocidental na crise de 1948. Na época, foram transportados de avião cerca de dois milhões de toneladas de suprimentos num período de 15 meses, ou seja, um terço do total das mercadorias que passam anualmente pela África do Sul com destino a países da SADCC, segundo dados do jornal sul-africano *Star*.

Os países da África Austral sabem que os países ricos do Ocidente dificilmente darão às vítimas do bloqueio sul-africano o mesmo tratamento dispensado aos berlinenses ocidentais há quase 40 anos. Tampouco existe a expecta-

tiva de que os recursos financeiros para diminuir os prejuízos da retaliação racista sejam liberados maciça e rapidamente pelas instituições creditícias e governos de países industrializados.

Em Luanda, tornou-se quase unânime a convicção de que serão os próprios países da região que terão de arcar com a maior parcela de sacrifícios nessa guerra contra o racismo. A maioria esmagadora dos chefes de estado presentes à reunião da SADCC, notadamente dos países mais atingidos pela pressão sul-africana, reafirmaram que o elevado custo econômico e social a ser esperado de retaliações racistas pode ser compensado por uma previsível estabilidade regional no momento em que o *apartheid* for eliminado. O primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, foi o mais enfático ao dizer que a luta contra o racismo pode ser comparada à "dor de dente: provoca muito sofrimento, mas, depois que o foco da infecção é eliminado, tudo volta ao normal".

Uma armadilha

O fato de estarem na linha da frente na guerra contra o *apartheid* fez com que, na imprensa ocidental, surgissem veladas insinuações de que, por dever de coerência, deveriam ser os membros da SADCC os primeiros a impor sanções contra a África do Sul. Mas os nove países não caíram na armadilha. A declaração final ressaltou os casos especiais ao afirmar que, "embora individualmente alguns estados não estejam em condições de impor sanções, a vulnerabilidade dos países da SADCC não deve ser usada por outros como desculpa a não impor sanções".

A declaração ressaltou casos como o de Lesoto, Suazilândia e

Botsuana (os mais vulneráveis a curto prazo) e adverte os governos ocidentais que a posição desses países não deve servir como pretexto para a não aplicação de punições ao racismo.

O que os membros da SADCC disseram aos europeus e norte-americanos foi que estão dispostos a pagar qualquer preço caso a África do Sul venha a sofrer sanções de outros países, e que uma temporização com o *apartheid* não deve ser justificada com a alegação de que as represálias podem vir a causar maiores sofrimentos aos países vizinhos. Na reunião de Luanda, os membros da SADCC também se comprometeram a não fazer nada que possa neutralizar o efeito de sanções impostas pela comunidade internacional, o que significa que nenhum dos nove países repassará a África do Sul mercadorias e serviços cujo fornecimento Pretória tenha sido proibido em seus países de origem.

Na imprensa ocidental, a decisão da conferência de cúpula dos chefes de estado foi apresentada

como tendo ficado "a um passo das sanções", mas a realidade política foi bem outra. Em nenhum momento das discussões, segundo informações dos próprios ministros do exterior, foi discutida a aplicação de sanções conjuntas. Os membros da SADCC consideram que essa responsabilidade cabe prioritariamente às nações industrializadas do Ocidente, cujo comércio com a África do Sul fornece a principal base de sustentação do *apartheid*.

Mas a nível individual, alguns países da SADCC, principalmente os ligados à "Commonwealth", já estão a dando os primeiros passos para dificultar as ligações da África do Sul com o exterior. É o caso, por exemplo, do Zimbábue, que estuda a interrupção dos vôos entre Harare e Joanesburgo, bem como o sobrevôo do território nacional de aviões estrangeiros com destino à África do Sul.

As perdas sul-africanas

Os especialistas da SADCC comentam ainda que, se os nove

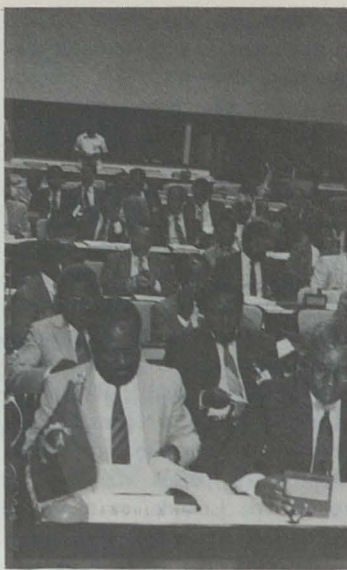


As agressões militares sul-africanas forçaram os países da SADCC a gastos adicionais de defesa calculados em quase três bilhões e meio de dólares

países-membros enfrentaram dificuldades crescentes no caso de retaliações sul-africanas, o governo de Pretória também terá as suas perdas. A principal delas é um superávit de aproximadamente 700 milhões de dólares anuais no comércio com os seus vizinhos. O professor Stephen Lewis, do Williams College, de Massachusetts, Estados Unidos, e conhecido especialista em questões econômicas africanas, garante que, além disso, as empresas da África do Sul devem perder cerca de um bilhão de dólares anuais em exportações de manufaturados e serviços para a Zâmbia, Zimbábue, Moçambique, Lesoto, Botsuana, Suazilândia e Malauí.

A possível expulsão dos trabalhadores negros migrantes deve elevar em aproximadamente 30% os custos de mão-de-obra das principais minas de ouro e de carvão da África do Sul, num momento em que a principal fonte de divisas do *apartheid* registra prejuízos enormes em consequência da queda dos preços internacionais do metal. O professor Lewis afirma num artigo publicado pela revista *Africa Notes*, da Georgetown University, que, apesar de a imprensa sul-africana e a maioria dos grandes jornais ocidentais continuarem insistindo na tese da dependência dos países da SADCC em relação a África do Sul, as retaliações contra os nove "podem acabar por provocar um efeito humerangue que atingirá o próprio *apartheid*".

Um dos golpes mais poderosos recebidos pelo *lobby* sul-africano foi a decisão da Confederação Industrial do Zimbábue, dominada por empresários brancos, de apoiar o fim das relações econômicas com Pretória. A confederação era um elemento importante no jogo dos interesses sul-africanos para dividir os países vizinhos



Ministros da SADCC em Luanda

no que se refere às pressões contra o racismo. Um industrial branco do Zimbábue disse à revista *Africa Economic Digest* que a "desvinculação econômica em relação à África do Sul não é apenas uma opção política desejável, mas uma necessidade para a sobrevivência do setor privado nos países da SADCC".

Tanto para o governo do primeiro-ministro Robert Mugabe como para o setor industrial de Zimbábue o funcionamento do chamado Corredor da Beira passou a ser uma questão vital. O corredor que vai da cidade de Mutare até o porto moçambicano da Beira é composto de uma estrada de ferro, um oleoduto e uma rodovia. As três vias de acesso são o alvo preferido dos grupos armados e orientados pela África do Sul com o objetivo de criar dificuldades para o escoamento da produção do Zimbábue, que até agora é exportada na sua grande maioria pelos portos sul-africanos.

Zimbábue gasta aproximadamente sete milhões de dólares por

mês para manter uma força de cerca de cinco mil soldados nos arredores do Corredor da Beira, em território moçambicano. Os dois países formaram um consórcio para ampliar a capacidade do Porto da Beira com investimentos superiores a 100 milhões de dólares.

O aprofundamento da integração entre o Zimbábue e Moçambique é um dos primeiros exemplos concretos do surgimento de uma nova mentalidade entre os países da SADCC, um organismo que a cada dia que passa ganha características de verdadeira tábua de salvação para as nações vizinhas da África do Sul.

A princípio a coordenação regional teve como principal objetivo reduzir custos e tornar mais racional o sistema de comunicações deixado pelo colonialismo. Mas, na medida em que o confronto com o *apartheid* se radicaliza e se aprofunda, a SADCC passa a ser também um importante instrumento político. A expectativa de uma guerra econômica pela sobrevivência já está causando alterações políticas internas em cada um dos países-membros, a exemplo do que aconteceu com os empresários brancos de Zimbábue, antes ferrenhos opositores do rompimento com a África do Sul.

Os governos estão sendo também obrigados a pedir taxas extras de sacrifícios à população, o que certamente fará com que os políticos moderados sejam obrigados a optar entre o colaboracionismo com o *apartheid* e posições comprometidas com a luta contra o racismo. Regimes como os do Malauí e Suazilândia tendem assim a ser absorvidos pela liderança de países como Angola, Zimbábue, Tanzânia e Moçambique. ●

Carlos Castilho

Três anos de revolução

O incentivo à agricultura e outras mudanças econômicas podem ter consequências no plano político

No dia 4 de agosto transcorreram três anos desde que o capitão Thomas Sankara, encabeçando um movimento impulsionado por jovens oficiais, derrubou o presidente Uedraogo, também um militar. Este contemporizava com a ala conservadora das Forças Armadas e com os interesses coloniais franceses, enquanto os jovens oficiais pretendiam implantar profundas reformas que libertassem o país da corrupção, da dependência econômica e do subdesenvolvimento.

Na 1ª Conferência dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), ocorrida no início de abril, em Uagadugu, foi feito um balanço

dos três anos de processo revolucionário por seus próprios condutores. A Conferência baseou-se neste lema: "Intensificação e harmonização da ação revolucionária na esfera dos Comitês de Defesa da Revolução". Teve também por objetivo, no dizer do próprio Sankara, afastar das fileiras do CDRs os "maus elementos".

O que acontece é que, com base nos "bons serviços" prestados à revolução, alguns dos integrantes dos CDRs esperavam uma modificação nos seus estatutos que resultassem em maior poder político para essas instâncias. Na realidade, os CDRs não dispõem de poder de decisão, limitando-se a

pôr em prática as orientações do governo. Mas o Conselho Nacional da Revolução, instância máxima do processo, mostra-se pouco disposto a partilhar esse poder.

Reflexos desse centralismo se podem sentir na política econômica, onde é perceptível uma certa demora na tomada de posição quanto a opções a médio prazo — haja vista o atraso na elaboração do plano quinquenal para 1986-90. Ainda não foram resolvidas questões de fundo, como, por exemplo, os meios pelos quais as empresas agrícolas e agroindustriais estatais contribuirão para a auto-suficiência do país em termos de alimentos.

Outra questão que ainda não foi definida é a dos pequenos produtores agrícolas: devem ser mantidas as já existentes associações de aldeias ou criadas cooperativas camponesas? Outro aspecto importante da busca de uma agricultura mais produtiva é o sistema de preços, sobretudo se estiver articulado com os dos países vizinhos, bem como o cir-

Três anos após a queda de Uedraogo, o governo de Sankara continua a lutar contra o subdesenvolvimento.



Mali-Burkina Faso: uma guerra não desejada

□ A guerra entre o Mali e Burkina Faso, no Natal passado, teve um aspecto positivo: contribuiu para o ajustamento de posições no xadrez regional. Mas a melhor coisa do conflito foi a rapidez com que terminou. É possível que houvesse da parte do Mali a tentação de vencer um vizinho engajado num processo revolucionário. Mas acabou prevalecendo o bom senso e consciência da validade da boa vizinhança, acima das divergências políticas, que continuam existindo.

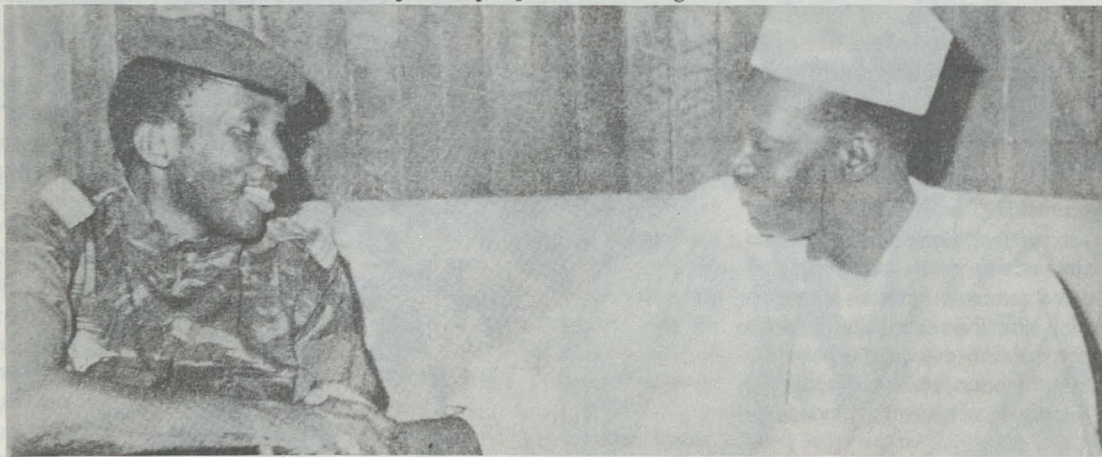
O risco de alinhamento, com um ou outro lado, dos países vizinhos alimentando uma guerra em que os adversários dispunham de meios reduzidos, não se concretizou. O senso de comunidade regional saiu reforçado, enquanto eram prestigiados os organismos africanos que ajudaram a solucionar o conflito – sobretudo o Anad (Acordo de Não-Agressão e Defesa), integrado pelo Senegal, o Níger, a Costa do Marfim, Mauritânia, Mali e Burkina Faso. Foi, por assim dizer, uma vitória de todos, excluindo, naturalmente, os interesses extracontinentais que insuflam divergências regionais dentro da velha política de dividir para reinar.

Na guerra de propaganda, outra constatação

importante: nenhum ataque foi dirigido, por qualquer dos lados, ao povo como tal. Ou melhor: cada lado tecia elogios ao “povo irmão” do outro lado. Só os líderes eram culpados, sendo que, do lado de Burkina Faso, os ataques extrapolavam os limites da África para atingir possíveis “conjunturas externas”. Um fato a destacar no lado de Burkina Faso: não houve represálias à colônia malinesa, ao contrário do que ocorreu em 1974-75. Resta aguardar que a mediação da Argélia ou o veredicto do Tribunal Internacional de Haia contribuam efetivamente para que a trégua se converta em paz definitiva ou, pelo menos, duradoura.

A guerra ocorreu num momento de dificuldades internas para ambos os regimes. Talvez tivesse sido útil a Mussa Traoré, do Mali, encontrar um derivativo para o descontentamento que grassa no país, e o conseguiu, de certa forma. Para Thomas Sankara não valia a pena prolongar a guerra, que só serviria para adiar a decretação de uma série de reformas que vão ao encontro das reivindicações da população – isso sem contar que, durante o conflito, foi forçado a adotar uma série de medidas impopulares, como instituir novo imposto sobre salários (sob o nome de esforço popular de investimento), reduzir para metade os subsídios dos funcionários públicos e cobrar aluguéis que tinham sido suspensos por um ano. E ficou só na promessa um salário para as mulheres a ser descontado dos vencimentos dos maridos ou companheiros.

Thomas Sankara e Mussa Traoré: um reajuste de posições no xadrez regional



cuito de comercialização. A experiência da definição de preços pelas assembléias provinciais na colheita de 1985 se frustrou, sobretudo por causa das discrepâncias que originava a nível nacional.

Também ainda está por resolver o problema do escoamento da produção de uma região para outra. Na realidade, a empresa estatal de comercialização de cereais — a Ofnacer — só consegue vender um quinto da produção do país. O grosso das transações cabe aos comerciantes privados.



Os TPR garantem a equidade e a justiça pública

A questão da ajuda externa é outro aspecto a ser devidamente considerado, ainda no aspecto alimentar. As últimas orientações são no sentido de substituir os cereais importados de outro continente pelos adquiridos de países vizinhos que tenham excedentes.

Reforma agrária

Um dos compromissos assumidos pelo novo regime está, no entanto, tomando forma, e a auto-suficiência do país em termos de alimentos está condicionada a seu alcance. A reforma agrária, anunciada em 1984 e cujos estatutos foram publicados no ano passado, já se encontra em fase de aplicação. O decreto da reforma fundiária, com 666 artigos, ocupa-se de questões que vão desde água,

florestas e pastos ao uso dos solos urbanos e rurais.

O pleno direito sobre a terra é abolido, sendo substituído pelo direito de uso da superfície. A execução fica, mais uma vez, por conta dos CDRs. O que está em jogo nesse projeto de reforma agrária é sua capacidade de transformar a relação do homem com seu ambiente nos próximos dez anos. Trata-se de passar de uma agricultura nômade para outra de tipo ordenado, num país com terras pobres e cansadas e no qual o crescimento demográfico é

maior que o da produção agrícola. O decreto de reforma agrária não prevê limites de áreas, mas é bem claro num ponto: ninguém terá mais de pagar renda a quem quer que seja.

Outra reforma em curso é a do ensino. A arrancada foi anunciada em fevereiro do ano passado pelo presidente Sankara, que condenou veementemente o sistema existente, para ele individualista, seletivo, e culturalmente alienante — e que, ainda por cima, acaba não preparando os que a ele têm acesso para as realidades locais. E tudo por um custo, por aluno, que não condiz com as condições do país. Resultado: somente 22 por cento das crianças são alfabetizadas. Grassam no país o desemprego e a delinquência juvenil.

Vivem-se outras reformas, como na administração pública e

na justiça. Objetivos visados: eficiência, redução de custos e eliminação das barreiras sociais, entre outros. Desde sua criação, em 1984, os tribunais populares revolucionários são uma das marcas do novo regime.

Litígios que se arrastavam há anos nos tribunais foram resolvidos, mas, além da agilização dos trâmites, esses tribunais são uma garantia de equidade. Os júris são escolhidos pelos CDRs e presididos por magistrados de carreira. Compete ao próprio réu fazer sua defesa. A figura do advogado desapareceu. Têm comparecido a esses tribunais não só personalidades dos regimes anteriores e criminosos comuns como também pessoas do governo atual acusadas de irregularidades.

Contudo, é do sucesso do programa econômico que depende a preservação da popularidade do novo regime. O plano de redução das despesas, dentro de uma política de austeridade, tem muito do receituário do FMI, só que para evitar justamente ter de recorrer a ele. No aspecto político, agora que esfriou o entusiasmo dos primeiros tempos, as alternativas são o isolamento ou iniciativas que reacendam o apoio popular.

É muito significativo um cartaz posto no mercado de Uagadugu: "Já não tenho nada a temer; o CNR conhece os meus problemas". E esses problemas, a grosso modo, podem ser resumidos na melhoria do nível de vida da população. É certo que se esvaziou o "estado de graça" da nova república, mas não suas potencialidades. É certo também que foi com ela que o país conheceu seu maior impulso em termos de dinâmica social. O que resta a fazer é um desdobramento disso. ●

Mota Lopes



Reuters

Os atentados com carros-bomba são uma das expressões mais sangrentas da guerra civil no Líbano

Uma solução negociada?

Depois de rejeitar o acordo assinado em Damasco pelas três principais milícias do país, o presidente Gemayel recoloca a necessidade de discutir uma nova partilha do poder, principal detonador da guerra civil

Em dezembro de 1985, o presidente Amin Gemayel recusou-se a aceitar o Acordo de Damasco, assinado pelas principais milícias muçulmanas e cristãs, depois de árduo processo de negociação conduzido pelo governo sírio. Oito meses depois, em agosto último, reconsiderou sua posição. Em discurso pronunciado na Academia Militar de Fyadieh, em Beirute, durante as comemorações do Dia do Exército, Gemayel propôs uma reunião urgente do Parlamento para discutir

uma nova fórmula de partilha do poder entre cristãos e muçulmanos – ou seja, justamente o tema central das conversações que conduziram ao acordo celebrado na capital síria.

No espaço de oito meses o presidente tornou-se mais flexível em suas posições, tendo, sem dúvida, boas razões para isso. Nos meios diplomáticos da região supõe-se que houve dois fatores decisivos nessa mudança: por um lado, o recrudescimento da violência, cuja expressão mais radical –

os carros-bomba – causaram duzentas mortes e ferimentos em mais de 600 pessoas entre a última semana de julho e a primeira de agosto. Outro fator a considerar foi o enfraquecimento político do governo e de suas posições militares.

O gabinete dito de unidade nacional, integrado por ministros de todas as tendências políticas e das diferentes comunidades religiosas, está sem se reunir desde janeiro (ver quadro: “Um esforço no rumo da negociação”), imobilizado

pela luta entre as facções nele representadas. As forças *militares* leais a Gemayel, principalmente as milícias do Partido Falangista (Kataeb), estão bastante enfraquecidas depois dos sangrentos confrontos entre Elias Hobeika e Samir Geagea, ocorridos no final do ano passado, justamente como consequência do Acordo de Damasco.

Como se recorda, Hobeika, líder maronita da linha dura (apontado pela comissão israelense que investigou os massacres de Sabra e Chatila, perpetrados com a cobertura logística do exército de Israel, como um de seus principais responsáveis), firmou o acordo de Damasco com os xiitas do grupo Amal e com as forças drusas lideradas por Walid Jumblatt. Era a primeira vez que se chegava a um acordo, com a anuência das milícias armadas cristãs, definindo uma nova partilha do poder entre maronitas e muçulmanos. De acordo com o que se decidiu nessa oportunidade, a presidência, sempre exercida por um maronita, perdia parte de suas atribuições, que passavam a ser assumidas por um conselho de representantes de



Gemayel desconheceu o acordo

todas as comunidades. Foram redistribuídas também as cadeiras parlamentares, reforçando a bancada dos muçulmanos – eles são maioria esmagadora no Líbano. Por último, decidiu-se o ponto mais importante para garantir o cumprimento dos acordos e viabilizar a paz: as milícias seriam dissolvidas e suas armas vendidas ao estado no prazo máximo de um ano. Depois da etapa inicial, a Constituição seria modificada a fim de que o Líbano pudesse afinal abandonar o sistema de partilha

do poder político com critério religioso, vigente desde a independência da França em 1943 e causa da guerra civil.

Dissidência maronita

Quando Hobeika apresentou às suas bases os termos do acordo assinado em Damasco, produziu-se intenso mal-estar que acabou se transformando em confronto armado. O raciocínio dos maronitas era o seguinte: “Para que estivemos combatendo durante onze anos, com um custo tão alto, se deveríamos depois entregar o poder aos muçulmanos?” Justamente para evitar isso é que haviam recorrido às armas.

Esse raciocínio excessivamente simplista, inclusive por ignorar as lições de uma década de guerras, provocou o afastamento de Hobeika do comando das Forças Libanesas, atual denominação das principais milícias maronitas. A um preço de 400 mortes, de acordo com fontes vinculadas a Hobeika, Geagea assumiu o comando e denunciou o acordo.

Com essa decisão, Geagea oferecia ao presidente Gemayel o

Um esforço no rumo da negociação

Os dez ministros, cristãos e muçulmanos, integrantes do gabinete libanês, reuniram-se pela primeira vez em nove meses no dia 1º de setembro passado, para debater a possibilidade de se redigir uma nova Constituição, estabelecendo a identidade árabe do Líbano e atendendo aos interesses tanto da população cristã quanto da muçulmana.

O anúncio da notícia foi feito pelo primeiro-ministro Rashid Karame (foto), após o encontro de três horas de todos os ministros. O gabinete não se reunia desde janeiro passado, quando os ministros muçulmanos decidiram boicotar

o governo de “unidade nacional”, após a rejeição por parte do presidente Gemayel do acordo de paz assinado em Damasco.

O primeiro-ministro Karame adiantou ain-



da que se decidiu decretar uma trégua geral para permitir a realização dos entendimentos necessários para assegurar o sucesso dos esforços de pacificação.

apoio que lhe vinha faltando. Apesar de ter ido a Damasco logo após as negociações entre as três forças militares que dominam o Líbano – maronitas, drusos e xiitas – Gemayel recusou-se a ratificar o acordo, que, por não contar com sua aprovação, não chegou a ser oficial nem pôde ser implementado. Tal atitude provocou o isolamento político do presidente, e os dirigentes da comunidade muçulmana já exigiam sua renúncia, alegando que o chefe de Estado entravava as negociações destinadas a pacificar o país.

Os argumentos de Gemayel não eram políticos, mas sim legalistas. Ele alegava que uma nova partilha do poder exigiria uma ampla discussão, por força das instituições vigentes. Nos meios políticos, no entanto, sua atitude foi interpretada como uma forma elegante de tornar inviáveis os

frontos armados no Líbano não são exclusivos dos setores cristãos quando querem resolver suas diferenças. A dinâmica da guerra e a lei do mais forte também imperam na comunidade muçulmana. Durante o corrente ano, porém, as expressões mais dramáticas da luta entre facções muçulmanas não foram o resultado de diferentes concepções sobre o caminho para a paz no Líbano, como ocorreu no caso dos maronitas.

O conflito mais importante entre grupos muçulmanos deu-se durante maio e junho e foi denominado pelos meios de comunicação ocidentais de “guerra dos acampamentos”, travada entre os xiitas do grupo Amal e os drusos, por um lado, e pelos palestinos dos campos de refugiados (Sabra, Chatila e Burj el-Barajne)



Forças drusas lideradas por Walid Jumblatt

acordos. Como exigir a discussão de organismos que não conseguem sequer se reunir para coordenar as atividades rotineiras do Governo? Dizia-se que o presidente queria ganhar tempo.

Luta paralela

As dissidências e os con-

de Beirute, leis a Yasser Arafat, do outro. Essa luta deixou elevado saldo de vítimas.

A invasão de Beirute e seu posterior cerco pelas tropas israelenses, em 1982, determinaram a mudança da sede das estruturas políticas da OLP para Túnis e a saída dos combatentes. Nos quatro anos seguintes, porém, moti-

vos de segurança levaram à organização de alguns grupos armados entre os jovens dos campos de refugiados que permaneceram fiéis a Arafat (informações divulgadas pelo Ocidente e não confirmadas pelos palestinos dão conta de que parte dos combatentes afastados de Beirute em 1982 voltou posteriormente).

O rompimento entre a Síria e o principal grupo da OLP, Al Fatah, liderado por Yasser Arafat, foi o pano de fundo da “guerra dos acampamentos”. Nos meios diplomáticos árabes, muitos dos quais estão empenhados na reconciliação, essa luta foi interpretada como expressão extrema da disputa pela supremacia militar como forma de impor posições no Líbano.

Os muçulmanos estão convencidos de que, mais cedo ou mais tarde, o presidente Gemayel terá que ceder e negociar. Caso contrário, deverá abandonar o cargo e, quando isso ocorrer, eles devem estar preparados para negociar de uma posição de força.

Nessa luta pela supremacia se confrontam grupos com concepções táticas e compromissos diversos, o que explica não só o trágico episódio da “guerra dos acampamentos” como também as escaramuças que vêm ocorrendo em Beirute entre xiitas e outros grupos muçulmanos predominantemente sunitas ou de definição leiga, como o Partido Comunista. Este sofreu vários atentados perpetrados pelos fundamentalistas, particularmente pelo grupo Hezbollah (Partido de Deus), em fevereiro passado.

Forças estrangeiras

Desde janeiro, ocasião em que fracassou o projeto de pacificação definido no acordo de Damasco, até hoje continuam as disputas



Agência Angell

Frustrado o acordo de Damasco, os confrontos entre as facções libanesas continuaram

pelo poder entre as facções político-religiosas libanesas, com maior ou menor intensidade.

Do lado muçulmano, embora com táticas diferentes, todos os grupos permanecem ativos. Os mais radicais são os xiitas do grupo Hezbollah e do movimento Jihad Islâmica (Guerra Santa Islâmica), mais próximos das teses fundamentalistas iranianas do que o grupo Amal. Ambos reivindicaram inúmeros atentados, mas suas ações estão sempre cercadas de grande mistério, o que leva muitos jornalistas ocidentais a afirmarem que se trata de vários grupos diferentes que estariam funcionando sob o mesmo nome. Eles têm em seu poder reféns franceses e norte-americanos, sequestrados em diferentes oportunidades, em cuja libertação estão empenhados vários governos ocidentais e também as autoridades sírias.

O grupo Amal é liderado por Nabih Berri, também ministro dos Assuntos do Sul do Líbano 1986 - Setembro - nº 93

(onde os xiitas constituem grande maioria) e ministro da Justiça. As forças militares mais importantes desse grupo estão na região de Tiro e Sidon no sul, ao longo da linha divisória estabelecida por Israel entre a "faixa de segurança" (ocupada por tropas desse país) e as áreas que permanecem sob controle libanês. As Nações Unidas mantêm cerca de sete mil soldados nessa precária linha divisória.

Em 12 de agosto último, forças francesas pertencentes aos contingentes da ONU e milicianos xiitas entraram em choque. Balanço: três xiitas mortos, 17 franceses feridos. Foi o primeiro incidente desse tipo desde que as tropas israelenses recuaram para as posições que ocupam atualmente. Há os antecedentes dos atentados a dinamite, reivindicados pelos xiitas, efetuados contra o quartel-general francês em Beirute e a sede dos *marines* norte-americanos - o que determinou a retirada dos

Estados Unidos, França e Inglaterra do Líbano no final de 1983.

Os milicianos do grupo Amal também controlam com as tropas drusas, o lado ocidental de Beirute, predominantemente muçulmano e de onde os demais grupos armados muçulmanos foram progressivamente sendo afastados pela força.

Os drusos, agrupados no Partido Socialista Progressista, fundado por Kamal Jumblatt (morto num atentado durante os primeiros anos da guerra civil) dominam atualmente a cadeia de montanhas Chouf, tendo na cidade de Aley o quartel general de suas forças. A única área em toda a região que não está sob seu controle é o palácio presidencial de Gemayel e seus arredores, em Souk el Garb, a 11 quilômetros de Beirute. As forças leais ao presidente ali instaladas estão cercadas pelas tropas de Walid Jumblatt, que têm assim

terceiro mundo - 59

A Síria procura paridade estratégica com Israel

□ A Síria tem no Líbano cerca de 25 mil homens, no norte e no leste do país, além de uma decisiva presença em Beirute. Desde que perdeu o Golan, em 1967, o governo de Damasco está se preparando para recuperá-lo, seja na mesa de negociações, seja no teatro das operações. Além do papel que desempenha como força mediadora no conflito libanês, a Síria vê em suas posições militares no Líbano e nas forças aliadas uma importante base para enfrentar Israel.

A Síria e a União Soviética têm um tratado de amizade com uma cláusula que inclui ajuda militar. Em discurso pronunciado em maio deste ano o primeiro-ministro soviético Mikhail Gorbachov garantiu que a URSS ajudaria a Síria se esta fosse agredida (em alusão aos ataques norte-americanos à Líbia, país com o qual mantém boas relações diplomáticas, mas sem um tratado militar). "Qualquer ataque à Síria ou às bases da OLP terá consequências imprevisíveis", afirmou o líder soviético¹.

Na verdade, os Estados Unidos não desejam um confronto direto com a Síria, pois sabem que um ato de agressão a Damasco teria mesmo graves consequências. No entanto, utilizam Israel para executar sua política na região.

Durante a invasão do Líbano, segundo fontes ocidentais, Israel derrubou 85 aviões de combate sírios, além de inutilizar umas vinte baterias de SAM-5, no vale de Bekaa. Depois dessa evidente demonstração de disparidade de forças, a União Soviética forneceu a Damasco caças supersônicos mais modernos e mísseis SS-21, de maior alcance, além de repor os SAM-5 destruídos. Os SS-21 podem ser equipados com ogivas nucleares, que, no entanto, não foram entregues aos sírios.

Os ensinamentos da guerra de 1982 no Líbano levaram a Síria a reformular o seu esquema defensivo e a um maior empenho em conquistar igualdade estratégica com Israel, tarefa a que se dedica até hoje. O desenvolvimento de novos equipamentos defensivos no Vale de Bekaa, no Líbano, faz parte desse processo.

¹ A União Soviética está empenhada na reconciliação entre Arafat e Hafez Assad, e trabalha ativamente para promover o diálogo entre os dois dirigentes.

formidável poder de pressão sobre Gemayel.

Os drusos e os xiitas constituem atualmente as forças militares mais importantes, e mesmo decisivas, dos setores muçulmanos, e nessa condição é que foram convocadas a Damasco para assinar o acordo com os maronitas.

As forças cristãs

Os cristãos maronitas são majoritários dentro da área não-muçulmana, embora haja também seguidores do rito ortodoxo grego. Em termos políticos, os maronitas sempre foram os mais identificados com o colonialismo francês, no princípio, e com os interesses das potências ocidentais depois da independência. Em geral defen-

dem a integração do Líbano à estratégia norte-americana para o Oriente Médio e estiveram a favor de Israel em todos os recentes episódios.

No âmbito maronita, antes da



Berri, líder do grupo Amal

guerra civil, o poder estava dividido entre diferentes clãs: o de Pierre Gemayel, fundador do Partido Falangista (de extrema direita); o de Suleiman Franjeh, ex-presidente, e o de Camille Chamoun, também ex-presidente e fundador do Partido Liberal.

Durante a guerra civil, predominou a linha mais dura das milícias Kataeb, da família Gemayel, comandadas durante muito tempo por Bachir Gemayel (irmão de Amin), morto em atentado pouco depois de ter sido imposto como presidente pelas tropas de Israel.

Os falangistas são considerados nos círculos políticos do Oriente Médio a expressão máxima da direita libanesa. A eles é atribuída a eliminação física de membros das famílias Franjeh e Cha-

moun, procedimento mediante o qual consolidaram seu domínio militar sobre a comunidade maronita. Atualmente, as milícias Kataeb e as Forças Libanesas formam a base em que se sustenta militarmente Amin Gemayel.

Os desgastes provocados por quase 12 anos de guerra também se fazem sentir entre as milícias maronitas. Contudo, o principal problema que elas enfrentam atualmente são as disputas internas entre partidários de uma posição intransigente, que não aceitam nova partilha do poder, e os que acham que chegou a hora de sentar-se à mesa de negociações. Embora viva atualmente no exílio, Hobeika conserva ainda algumas de suas bases.

Em meados do mês de agosto, o líder maronita Fuad Abu Nader, sobrinho do presidente Gemayel, foi ferido numa emboscada ao sair de uma reunião de cúpula das falanges, convocada para acabar com os choques entre as duas facções. Depois de uma trégua iniciada em janeiro, as forças maronitas contrárias e favoráveis aos acordos tinham reiniciado os combates.

As perspectivas

A proposta do presidente Gemayel de convocar uma sessão do Parlamento para analisar uma nova fórmula de partilha do poder é o primeiro ato concreto em direção à retomada das negociações de paz. Já não se trata de um problema exclusivamente político ou de uma necessidade militar: a própria economia do Líbano está dando sinais de que chegou a uma situação limite e que se exigem mudanças drásticas.

O Banco Central do Líbano declarou guerra aos especuladores, que obtêm lucros baseados na 1986 - Setembro - nº 93

B. Bissio



A guerra levou a economia do país a uma situação-limite

falta de confiança da população na libra libanesa. A especulação levou a cotação da moeda nacional a 28 libras por dólar, um recorde jamais alcançado nos quase doze anos de guerra civil.

Por outro lado, a população reagiu à contínua queda do poder aquisitivo organizando-se em "comissões de luta contra a carestia", que lançaram a palavra de ordem da greve geral. As principais cidades muçulmanas do país realizaram ações desse tipo no final do ano passado e repetiram-nas durante este ano, com participação dos sindicatos. Houve reações também quando o ministro das Finanças, Camille Chamoun, decidiu aumentar o preço dos combustíveis sem aviso, retirando-lhes a subvenção estatal. Os organizadores do movimento, todos eles pertencentes à comunidade muçulmana, exortaram os cristãos a aderirem à luta, porque "a fome não conhece fronteiras religiosas". Apesar disso, não originou nenhum movimento nas áreas dominadas pelas milícias das Forças Libanesas, porque o controle militar sobre a população é total.

Com a população revoltada com a crise econômica e com a guerra, cercado militarmente e à testa de um governo que não consegue fazer funcionar, o presidente Gemayel dirigiu um apelo às autoridades sírias, em julho último, para que participassem mais ativamente na segurança da capital, dando um passo no sentido de reiniciar as negociações sobre a nova partilha do poder. Em Beirute, imagina-se que tais medidas possam permitir ao presidente a recuperação de uma margem de manobra que estava perdendo, minimizando as pressões por parte dos principais dirigentes da comunidade muçulmana para que renuncie e evitando assim uma queda que em muitas oportunidades pareceu iminente.

O Acordo de Damasco, apesar de tudo, parece continuar sendo o único instrumento de que dispõem os libaneses para evitar a fragmentação definitiva de seu país. E uma vez superados os principais desafios internos, poderão voltar a pensar em outro ainda maior: a presença israelense no sul de seu país.



Vista parcial do novo parque industrial
de La Rioja



**Um povo
determinado
alcança
seu objetivo.**

La Rioja.

ARGENTINA.



Combatentes da Fretilin: uma luta de mais de dez anos pela independência da pátria ocupada

Fala o comandante-em-chefe do exército da Fretilin

De algum lugar do interior de sua pátria ocupada pela Indonésia, num complexo processo que inclui cenas típicas de um filme de espionagem, Xanana Gusmão conseguiu responder às perguntas de *cadernos* e outras publicações ocidentais

Em novembro último, um grupo de doze jornalistas portugueses de diferentes órgãos de comunicação participaram de uma entrevista coletiva com Xanana Gusmão, comandante-em-chefe das Falintil (braço armado da Fretilin) e presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional. As perguntas, enviadas por

rádio ao quartel-general da guerrilha em Timor Leste, não obtiveram resposta imediata, devido a dificuldades técnicas. Finalmente, em julho passado, as respostas chegaram por outra via: um caderno escolar pautado, onde Xanana Gusmão registrou suas respostas autenticando-as com sua assinatura.

Em virtude da defasagem no

tempo que mediou perguntas e respostas, algumas dessas respostas ficaram desatualizadas. Assim, o que a seguir se reproduz é a parte da entrevista que se mantém atual, com todas as respostas praticamente na íntegra.

A Indonésia controla todo o território de Timor Leste?

- Não, em nenhum momento ao longo destes dez anos de guerra a Indonésia controlou todo o território. Se o tivesse conseguido, a resistência armada não existiria.

- *A Fretilin tem áreas libertadas?*

- Numa guerra de guerrilha como a nossa, consideramos libertadas as extensas áreas em que vivemos. Para o conjunto dos campos que compõem uma Vila, existe uma delimitação para a circulação da população encurralada, num raio entre 500 a 700 metros da periferia do campo, dentro do qual a população é autorizada a fazer suas hortas. Há também uma pequena faixa, de um quilômetro aproximadamente, além dessa delimitação, que pode ser definida como zona de transição

transição todo o território, bastante extenso, está sob controle das Falintil.

Qual o relacionamento entre a guerrilha e a população das zonas onde ela atua?

- O mesmo sangue corre nas nossas veias, o mesmo pensamento, o mesmo desejo, as mesmas aspirações moram na nossa alma, as mesmas preocupações, as mesmas esperanças. É assim que posso descrever o relacionamento entre a guerrilha e a população. População não só das zonas onde a nossa presença militar se faz sentir, como das zonas onde só a nossa presença política pode chegar.

Considera possível uma vitória militar sobre o ocupante indonésio, ou a independência de Ti-

constituirá tarefa difícil perseguir o extermínio dos guerrilheiros. Acho que devemos nos empenhar por uma mudança de atitude em Jacarta. Sabemos que isso não é fácil, mas devemos esgotar todos os recursos nesse sentido. Digo isto porque a força da Indonésia está precisamente no apoio que muitos países lhe garantem para manter boas relações com Jacarta. Os governos ocidentais poderiam influenciar positivamente na solução do nosso problema, se adotassem uma política coerente com os princípios do direito internacional. A Austrália, por exemplo, que se mostrou "preocupada" com a manutenção da presença da França na Nova Caledônia e, no nosso caso, diz que é bom que sejamos indonésios. Nos casos do Camboja ou do Afeganistão, a imprensa ocidental fala de forças de ocupação, de forças agressoras, de invasores etc; no caso de Timor Leste, só falta falarem em "forças indonésias de libertação" ou, utilizando outro termo muito atual, "combatentes da liberdade".



Há uma faixa de um quilômetro entre as áreas ocupadas e as da Fretilin

entre as áreas controladas pelo ocupante e as nossas áreas. Essa zona de transição é diariamente patrulhada pelas forças inimigas, mas a partir dela não existem quaisquer atividades normais ou regulares. Assim, para além, ou melhor, para quem dessa zona de

mor Leste deve passar por uma alteração profunda da orientação política de Jacarta?

- A Fretilin nunca se iluiu com devaneios otimistas quanto à perspectiva de uma vitória militar sobre o ocupante indonésio, mas podemos afirmar que também

ver o problema de Timor Leste à luz da realidade - o que, pelo visto, se reflete no estreitamento de laços econômicos com Jacarta. E outro fato sobre o qual Mochtar teve o ensejo de exercitar sua retórica foi "um entendimento entre a Indonésia e Portugal para asse-

gurar que ao povo de Timor Leste se garanta uma oportunidade de exprimir os seus desejos sem necessidade de recorrer ao uso da força". Segundo ele, o abandono precipitado do território pelo governo colonial português, que classificou de "pouco digno", deu lugar à intervenção militar indonésia – um ato verdadeiramente digno de Jacarta pelo sangue de mais de 200 mil cidadãos mauberes que morreram nesta covarde agressão.

A conclusão que se pode extrair das afirmações de Mochtar é que as pessoas começam a ficar convencidas de que valeu a pena, de que foi um ato legítimo o uso da força para agredir o povo de Timor Leste, que esta guerra de genocídio, promovida por Jacarta, foi para preencher o vazio deixado pelos portugueses.

Assumindo compromissos

Acho que os governos democratas não deveriam continuar atuando como cúmplices de Jacarta, cuja agressão militar à nossa pátria viola os princípios fundamentais estabelecidos na ONU. O que está por trás das tomadas de posição a favor da Indonésia são o alegado fator de instabilidade que a Fretilin viria a representar na área e, como complemento necessário, a influência soviética na região. Este é o nó da questão.

Tanto a Indonésia como a Austrália mantêm relações diplomáticas com Moscou, e a Fretilin é quem constitui a ameaça para a área – vejam só. Da nossa parte, já provamos durante dez anos que lutamos e continuaremos a lutar, contando unicamente com nossa própria capacidade de resistir a um adversário poderoso que, além do mais, é assistido e apoiado, em muitos ou todos os aspectos, pelos

S. Freitas



O mapa mostra as áreas sob controle das tropas indonésias e as áreas onde atua a Fretilin. O país está situado entre a Austrália e a Indonésia e compreende a parte leste da ilha de Timor e duas outras ilhas. A ONU ainda considera Portugal como a "potência administrante" de Timor Leste, já que nunca foi reconhecida a "anexação" indonésia

países que procuraram lucrar com esta guerra de extermínio do nosso povo.

De nossa parte, estamos dispostos a assumir os compromissos necessários para evitar, a todo custo, a instabilidade na área, buscando convencê-los de que devem acreditar que nos manteremos inflexíveis no cumprimento das nossas obrigações para com os países vizinhos. Estamos interessados unicamente em construir a nossa terra sob um clima de paz e segurança, procurando manter boas relações com a Austrália e com a própria Indonésia, em todos os campos que sirvam para promover o bem-estar e o progresso do nosso povo.

A Fretilin conta com apoio político no interior da Indonésia?

– Nós estamos convencidos de que nem todas as correntes de opinião, na Indonésia, estão de acordo com a agressão a Timor Leste. Cumpre, porém, ter em conta que o regime não permite uma solidariedade mais explícita, como aconteceria se o país vivesse

num clima democrático. No entanto, a Fretilin continuará contando com o apoio político e moral que recebemos do interior da Indonésia ou, melhor dito, do povo irmão indonésio.

Que espera a Fretilin de Portugal?

– Além da simples condição de potência administrante, que não possui, para nós, mais que um valor simbólico, a Fretilin considera Portugal num contexto histórico mais amplo e profundo, no qual devem prevalecer as normas da lei internacional, estabelecidas na Carta das Nações Unidas.

Contudo, aceitamos o atual enquadramento de Portugal e, considerando-se que Portugal se integrou, efetivamente, na CEE, a Fretilin espera que o governo de Lisboa se empenhe mais decisivamente para sensibilizar a comunidade europeia no sentido de rever sua posição em relação a Jacarta.

Portugal deve ter um papel preponderante na solução do caso, porque, partindo da ideia de uma



"A agressão militar viola os princípios fundamentais da ONU"

presença política portuguesa em Timor Leste, num período não-determinado de transição, podem-se estabelecer as bases que garantirão os mecanismos para o estabelecimento de um sistema constitucional pluralista, de acordo com os interesses tanto da área como do povo de Timor Leste. E Portugal teria cumprido com as suas responsabilidades.

A ONU questionada

A atual conjuntura internacional não parece muito favorável

à independência de Timor Leste. Como reagiria a Fretilin a uma autonomia, com Timor Leste integrada na República da Indonésia, garantindo a "timorização" de alguns aspectos da vida política e econômica do território e preservando a presença portuguesa? Prosseguiria com a luta ou aceitaria dialogar nessa base?

— O mundo condenou veementemente a manobra política de Pretória, que estabeleceu um governo fantoche na Namíbia — a chamada "administração interina". Essa condenação tem por

objetivo básico salvaguardar as normas da justiça e a autoridade da ONU. Caso contrário seria retirada da ONU sua própria razão de existir.

Os direitos que assistem ao povo de Timor Leste estão além de quaisquer concessões que a Indonésia possa admitir. Não estamos interessados em discutir ofertas de retórica. Por outro lado, embora existam laços históricos entre Portugal e Timor Leste, o objetivo da nossa luta não se circunscreve à preservação da cultura portuguesa em Timor Leste.

Dialogar nessa base é desprezeitar a vontade soberana do nosso povo de viver livre e independentemente.

É verdade que a conjuntura atual é pouco favorável à nossa questão. Dizendo melhor, estão pouco interessados no problema; as conjunturas, porém, fazem-nas os homens, fazem-nas os povos.

Persistiremos na luta, ao lado do povo sul-africano, ao lado do povo chileno, palestino, do Saara e outros povos oprimidos, para

A intimidação

O agressor se propõe a estabelecer uma ruptura entre a guerrilha e a população, não podendo recorrer a outros meios que não sejam os da contínua prática de intimidação, da represália violenta e criminoso. Senão, vejamos este caso: para superar a fome negra nas respectivas casas, Domingos, de 20 anos, Julião, casado, com 25 e outro Domingos, também casado e com 27, todos da povoação de Lebenei, resolveram ir caçar porcos do mató em Abarisi, um pouco fora dos limites da produção, a oeste da vila de Kelikai. Quando dividiam a carne de um porco entre eles, um pelo-

tão do batalhão 724, destacado em Tabere, próximo à vila, apareceu exigindo a maior parte da carne. Os três se negaram a entregá-la, alegando que suas famílias passavam fome.

Enquanto discutiam, alguns soldados indonésios reconheceram-nos como fazendo parte de um grupo que se recusara a levar mulheres para o posto, uma semana atrás. Depois de se certificarem do fato, o comandante do pelotão ordenou que fossem executados a rajadas de metralhadoras. E regressaram depois com toda a carne ao acampamento. Já na vila, os assassinos informaram à população que os três tinham sido mortos pelos guerrilheiros, mas a população e os familiares acabaram sabendo a verdade e por mais que pedissem para ir buscar os cadáveres, não obtiveram permissão até à data. Este caso ocorreu em 19 de outubro de 1985.

conquistarmos nossas liberdades.

Qualquer indicação de que pretendem dialogar conosco será bem recebida, mas tendo sempre presente que partiremos para o diálogo sem pré-condições.

A população atual de Timor Leste continua sendo majoritariamente mau-bere ou existem as relocações alegadamente ordenadas pela Indonésia?

— As informações dizem que Dili está “javanizado” e que continuam a chegar caravanas indonésias a Timor Leste. Embora o levante armado de agosto de 1983 tenha desencorajado um pouco os projetos de migração para determinadas zonas agrícolas como Iospalos, Natar Bora e Ué Berek, projetos que só beneficiariam os indonésios. Hoje, Jacarta tenta de novo exterminar a identidade mau-bere. A Vila de Barike, por exemplo, está ocupada militarmente, desde a segunda metade de 84, e presume-se que estejam sendo preparadas condições para alojamento e fixação da população indonésia.

Amputar para dominar

Ultimamente, pessoas que têm visitado Timor Leste, principalmente elementos da Cruz Vermelha Internacional, dizem que a situação no território melhorou e que se nota mesmo um certo desenvolvimento. O que pensa desta afirmação?

— Que tal afirmação não conduz a nada. Não temos por princípio combater sistematicamente tudo, mas os princípios constituem a base em que se assentam nossos pontos de vista. Assim não sendo, negaríamos, por exemplo, o caráter político, o valor moral e ético das sanções para punir a África do Sul. Assim não sendo, ninguém deveria aclamar o retor-

no à democracia nos países sob regime ditatorial. Nós acreditamos que Pretória também promoveu um “desenvolvimento” talvez maior na Namíbia. Será que isto deve sobrepor-se ao direito do povo namibiano à independência?

A questão do suposto desenvolvimento é, realmente, o argumento preferido por Jacarta, que se tem servido de muitos comparsas, incluindo políticos, para desviar as atenções da opinião pública internacional no sentido de fazer esquecer a ocupação militar da nossa pátria e a criminosa repressão ao nosso povo.

Consideramos as afirmações desse teor tendenciosas, partam de quem partir. São um grave insulto ao nosso povo, que está



morrendo de fome e doença, porque não lhe chega a devida assistência. Não queremos negar, de forma alguma, a valiosa ajuda da Cruz Vermelha Internacional, que aliviou os sofrimentos do nosso povo nos períodos mais críticos da nossa sobrevivência.

Não deixa, porém, de ser verdade que, neste preciso momento, em muitos pontos do interior de nossa pátria, principalmente na região leste e no sul da região central, a população faminta e raquítica desejaria ver a Cruz Vermelha distribuindo o que comer, e a população afetada por graves doenças gostaria de receber assistência mais assídua. Nós compreendemos que um dos princípios que orienta a Cruz Vermelha é a prestação de assistência a todas as partes envolvidas numa guerra, sem restrições. Até agora, no entanto, ainda não pedimos nada à Cruz Vermelha para a guerrilha, em termos de assistência humanitária aos feridos e mutilados de guerra, mas gostaríamos que ela pressionasse Jacarta para ter acesso aos guerrilheiros

Xanana Gusmão (foto) condena a ocupação. Embaixo, uma das aldeias de “repovoamento”, migração forçada da população mau-bere



feridos e que são capturados. Assim, seria possível impedir que os invasores amputem os membros dos desgraçados, somente para inutilizá-los. Expressamos, no entanto, nossas reservas quanto à autenticidade das informações a esse respeito, pela desumanidade que isso implica.

Práticas intimidatórias

O último relatório da Anistia Internacional sobre a situação de Timor Leste produziu alguns efeitos no comportamento das autoridades indonésias, enquanto ocupantes do território?

— Esperar uma coisa dessas é querer que, continuando o regime minoritário da África do Sul, Pretória possa acabar com o *apartheid*, ou que, nos países com ditaduras militares, haja portas abertas para a democracia. Numa guerra como a nossa, em que o povo de Timor Leste se identificou com a resistência armada à ocupação militar indoné-



As tropas indonésias massacraram civis, sem poupar as crianças

sia, a situação de perseguição, de prisões arbitrárias e de torturas não pode terminar enquanto a nossa terra permanecer ocupada. Podem haver, sim, formas mais veladas de exercer as mesmas arbitrariedades de sempre.

A Fretilin se define como um movimento nacionalista, de esquerda, ou como?

— O esforço realizado pela Fretilin tanto no plano interno como externo, para uma mobilização global dos nacionalistas de todas as tendências, não deve ser visto como uma saída de emergência, mas sim como a materialização de uma diretriz política definida pela Conferência Nacional de março de 1981, para organização da luta.

O nosso movimento quer assegurar para Timor Leste um sistema democrático igual ao que existe, por exemplo, em Portugal. Estamos dispostos a assumir quaisquer compromissos com os países vizinhos e com Portugal como potência administrante, compromissos que assegurem um mecanismo de controle nessa matéria.

O amadurecimento político da Fretilin está marcado pelos estigmas da guerra, e por nada deste mundo desejamos arrastar o povo mau-bere para sua destruição.

Lutamos e lutaremos pela independência da nossa pátria, pelas liberdades do nosso povo. E a independência política de Timor Leste rejeita quaisquer formas de dominação estrangeira. ●



“Não desejamos arrastar o povo mau-bere para a sua autodestruição”

O Terceiro Mundo discute sua indústria pesada

Representantes de 55 países se reúnem para analisar suas experiências no campo da indústria siderúrgica e trocar informações e *know-how*

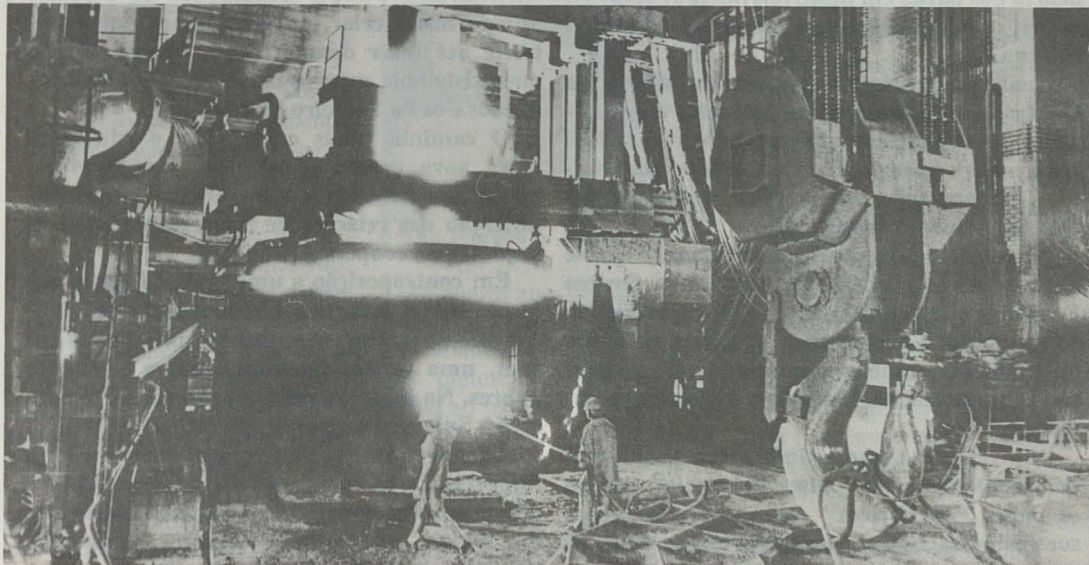
São Paulo reunirá, em novembro, representantes de 55 países do Terceiro Mundo para discutir o desenvolvimento de suas indústrias e do comércio de produtos siderúrgicos. A 1ª Conferência Internacional de Tecnologia Siderúrgica dos Países em Desenvolvimento está sendo promovida pela Associação Brasileira de Metais - ABM - e transcorrerá entre os dias 9 e 14 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, na ca-

pital do estado de São Paulo. Simultaneamente, a ABM estará realizando seu 41º Congresso Anual e a Expomet, feira que expõe equipamentos, projetos e produtos de metalurgia da indústria brasileira.

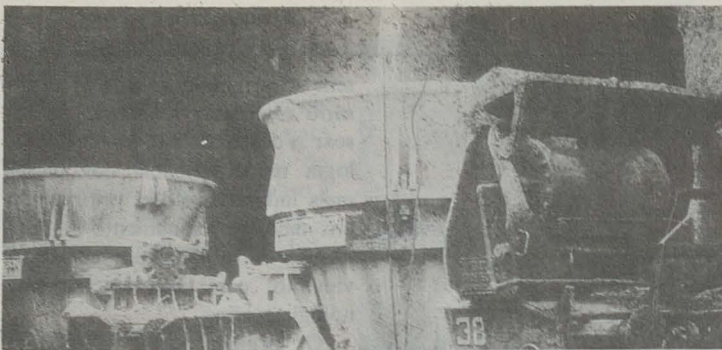
O objetivo da conferência, segundo seus organizadores, é reunir representantes dos países cuja indústria siderúrgica tenha alcançado um estágio expressivo e que terão oportunidade de trocar informações e *know-how*. Eles par-

tem do princípio de que é necessário reverter a tendência de basear o desenvolvimento da tecnologia na experiência dos países mais industrializados, priorizando um maior relacionamento e intercâmbio entre países em desenvolvimento, com experiências tecnológicas afins.

Os organizadores convidaram para a conferência países que têm interesses na siderurgia e todos os da América Latina. O encontro se dará a nível empresarial e técnico, isto é, não-governamental, e reunirá representantes de Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bangladesh, Bolívia, Catar, Chile, China, Colômbia, Coréia do Sul, Costa do Marfim, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Dubai, Equador, Egito, El Salvador, Filipinas, Grécia, Guatemala, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Iugoslávia, Jordânia, Kuwait, Líbano, Malásia, Marrocos, México, Moçambique, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Quênia, Cinga-



"Reunir países cuja indústria siderúrgica tenha alcançado um estágio expressivo para trocar experiências"



Acima, um aspecto da usina siderúrgica de Durgapur (Índia)

pura, Síria, Sri Lanka, Tailândia, zuela, Zaire e Zimbábue.
Tanzânia, Togo, Trinidad Tobago, Durante o encontro, serão
Tunísia, Turquia, Uruguai, Vene- apresentados e debatidos traba-

lhos técnicos abrangendo, em princípio, as seguintes áreas:

1. Estágio atual de desenvolvimento, novas tendências da tecnologia e sua aplicação nos países em desenvolvimento (redução, aciaria, conformação).

2. Aspectos tecnológicos envolvidos, matérias-primas e insumos nacionais.

3. Desenvolvimento de recursos humanos e tecnologias próprias.

4. Tendências do mercado de aço: reflexo sobre a siderurgia dos países em desenvolvimento.

5. Estágio atual de desenvol-

A nova ordem econômica e a cooperação sul-sul

□ A tendência normalmente verificada no Terceiro Mundo é a de buscar tecnologia nos países mais industrializados, onde também em geral compra seus produtos. Os Estados Unidos, o Japão e os países da Europa são os que mais se beneficiam com essa tendência, que, além de aprofundar a situação de dependência dos países em desenvolvimento, agrava o déficit crônico da balança comercial e a dívida externa.

Tentando corrigir essa distorção, as Nações Unidas já promoveram conferências especializadas sobre matérias-primas, produtos industrializados e energia. E criaram o foro da Onudi - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Nesses debates a nível internacional é que se desenvolveu o conceito de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) cujo objetivo fundamental é acabar com as injustiças de um ordenamento econômico montado para satisfazer as necessidades dos países mais ricos e industrializados.

Nas relações de hoje ainda vigoram práticas do colonialismo. Os países "centrais" tratam os países "periféricos" como se ainda fossem suas colônias. São os compradores que ditam os preços, nunca, ou quase nunca, os produtores.

E no afã de preservar seus altos lucros e manter sua hegemonia, os dirigentes do mundo desenvolvido erguem todo tipo de obstáculo ao desenvolvimento de outros povos.

Sob o pretexto de impedir a lógica da "ditadura da maioria", criaram o diálogo Norte-Sul, através do qual têm conseguido protelar, com certo êxito, a "ditadura" dos poucos, mas ricos e industrializados.

A NOEI está projetada para reverter essa situação. Nesse sentido, ela sugere um código de ética para as relações de intercâmbio e outro para controlar as ações das transnacionais. Através da NOEI, a comunidade do Terceiro Mundo busca criar um cenário em que se estreite até fazer desaparecer a imensa brecha que existe hoje entre os países ricos e industrializados e os do Terceiro Mundo.

O caminho mais curto para a edificação dessa nova ordem econômica, para o Movimento dos Países Não-Alinhados, é a horizontalização das relações de intercâmbio entre as nações, ou a cooperação Sul-Sul.

Em contraposição a uma ordem injusta que impõe verticalmente a hegemonia de uns poucos países ricos sobre a imensa maioria dos pobres, uma ordem horizontal entre as nações pobres. No lugar do verticalismo do Norte para com o Sul, uma ordem democrática Sul-Sul.

É dentro desse espírito que se deve avaliar a importância da realização da primeira Conferência Internacional de Tecnologia Siderúrgica dos Países em Desenvolvimento, promovida pela Associação Brasileira de Metais.



“Os países em desenvolvimento têm uma produção siderúrgica compatível com a dos altamente industrializados”

vimento da indústria de fabricação de máquinas e equipamentos nos países em desenvolvimento.

6. Estágio atual da engenharia de projeto nos países em desenvolvimento.

7. Redução (carvão vegetal, coque, redução direta, matérias-primas).

8. Refino (metalurgia de panela, técnicas de fabricação, lingotamento, matérias-primas e insumos).

9. Conformação (produtos planos, não-planos, forjamento, tratamentos térmicos, insumos).

O programa proposto pelos organizadores será enriquecido nos debates, estando aberto a sugestões dos representantes dos países convidados. Há uma grande expectativa com relação à China, Índia e Argentina, que apresentarão 4, 5 e 4 trabalhos respectivamente. Coreia do Sul, México e Nigéria apresentarão dois trabalhos. Angola, Colômbia e o Quênia também anunciaram sua participação com um trabalho cada um. O Brasil apresentará 58 trabalhos.



Brasil: 7º produto mundial de aço

Tecnologias apropriadas

Durante e a s. conferência, será efetuado um programa de visitas ao parque industrial brasileiro. O objetivo é propiciar aos convidados a oportunidade de ver o que o Brasil tem a oferecer em todos os setores – siderúrgico, de bens de capital, elétrico, eletrônico e de informática.

O engenheiro Pedro Dias de Souza, presidente da ABM e ex-diretor da Cia. Siderúrgica Nacional, esclarece que o Brasil hoje produz mais de 20 milhões de toneladas de aço: é o sétimo produtor mundial, detentor de uma tecnologia apreciável. Os países em desenvolvimento, em seu conjunto, produzem mais de 120 milhões de toneladas por ano, o que é uma quantidade razoável, compatível com a produção dos países desenvolvidos. No entanto, os especialistas constataam que, quando um país em desenvolvimento necessita de tecnologia, em geral vai buscá-la num país industrializado. Nem sempre, no entanto, esses países oferecem o melhor para nossas necessidades.

Segundo Pedro Dias de Souza, com experiência de mais de 20 anos no setor de siderurgia, existem no Terceiro Mundo nações que desenvolveram tecnologias mais apropriadas para as necessidades dos países em desenvolvimento. É o caso da Coreia do Sul, da China e do próprio Brasil.

Segundo o presidente da terceiro mundo – 71

O desafio do domínio tecnológico

□ “A 1ª Conferência Internacional de Tecnologia Siderúrgica constitui um passo formidável para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira ao mesmo tempo uma oportunidade para o Brasil contribuir com o desenvolvimento dos demais povos do Terceiro Mundo”. A consideração é do engenheiro Antônio M. Claret R. de Andrade, presidente da Companhia Siderúrgica Paulista — Cosipa —, a mais importante usina do estado de São Paulo. A Cosipa atende a 37% da demanda nacional de laminados planos; 41% de chapas grossas, abastece a 39% do mercado de laminados a frio e 32% do mercado de laminados a quente.

No ramo siderúrgico há mais de 20 anos, o engenheiro Claret está convencido de que o problema do domínio tecnológico no desenvolvimento de um país com as características do Brasil é sobretudo uma questão de vontade política nacional.

O Brasil domina a tecnologia inteira do processo siderúrgico e dispõe de um parque industrial moderno e atualizado. Não obstante, na sua opinião, caso não seguirmos nos atualizando e expandindo o setor, “corremos o risco de ficar para trás”. O presidente da Cosipa está convencido de que o Brasil tem conhecimento e suporte para dar um passo importante no desenvolvimento industrial. Na atualidade exporta 1.5 milhão de toneladas de aço por ano, com índices de qualidade internacional e a preços competitivos. “Somente não dá um salto que o situe entre os grandes exportadores por falta de vontade nacional”, afirma Claret.

E argumenta lembrando que o Brasil tem um parque de produção de aço, um parque de produção de bens de capital e um volume de conhecimento técnico-científico maior que o Japão quando iniciou o salto que o converteu no maior produtor de aço do mundo.

Para ilustrar sua afirmação Claret dá o exemplo da Cosipa, uma usina siderúrgica cuja construção iniciou em 1959/60, inteiramente projetada e construída por brasileiros. Dela saíram quadros que construíram empresas de sucesso na área de engenharia e de projetos. O

mesmo grupo de técnicos formados no desenvolvimento do projeto da Cosipa foi utilizado para executar o projeto do Metrô de São Paulo.

Numa política de intercâmbio técnico-científico entre países do Terceiro Mundo, o engenheiro Claret acredita que a Cosipa pode ser de grande valia. Argumenta que ela tem a vantagem de estar encostada no maior parque industrial da América Latina e a dois centros culturais mais importantes do país: a Universidade de São Paulo, que conta com o maior centro de pesquisas, o Instituto de Pesquisa Tecnológica IPT-USP; e a Universidade de Campinas — Unicamp.

E a atual direção da Cosipa está empenhada em desenvolver um programa de interação com os centros de pesquisas para que os talentos nacionais à disposição coloquem sua inteligência a serviço do desenvolvimento industrial do país.

Nesse sentido a Cosipa tem convênios com a USP e com o IPT, com as universidades federais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com a Unicamp e com a PUC-Rio, para o desenvolvimento de processos de produção de aço, de aços especiais, bem como na área de saúde ocupacional, desenvolvimento de recursos humanos ou informática. Mantém também convênios com o Ceintc do Rio Grande do Sul para estudos sobre o uso do carvão nacional como redutor e acordos com o Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica, para desenvolvimento de pessoal. Com este último patrocinam dez bolsas para doutorado e mestrado desde que o tema escolhido seja do interesse da siderurgia.

“O mais importante para o desenvolvimento de um país é assegurar uma política de formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado tanto na área técnica e de projetos como na de capacidade gerencial. E o Brasil dispõe de alta capacidade técnica e gerencial e, num programa de cooperação, pode colocar as pessoas dentro do processo produtivo”, assinala o engenheiro Claret.

Para o presidente da Cosipa, mais importante do que importar tecnologia é criá-la e dominar todo o ciclo do desenvolvimento tecnológico. Ele aceita que a adoção dessa política traz certos riscos mas que são menores do que o da dependência. E enfatiza: “O Brasil correu esse risco e hoje dominamos completamente o ciclo da siderurgia”.

ABM, o Brasil tem muito a oferecer na área de engenharia e projetos. Está capacitado a projetar usinas siderúrgicas de qualquer dimensão. Na sua opinião, isso faz com que um brasileiro tenha mais capacidade para compreender o que um país como Angola, por exemplo, necessita para seu desenvolvimento do que um norte-americano ou um europeu. Principalmente no que se refere a pro-

blemas de treinamento de pessoal e obtenção de recursos financeiros.

Além disso, o Brasil tem soluções peculiares — como o uso do carvão vegetal em alto-forno — que são altamente convenientes para países tropicais que não dispõem de carvão mineral.

Com a realização dessa 1ª Conferência Internacional, a ABM pretende iniciar um amplo e

duradouro movimento de troca de informações entre os países em desenvolvimento, principalmente entre os latino-americanos, com os quais não existem barreiras como o idioma ou as distâncias, e aos quais estão unidos por uma consciência da necessidade da integração econômica do nosso subcontinente, para atingirmos o desenvolvimento. ●

Paulo Cannabrava Filho

Brasil no restrito clube dos exportadores de aço

O Brasil é o sétimo maior produtor de aço do mundo, com 20,5 milhões de toneladas produzidas no ano passado e uma previsão de 21 milhões de toneladas em 1986. E com o formidável crescimento da indústria siderúrgica ocorrido nos últimos quinze anos, o país entrou também no ranking dos exportadores, tendo vendido este ano 6.3 milhões de toneladas de produtos laminados planos e não-planos (quadro 2).

Segundo o engenheiro Pedro Dias de Souza, presidente da Associação Brasileira de Metais (ABM), a siderurgia é o ramo industrial brasileiro mais eficiente. Mas, ao mesmo tempo, tem sido também um dos mais sacrificados nos últimos anos.

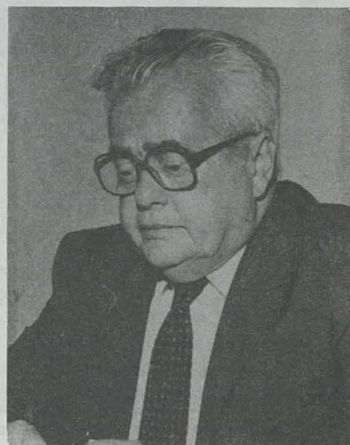
A contenção dos preços dos produtos siderúrgicos, consequência da política de combate à inflação do governo, é a responsável pela crise que o setor vem atravessando. Segundo Dias de Souza, o Brasil é talvez o único país onde há muito tempo o preço do aço no mercado interno é mais barato que o de exportação. Em

geral, os países exportam seus produtos a preços mais baixos.

Agora, a partir da reforma econômica iniciada em 1985, o mercado interno está se recupe-

problema de ordem técnica para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil. Os obstáculos são mais de natureza política.

O presidente da Cosipa, engenheiro Claret de Andrade, também enfatiza que o entrave a um maior desenvolvimento da siderurgia no Brasil é de ordem política. Ele afirma: “Temos tecnologia, um parque industrial instalado e os instrumentos de apoio econômico como BNDS, Finame,



Claret de Andrade (esq.) e Dias de Souza: “assumir o risco e investir para desenvolver uma tecnologia própria”

rando. E a siderurgia brasileira está diante do dilema de expandir-se para atender à demanda ou cortar as exportações, o que não seria muito saudável numa economia ávida de dólares para saldar seus compromissos externos.

Para Dias de Souza, não existe

Pnepe. Falta unicamente a vontade política. Estamos num estágio muito mais avançado que o do Japão quando começou. Mas temos que assumir o risco e investir, principalmente, no desenvolvimento de tecnologia própria. Sem isso, não haverá independência”. ●

Notas de Ciência e Tecnologia

Cuba: programa quinquenal

A Academia de Ciências de Cuba desenvolve, no presente quinquênio, 21 programas técnico-científicos para aplicação imediata em setores fundamentais da economia do país. Especialistas e laboratoristas foram para diversas regiões do interior e lá realizam estudos com cítricos, tabaco e café, artigos com grande peso nas exportações cubanas.



A indústria açucareira cubana também é priorizada nos programas

Outros estudos se relacionam com o melhoramento, conservação e uso de solos com excessiva umidade, erosão ou salinidade. Este último fenômeno é motivo de grande preocupação do governo, pois se dá toda vez que há secas

prolongadas, e extensas áreas agrícolas são afetadas.

Os técnicos examinam também a introdução de novas variedades de cana-de-açúcar e o aproveitamento dos resíduos da indústria açucareira, a principal do país. Já foi conseguida a utilização do bagaço da cana para produção de tábuas empregadas na indústria de móveis, a fabricação de papel branco de primeiríssima qualidade, a obtenção de biogás e a elaboração de alimentos ricos em nutrientes para o homem e o gado.

Melhorar a eficiência, diversificar a produção e elevar a qualidade dos produtos na indústria do níquel, principalmente nas grandes jazidas do noroeste de Cuba, é outro dos programas constantes do plano quinquenal.



Terceiro Mundo: a importância da tecnologia

Durante congresso internacional sobre Perspectivas da Química na Medicina, ocorrido em Bogotá, o secretário de Economia da Presidência da República da Colômbia, Diego Pizano, lembrou a necessidade dos países do Terceiro Mundo de fortalecer sua capacidade científica e tecnológica e "acelerar o processo de transferência de novas tecnologias".

Disse que, enquanto são aplicados grandes recursos para a pesquisa de doenças que afetam as populações dos países do mundo desenvolvido, ficam esquecidas as maiores enfermidades das nações do Terceiro Mundo. Citou, como exemplo, o câncer — dizendo que para cada paciente com esse mal são investidos 200 dólares anuais, e para a malária, apenas dois centavos.

Participaram do encontro 20 cientistas de diversos países, entre eles, três prêmios Nobel: David Baltimore, de Medicina (1975); Walter Gilbert, Química (1980), e Gobind Ehorana, Medicina (1968).

O diretor do Instituto de Imunologia da Universidade de Estocolmo, Hans Peter Perlmann, chamou atenção para as

pesquisas visando à fabricação de uma vacina sintética contra a malária. No entanto, talvez a sua fórmula definitiva e aplicação prática somente venham a ser possível daqui a mais 10 anos.

A vacina tem como base uma substância imunológica elaborada a partir de corpos químicos, não de vírus enfraquecidos ou mortos da enfermidade, como se faz atualmente.

México: a tecnologia na produção de alimentos

"O México precisa dar uma importância maior à sua produção de alimentos e à geração de uma tecnologia eficiente e apropriada às necessidades e características do país. Não poderá continuar, por muitos anos, substituindo a insuficiência de sua produção, através de grandes importações."

A opinião é de Sitaramiah Lakshminarayana, indiano radicado no México, distinguido com o título de professor da Universidade Nacional Autónoma (Unam), pelo seu trabalho no campo da biotecnologia. Para ele, "o México tem que se voltar para suas prioridades e orientar sua política no sentido de atendê-las com a quantidade de recursos que forem necessários".

"Não se trata só de produzir mais e melhor, mas também de criar uma tecnologia que permita a conservação dos alimentos, bem como de suas

propriedades, e sua industrialização", acrescentou. Disse ainda que no México já existe a consciência, por parte dos produtores, da necessidade de combinar o aumento da produção de alimentos com o uso da tecnologia, para o melhoramento das propriedades nutritivas.

Peru: médicos examinam com curandeiros medicina tropical

Curandeiros de 10 comunidades nativas da selva e médicos do Ministério da Saúde do Peru trocam conhecimentos num curso de medicina tropical, no departamento de Madre de Dios, ex-

Cuzco, e biólogos que trabalham na reserva do Parque Nacional Manu.

Para o antropólogo Fernando Fuenzalida, os curandeiros possuem uma ciência própria que pode ser útil aos médicos, se estes os procurarem com "humildade e espírito positivo". Acentua que "não basta transformar os curandeiros em enfermeiros da medicina ocidental".

A agência "Andina" informou que o objetivo do programa "é valorizar, sistematizar e utilizar os conhecimentos dos povos indígenas" referentes à medicina tradicional, assim como identificar espécies vegetais de importância nacional.

No Peru, de acordo com medida adotada durante o governo do general Velasco Al-



Medicina tradicional e indígena: cooperação

tremo sul do país. Segundo a agência oficial "Andina", participam do programa médicos do Hospital Santa Rosa, de Lima, do seguro social, antropólogos do Centro Cori de Pesquisa e Promoção Nacional, sediado em

varado, os curandeiros e as parteiras não sofrem perseguição e atendem com autorização oficial aos setores mais pobres da população de Lima e à população das áreas mais distantes do país.

Imprensa dos EUA alinhada com Reagan

Um jornalista norte-americano, premiado por suas reportagens sobre El Salvador, faz pesquisa e conclui que o público do seu país é desinformado

A partir das eleições presidenciais de El Salvador, em março de 1984, ocasião em que José Napoleón Duarte ressurgiu como a figura central no cenário político do país, a imprensa norte-americana passou a exibir notável mudança: de uma posição crítica quanto à política externa da administração Reagan, passou a refletir pontos de vista semelhantes aos do Departamento de Estado. Tal é a conclusão a que chegou, mediante exaustiva análise, o jornalista Marc Cooper, que ganhou vários prêmios por suas reportagens sobre El Salvador, entre as quais se incluiu uma polêmica entrevista com o presidente Napoleón Duarte publicada pela revista *Playboy* em novembro de 1984.

Cooper analisou mais de 800 artigos dos jornais *The New York Times*, *The Washington Post*, *Los Angeles Times*, *The Miami Herald* e *The Christian Science Monitor*, publicados entre março de 1984 e outubro do ano seguinte. Durante esse período, o caso salvadorenho não foi absolutamente tratado como uma história de repressão, guerra e violação em massa dos direitos humanos, como ocorreu até a véspera da eleição presidencial, mas como um momento de

esperanças de paz e renascimento democrático.

Publicada pela revista *Report on the Americas* do primeiro trimestre de 1986, a análise de Cooper afirma que a imprensa dos Estados Unidos adotou outra óti-



Uma nova face para Duarte

ca para focar o conflito salvadorenho: "Duarte passou a ser um democrata autêntico e um reformista, sinceramente interessado em acabar com a guerra. Os abusos do governo diminuíram e o exército começou a ganhar a guerra contra os rebeldes. Os correspondentes em El Salvador se transformaram num coro que canta loas à política da administração Reagan", observa Cooper.

Quando Duarte assumiu a presidência do país, em junho de 1984, a grande imprensa deu-lhe as boas vindas descrevendo-o como um "centrista moderado" e como o "primeiro presidente democraticamente eleito" de El Salvador. O *Los Angeles Times* o definiu como a "terceira força personificada". Da mesma forma, quando completou seu primeiro mês de governo, as reportagens destacaram sua promessa de acabar com os assassinatos políticos e investigar os esquadrões da morte, ignorando a trajetória anterior de Duarte.

"Fazendo eco a uma versão muito próxima da do Departamento de Estado, a imprensa calou o fato de Napoleón Duarte ter sido o cabeça da junta civil-militar que governou o país de dezembro de 1980 a maio de 1982, período em que chegaram a ser assassinados mil civis por mês pelos organismos oficiais", sublinha Cooper. Nenhum dos artigos publicados analisou a natureza da aliança entre Duarte e os militares.

Silêncio sobre bombardeios

Um dos fatos que revelaram com maior clareza o novo tratamento dado pela grande imprensa norte-americana à questão salvadorenha foi a forma como se

abordou o início do diálogo entre o governo e as forças rebeldes. Dos mais de 30 artigos publicados sobre as conversações de La Palma, em outubro de 1984, só mencionou que a iniciativa do diálogo não tinha sido de Duarte, mas sim dos rebeldes. Além disso, quando as negociações de paz chegaram a um impasse, os correspondentes eximiram Duarte de qualquer responsabilidade e classificaram a posição dos rebeldes de "linha dura", "intransigência" e "sem compromisso".

A matéria da *Report on the Americas*, publicação do Congresso Norte-Americano sobre a América Latina, uma organização não-governamental, salienta que a cobertura jornalística da guerra começou a adotar uma ótica radicalmente diferente da anterior desde que Duarte assumiu o poder. Enquanto que no período 1980/84 os artigos destacavam a ineficiência das forças do governo para combater os rebeldes, em 1985 surgiu uma nova posição, segundo a qual as guerrilhas começavam a perder a guerra. Pouco importava o fato de os rebeldes terem atacado a mais importante base de treinamento do exército, na província de Unión, em 10 de outubro daquele ano, provocando 100 baixas nas forças oficiais. "Essa ação, que contradizia as especulações sobre uma suposta imobilização da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), não mereceu um só artigo que reconsiderasse a correlação de forças militares", informa Cooper.

No que se refere aos bombardeios aéreos, durante os 19 meses analisados por Cooper os jornais publicaram apenas uma dúzia de notas sobre o assunto. Só depois de três anos do início da guerra aérea apareceu um artigo de fundo a respeito no *New York Times*.



A ação da FMLN é ignorada

Do romantismo ao cinismo

"Não é muito fácil explicar por que a cobertura jornalística de um lugar como El Salvador tende a se tornar um ponto de apoio para as posições oficiais de Washington", reconhece Cooper. Uma das causas seria o fato de os repórteres trabalharem sob pressão, exercida principalmente pelos editores nos Estados Unidos, que pouco sabem sobre as complicações centro-americanas e preferem recorrer a fórmulas assimiláveis, como o "conflito Leste-Oeste", "democracia versus comunismo" e "moderação versus extremismo", para explicar os confrontos.

De acordo com a opinião de Cooper, existe também uma inegável pressão ideológica. Os enviados especiais dos Estados Unidos se deslocam em grupo, por razões de segurança e mesmo de estilo, e têm muito mais afinidades entre si do que com o povo salvadorenho.

"Aquele que destoar do coro será provavelmente considerado suspeito por seus superiores, em vez de aplaudido por tomar iniciativas". Seria ingênuo negar os perigos a que se expõe um repórter que escreva uma história passível de ser considerada simpática às forças de esquerda. Cooper lembra o caso de Raymond Bonner, correspondente do *The New York Times*, que foi literalmente obrigado a deixar o seu trabalho depois que alguns funcionários norte-americanos queixaram-se de suas reportagens críticas.

Ocorreu também uma variante, um fenômeno que, para Cooper, poderia ser chamado de "síndrome do deus que cai", que afeta muitos dos correspondentes veteranos em El Salvador. Estes passaram de uma visão maniqueísta, que os levava a uma concepção romântica da guerrilha, a uma conclusão fácil e cínica: os dois lados do conflito (o exército e a guerrilha) são basicamente equivalentes, pois ambos têm armas, matam-se reciprocamente e só entendem a linguagem da violência.

Cooper chega à conclusão de que a cobertura da grande imprensa norte-americana sobre a crise de El Salvador, desde que Duarte assumiu o governo, deixou o público norte-americano profundamente desinformado e sem condições de entender os novos acontecimentos da crise na América Central.

Horacio Castellanos Moya

Notas de Comunicação

Guiné-Bissau: Criada Associação de Jornalistas

A Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau (AJGB) foi criada este mês, em cerimônia presidida pelo ministro guineense da Informação e Telecomunicações, Mussa Djassi, que denunciou a "imprensa estrangeira que procura, através de campanhas de desinformação, pôr em causa as conquistas do nosso povo".

Mussa Djassi afirmou que a AJGB deverá contribuir para a instauração de uma nova ordem internacional de informação, mais equilibrada e justa, e contrapor-se às ações falsas e manipuladas de que os países africanos são alvo.

"O objetivo principal da nova ordem internacional de informação é garantir que o progresso tecnológico no domínio das telecomunicações esteja a serviço do homem e não se transforme num instrumento de alienação e aviltamento da pessoa humana", concluiu o ministro.

Brasil: "Tome Ciência Internacional"

"Tome Ciência Internacional", transmitido aos sábados, das 12 às 14 horas, pela Rádio Roquete Pinto, é o único programa levado ao ar no Brasil que aborda a política internacional. Produzido há nove meses e dirigido por Mário Augusto Jakobskind, tem como

objetivo principal atingir as classes C e D.

Segundo Jakobskind, o programa tem boa aceitação dos ouvintes, principalmente dos subúrbios e do Grande Rio. "Sessenta por cento de nossos ouvintes são da zona norte do Rio de Janeiro e 40% da zona sul, o que vem desmentir certas teorias de que apenas um setor mais intelectualizado do povo se interessa por política internacional".

Mário explica que seu programa "procura informar e fornecer opinião, voltada para uma nova ótica informativa internacional. Tentamos furar o bloqueio, fugindo dos esquemas de agências internacionais tradicionais, dentro de um novo ângulo dos povos do Terceiro Mundo".

"Tome Ciência Internacional" tem um esquema de comentários, em geral sobre os problemas atuais do mundo, seguido de debates sobre uma questão específica, com a participação de um convidado especial e dos ouvintes que, pelo telefone, podem fazer perguntas ou manifestar suas opiniões. A Rádio Roquete Pinto, que pertence ao Estado do Rio de Janeiro, é sintonizada em AM-630.

Felap: dez anos em defesa de uma nova ordem informativa

Ao completar 10 anos de fundação, a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), com sede no México, rea-



firmou seu objetivo principal: a construção de uma Nova Ordem Mundial para a Comunicação e Informação (Nomic). Em informe divulgado nessa ocasião, a Felap assinala que a necessidade da nova ordem foi proclamada a partir da Declaração da Unesco, em 1978. No entanto, frisa o comunicado: "Em razão das pressões dos monopólios informativos e proprietários da tecnologia e recursos, muitos governos retardam, ou simplesmente ignoram a importância da Nomic".

A Felap foi fundada a 7 de junho de 1976, tendo sido seu primeiro secretário geral o jornalista peruano Genaro Carnero Checa, já falecido. Agrupa, atualmente, mais de 70 mil associados de diversas organizações profissionais de 23 países da América Latina e do Caribe. É dirigida, agora, pelo jornalista espanhol naturalizado mexicano, Luis Suárez.

Desde sua criação, a Felap tem mantido uma posição de defesa dos jornalistas presos, perseguidos e exilados do continente, além de lutar pelo aperfeiçoamento da formação profissional e a segurança dos profissionais da imprensa escrita, de rádio e televisão da América Latina.

Canto e dança africanos no Brasil

Martinho da Vila fala da "Kizomba", uma festa organizada para mostrar a arte negra

O cantor e compositor Martinho José Ferreira, Martinho da Vila, está coordenando os preparativos para a realização no Rio de Janeiro, de 19 a 23 de novembro próximo, da 2ª Kizomba, um encontro internacional da cultura negra que ele promoveu pela primeira vez, também no Rio, em 1984.

A 2ª Kizomba contará com a presença de artistas de Moçambique, da África do Sul, de Cuba e dos Estados Unidos, que participarão em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, da inauguração de um monumento a Zumbi dos Palmares, o famoso herói das lutas pela libertação dos negros brasileiros.

Num intervalo da gravação do seu 18º LP, *O Batuqueiro*, Martinho da Vila, que está com as duas pernas quebradas em consequência de um acidente automobilístico sofrido recentemente, recebeu cadernos do terceiro mundo para falar da 2ª Kizomba.

Martinho, o que significa Kizomba?

— Kizomba quer dizer encontro, festa. É uma palavra do idioma quimbundo, de Angola.

Como surgiu a idéia da realização desse encontro no Brasil?

— A idéia surgiu em Angola.

Eu tinha ido lá com um projeto chamado Calunga. Algum tempo depois, quando voltei lá para cantar, convivendo mais com o pessoal da Secretaria de Estado da Cultura, tive a idéia de organizar a Kizomba e o Canto Livre, que contam com o apoio daquela Secretaria e da TAAAG, a empresa aérea angolana, que se encarrega do transporte de muitos dos convidados.

Quando você começou a concretizar a idéia?

— Em 1983, promovemos o 1º

Canto Livre de Angola na Sala Cecília Meireles, no Rio, no Teatro de Cultura Artística, em São Paulo, e no Ginásio Popular, de Salvador, com uma grande festa de encerramento na quadra da Escola de Samba Império Serrano, no Rio. No duro, foi a primeira vez que o Brasil teve um contato direto, pele a pele, com a cultura angolana.

E a primeira Kizomba?

— A 1ª Kizomba foi realizada em 1984, no Pavilhão de São Cristóvão e na Praça da Apoteose, no Rio, com a participação de delegações de Angola, Moçambique, República Popular do Congo, Nigéria, Guiana Francesa e artistas exilados da África do Sul. Cada delegação tinha cerca de 50 membros, de modo que o evento trouxe para o Rio, durante 10 dias, umas 300 pessoas. Do ponto de vista financeiro, tivemos prejuízo, porque choveu e o público não acreditou muito na vinda das delegações estrangeiras. Mas do ponto de vista cultural, foi muito bom, e todas as delegações deixaram o Brasil satisfeitas, o que nos ajudou a organizar o 2º Canto Livre de Angola, no Circo



Oldemar Miranda

Martinho da Vila coordena mais uma vez a grande festa da cultura negra

Voador, no Rio, no ano passado, na Semana de Zumbi dos Palmares, promovida por dois grandes atores brasileiros – Paulão e Pompeu.

Monumento a Zumbi

Onde será realizada a 2ª Kizomba?

– No teatro e na concha acústica



Hélio Santos

Os artistas se apresentam apenas pela importância do evento

tica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O local é excelente, pois o teatro da UERJ é um dos melhores da América do Sul. A inauguração deste segundo encontro internacional da arte negra está marcada para as 10 horas da manhã do próximo 19 de novembro, com a participação de grupos de Moçambique, Cuba e Estados Unidos, bem como de artistas exilados sul-africanos, que irão se juntar a grupos folclóricos brasileiros, de Minas Gerais e da Bahia. Além de se apresentarem nos espetáculos programados até o dia 23, os artistas deverão comparecer à inauguração do Monumento a Zumbi dos Palmares na Praça Onze, em pleno coração do Rio de Janeiro. A data da morte de Zumbi, 20 de novembro, como você sabe, é o Dia da Consciência Ne-

80 – terceiro mundo

gra Nacional, segundo consenso unânime de todas as facções do movimento negro brasileiro, muito embora a abolição formal da escravidão tenha ocorrido a 13 de maio de 1888.

Mas esses eventos não visam lucros?

– Não. O lucro do 1º Canto Livre, por exemplo, foi dedicado

músicos que os acompanharam e atender às exigências básicas que regulamentam os espetáculos públicos. Ah, eu ia esquecendo o grupo de afoxés Filhos de Gandhi, que também se apresentou de graça e com muito sucesso.

Troca de vivências

Além do canto e da dança, de que constam esses eventos?

– A principal finalidade deles é a convivência com diferentes culturas africanas ou influenciadas pela cultura africana. Só isso aí – o intercâmbio de vivências e informações – já vale o esforço. As palestras sobre cultura e sabedoria populares são sempre muito interessantes. Este ano, pedimos que cada delegação inclua uma pessoa de certa idade que possa falar sobre religião, medicina popular, costumes familiares, transmissão de ensinamentos e cerimônias de nascimento, batismo, casamento e morte, na tradição de cada povo. Gravaremos esses depoimentos para transformá-los, posteriormente, em livro. Fizemos e faremos também exposições de artesanato popular brasileiro, de fotografias e de livros de escritores e poetas populares preocupados com a cultura negra, livros que não são facilmente encontrados nas bancas e livrarias.

A Kizomba tem algum objetivo político?

– Não, ela é um acontecimento estritamente cultural, embora eu saiba que qualquer manifestação de criação cultural é também, queiramos ou não, um ato político. Mas eu faço todo o possível para que a Kizomba seja apenas um ato de aproximação de povos com objetivos culturais.

Mas por que você não transforma a Kizomba também num

grande ato político?

— Quando eu quero fazer um ato político de participação, eu faço logo diretamente, como, por exemplo, o grande ato político que coordenei em dezembro passado, em São Paulo, contra o *apartheid*. Foi o maior ato político já realizado no Brasil contra o racismo oficial sul-africano. Lo-

Hélio Santos



A principal finalidade da Kizomba é o intercâmbio das diferentes culturas africanas



Hélio Santos

tamos a Praça da Sé e conseguir fazer sentar à mesma mesa, para debater o tema, empresários como Papa Júnior, o pessoal da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da Conclat (Confederação das Classes Trabalhadoras), e do Sindicato dos Metalúrgicos, todas as facções do movimento negro, igreja católica — tendo à frente dom Paulo Evaristo Arns, o arcebispo de São Paulo, que nos apoiou bastante — e todas as demais igrejas, além de representantes de todos os partidos políticos.

E como foi o ato?

— Ah, foi emocionante. Nem precisamos utilizar uma segurança especial naquela enorme praça lotada. Parecia um daqueles comícios de 1984 pelas eleições diretas

no Brasil. E houve um momento lindíssimo, um ato ecumênico, em que dom Paulo Evaristo Arns ficou de mãos dadas com uma mãe de santo e um rabino, cercado por gente do candomblé, da umbanda, da igreja batista etc., pôis havia de tudo no ato. Muita gente chorou quando começaram os cânticos, sobretudo um belo ponto de candomblé. Consegui levar para a Praça da Sé, entre muitos outros artistas, Chico Buarque de Holanda, Elza Soares, o grupo Blitz, Renato Teixeira, Beth Carvalho — um monte de gente. Foi simplesmente fantástico.

E houve resultados concretos?

— Creio que o ato teve uma influência positiva na mudança do pensamento brasileiro, que se tor-

nou ainda mais contrário ao *apartheid*. Recebemos até, naquele dia, uma mensagem do bispo sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, bem como de muitos artistas — como Gilberto Gil — que não puderam participar. O ato contra o *apartheid* foi a coisa mais importante que já organizei. Foi uma luta árdua, mas valeu.

Você pretende continuar promovendo a Kizomba a cada dois anos?

— Pretendo promovê-la pela última vez em novembro próximo. Espero que dê certo, pois quero provar aos círculos empresariais brasileiros que se trata de um evento viável. Assim, espero que em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão, as grandes empresas comerciais e artísticas do país, com o Ministério da Cultura e as secretarias de Cultura dos principais estados brasileiros, consigam organizar uma Kizomba a nível nacional. Este é o meu grande sonho. Isto eu não poderia fazer, pois tem que ser feito por um grupo financeiramente forte e com o apoio oficial do governo brasileiro. ●

A.J.P.

Câmara Cascudo: uma vida dedicada à cultura popular

Câmara Cascudo, 87 anos de idade – e mais de 160 títulos –, a maioria dedicada à cultura popular e à vida brasileira, morreu, em julho passado, em Natal, vítima de parada cardíaca e infecção pulmonar. Para Carlos Drummond de Andrade, “o que esse homem conhece da gente em usos, costumes, raízes e alma não pode ser avaliado em metro ou peso”.

Antropólogo, etnólogo, historiador e folclorista, Luís da Câmara Cascudo foi também professor, sempre em Natal, cidade que ele se recusava a abandonar. Entre suas obras mais difundidas está o *Dicionário do folclore brasileiro*, ponto de referência para estudiosos de diversas áreas. Seus livros foram vertidos para vários idiomas, entre os quais o inglês, o francês, o alemão, o russo, o espanhol e o italiano.



Em suas pesquisas, Câmara Cascudo conheceu o Brasil inteiro e viajou por países europeus e africanos, onde encontrava farto material para seu

trabalho de compreensão das raízes do que seria o “homem brasileiro”. Em sua *Antologia do folclore brasileiro*, um dos seus mais importantes trabalhos, escreveu a seguinte dedicatória: “Aos cantadores e violeiros, analfabetos e geniais; às velhas contadeiras de histórias maravilhosas, fontes perpétuas de literatura oral do Brasil, ofereço, dedico e consagro este livro que jamais não de ler”.

Na opinião de Jorge Amado, Câmara Cascudo “era um homem que sabia tudo do Brasil, do povo, do folclore, da cultura e da raça. Além disso, conhecia muito bem Portugal e a África, o que lhe permitia um profundo saber sobre as raízes culturais brasileiras”.

Paraguai: livro clandestino denuncia ditadura

Um livro de denúncias sobre a ditadura do general Alfredo Stroessner, com o título “Paraguai, um desafio à responsabilidade internacional”, editado no Uruguai, circula clandestinamente entre dirigentes políticos, jornalistas e organizações não-governamentais paraguaias. Seu objetivo principal é “quebrar o complô do silêncio a nível internacional” e buscar a união “através de uma reflexão comum e crítica, para que o sentimento de abandono, duramente experimentado pelos paraguaios, seja substituído por uma tomada de consciência mais ampla”.

A obra foi editada pelo Secretariado Internacional de Ju-



ristas pela Anistia e a Democracia no Paraguai (Sijadep) e contém as atas do Encontro de Juristas, realizado em Montevideu em dezembro do ano passado. Entre outros colaboradores, estão: Adolfo Pérez Esquivel, argentino e Prêmio Nobel da Paz; Beinisz Szumkier, presidente da Associação Americana de Juristas; William Wipfler, representante do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos; Luis Joinet, membro da subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas; e Charles Harper, representante do Conselho Mundial de Igrejas.

Estão incluídos, ainda, trabalhos dos paraguaios Enrique Bordenave, editorialista do jornal diário *ABC Color*, fechado pela ditadura; Jerónimo Irala, professor de Direito Penal; Miguel Angel González, secretário de Relações Internacionais do Movimento Popular Colorado (Mopoco), de oposição, e Luis Alfonso Resck, ex-presidente do Partido Democrata Cristão.

O livro ressalta a ausência de liberdade de imprensa, as restrições aos partidos políticos de oposição, a submissão do Poder Judiciário, testemunhos da repressão, violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e sindicais, o exílio e o

estado de sítio, como provas que caracterizam o regime paraguaio.

O general Stroessner assumiu o poder em 1954, através de um golpe de estado, e desde então "governa o país de forma discricionária, em permanente estado de exceção, convertendo-se no mais antigo ditador da América Latina". O texto da introdução, "Chamado pela Anistia e Democracia no Paraguai", foi redigido por um escritor daquele país, Roa Bastos, quando exilado na Argentina.

Filme angolano premiado na Tchecoslováquia

O filme *Memória de um dia*, do cineasta angolano Orlando Fortunato, conquistou o prêmio atribuído a uma obra iniciante pela Federação Internacional de Imprensa Cinematográfica (Fipresci), no 25º Festival de Cinema de Karlovy Vary, Tchecoslováquia.

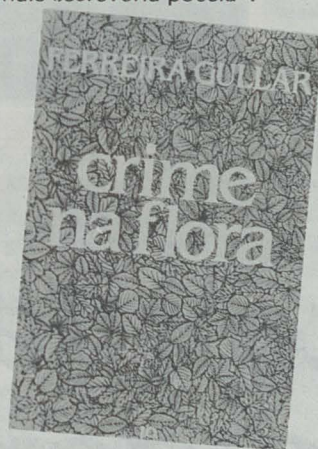
Segundo a federação, o prêmio foi concedido em razão da maneira como o autor soube ligar a poesia do povo com a luta contra o colonialismo. *Memória de um dia* recorda um longo período de exploração e violência colonialista, através de fotos e gravuras antigas, depoimentos vivos e uma parte de ficção.

O grande prêmio do festival, o Globo de Cristal, foi dado à película "Uma rua para morrer", do australiano Bill Bennet, e o segundo, a Rosa de Lidece, ao filme tcheco "Surpresa na noite", de Juraj Herz. "Tur-

ner, o negro", do suíço Xavier Koller, ficou com o prêmio especial. O soviético Leonid Filatov foi o melhor ator. Jane Fonda, Anne Bancroft e Meg Tilly foram consideradas as melhores atrizes.

Escrito há 33 anos, Ferreira Gullar lança "Crime na Flora"

Escrito há 33 anos, somente no mês passado foi lançado o livro do poeta Ferreira Gullar "Crime na flora ou Ordem e Progresso", em que o autor afirma que a obra "ocorreu num período de crise, quando tive a impressão de que não mais escreveria poesia".



Na "orelha" do livro, Antonio Houaiss diz: "Há duas maneiras de justificar a publicação de um texto: porque ele é em si relevante ou porque o texto é um elo de conjunto de textos relevantes. Este é um livro que goza das duas características anteriores: é um nó, um momento, um tempo, um elo extremamente representativo da

obra de um dos nossos grandes criadores contemporâneos; e é de per si, a expressão de um certo modo de criação a que as mentes literárias muito altas não raramente se voltam".

Diz ainda Houaiss que "foi sempre bom que, na luta contra o real, houvesse esses interlúdios demiúrgicos na vida dos grandes poetas, assim como é sempre útil que na evolução da literatura ocorram esses pequenos grandes milagres de beleza irracional, engendrados por vocações racionais, para tentarem explicar capsularmente a grande aventura do uso do mais rico instrumento da humanização do homem, seja, a palavra, a fala, a linguagem, o texto, a língua, uma língua: aqui, a busca vai tão longe que se esboça por vezes a metalíngua, aquela que por definição é a só do poeta e que, por isso, nos emociona e comove, mas não nos diz o que quer — caso queira dizer algo".

Agora, é o próprio Ferreira Gullar quem define o livro: "Foi a coisa mais intuitiva e cega que já fiz, do ponto de vista da consciência racional, que se encontrava bastante neutralizada no processo de criação. É meio policial, mas sempre indireto. Chega a um ponto em que há uma batalha no jardim com as flores, que termina com a frase "Capitão, estão dizimando o exército de Caxias". Mais adiante, há a história do general que se prepara, no jardim, para matar uma mulher, como se estivesse numca campanha, com diários, provisões".

Especial



O escândalo do roubo genético na Índia

Para a grande maioria dos asiáticos, comida é sinônimo de arroz. Quem controlar a sua produção, poderá controlar o destino dos povos da região. Por isso as transnacionais de agricultura tentam impedir que países como a Índia desenvolvam a sua própria tecnologia em matéria de melhoramento das suas culturas.

Esta reportagem, do nosso colaborador Claude Alvares, mostra como os interesses norte-americanos roubaram segredos genéticos descobertos por um cientista indiano.

Em 1982, o dr. M.S. Swaminathan deixou os cargos de secretário do Ministério da Agricultura da Índia, diretor do Comitê de Assessoria Científica do governo e vice-diretor da Comissão de Planejamento, passando-se para o lado da Fundação Rockefeller como diretor geral do Instituto Internacional para a Pesquisa do Arroz (IRRI), sediado em Los Baños, nas Filipinas. O verbo certo é "desertar", já que em nenhum outro lugar do mundo se permitiria que um cientista em cargo estrategicamente tão importante, conhecedor de todos os segredos científicos do país, especialmente na área da produção de alimentos, se ausentasse da noite para o dia a fim de tornar-se empregado de uma fundação de caráter privado, tão estreitamente associada ao capitalismo norte-americano e aos interesses de política externa dos EUA.

O IRRI tinha sido criado em 1960 como parte dos esforços norte-americanos para controlar e dirigir a pesquisa do arroz na Ásia, muito embora os EUA mal consumam arroz.

Um famoso geneticista afirmou há algum tempo: "Quem controlar o abastecimento de

arroz controlará o destino de todos os países da órbita asiática. A coisa mais importante para a maioria dos povos da Ásia não é o capitalismo ou o socialismo, ou ainda qualquer outra ideologia política mas, sim, o alimento, que é a própria vida, e, na maior parte da Ásia, o alimento é o arroz".

Hoje, quando estamos chegando ao fim do século 20, temos de admitir que as pesquisas relacionadas com os dois principais cereais de que a Ásia depende — o trigo e o arroz — são inteiramente dirigidas e controladas por instituições criadas por mãos norte-americanas.

Sob muitos aspectos, a designação do dr. Swaminathan para o cargo de diretor do IRRI poderia ser considerada uma demissão. Na Índia, ele comandava todo um esquema científico que empregava milhares de especialistas, ao passo que, nas Filipinas, iria chefiar somente 200 desses cientistas. A principal compensação era o dinheiro — isento de imposto de renda.

Já nessa época, o IRRI, sempre sob o controle de diretores norte-americanos, andava às voltas com o fracasso de suas variedades de alto rendimento (VARs), à medida que uma semente após outra era vitimada por doenças epidêmicas. Havia urgente necessidade de uma maquiagem expansão do banco de plasma de arroz do instituto — genes que eram essenciais para transmitir maior resistência às VARs. A maior coleção de variedades de arroz, ou seja, de plasma de germes de arroz, estava no subcontinente indiano. A nomeação do dr. Swaminathan era crucial para resolver o problema.

O IRRI não é um instituto científico de primeira linha, mas um centro de pesquisas agrícolas do setor privado. Mesmo assim, é difícil conceber que um homem com os antecedentes de Swaminathan pudesse vir a se tornar seu diretor geral. A menos que importasse mais sua capacidade de realização que sua obra científica.

A Índia é uma terra de arroz, importante elemento de um ecossistema complexo, vinculado a lendas, utilizado como símbolo e parte essencial de muitas cerimônias e rituais religiosos. Seria de esperar que tão grande preocupação com o arroz pro-

Especial

zisse um tipo especial de competência no tocante à sua cultura. De fato, existe na Índia um número espantoso de técnicas de cultivo, algumas das quais colocam os orizicultores indianos num plano bem acima dos de outros países.

É possível que o número de variedades de arroz existentes no país tenha chegado a 1.200.000. São variedades adaptadas a diferentes ambientes, escolhidas e desenvolvidas pelos agricultores para atender a necessidades humanas específicas. Resultam da tendência da natureza para a diversidade, avidamente aproveitada pela ciência indiana.

O Instituto Central de Pesquisas do Arroz (CRRRI), em Cuttack, na Índia, vinha trabalhando com os diferentes problemas da cultura do arroz desde a sua criação, em fins da década de 1950. O dr. R.H. Richharia assumiu a direção do CRRRI em

roz na Índia pode ser dividida em três fases principais. A primeira, que vai de 1912 até os anos 50, concentrou-se na seleção de linhagens puras, levando ao desenvolvimento de 445 variedades melhoradas de arroz. Mas, o que é mais interessante do ponto de vista indiano – e serve de exemplo claro da grande diferença que logo iria surgir entre a ciência indiana e as outras (ou prova a deterioração dessas ciências depois que se colocaram a serviço das modernas empresas agroindustriais) – é a ampla gama de objetivos visados durante essa primeira fase de pesquisas. Gangadharan enumera nove objetivos, a saber: capacidade de produzir mais cedo; resistência a grandes volumes de água ou enchentes; resistência à tendência de colar-se ao solo; resistência à seca; retenção dos grãos; capacidade de hibernação das sementes; capacidade de combate ao arroz-bravo; resistência a doenças; melhor reação ao uso abundante de estrume. Como a própria seleção de linhagens puras se baseia no processo de seleção natural ocorrido ao longo dos séculos, não havia qualquer problema de incompatibilidade entre os genes e o ambiente; também não havia doenças.

A segunda fase foi menos promissora. Teve a ver com o esforço, inicialmente mal-sucedido, de cruzamento de duas variedades, a Nipônica e a Índica. Como observou Gangadharan em uma de suas obras, o objetivo “era transferir o alto rendimento e a reação à esteruminação que caracterizam as variedades nipônicas para as variedades índicas, que são adaptadas às condições de cultivo e às doenças locais. O Japão vinha utilizando adubos químicos desde o início do século, e as sementes nipônicas reagiam bem às condições japonesas, ao passo que as sementes índicas não estavam habituadas a condições de solo altamente fértil”.

Clima atrapalha

O programa foi bem-sucedido somente em quatro casos. O problema era que as nipônicas eram sensíveis às mudanças de luz e temperatura; além disso, as sementes tinham sido trazidas das regiões mais frias



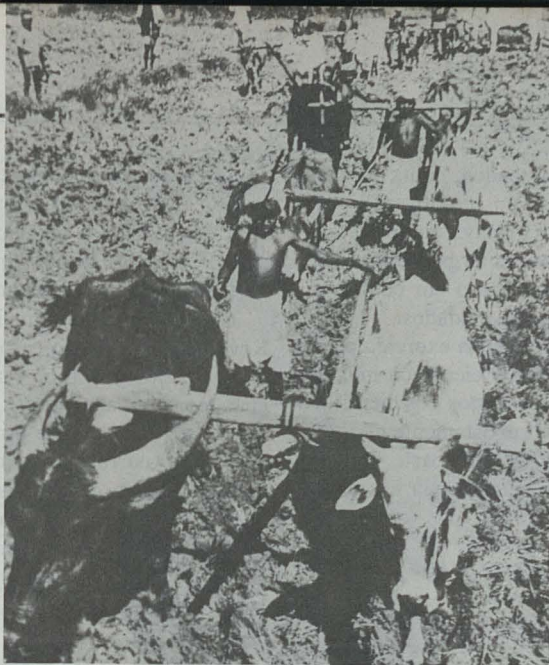
1959. Vários cientistas competentes vinham realizando importante trabalho que, mais cedo ou mais tarde, levaria a uma estratégia indiana para aumentar a produção de arroz. Já em 1963, por exemplo, um dos cientistas do CRRRI, o dr. C. Gangadharan, tinha produzido uma variedade mutante de baixa estatura e de alto rendimento. O instituto vinha também estudando variedades oriundas de Formosa e do Japão. O trabalho era lento: determinar quais as variedades mais estáveis e resistentes a doenças exige muito tempo.

Para Gangadharan, a história da pesquisa do ar-

do Japão. Plantadas no ambiente tropical indiano, produziram resultados negativos. A introdução das variedades semi-anãs das Filipinas interrompeu abruptamente essa linha de pesquisas. Mais tarde, o CRRI importou sementes de uma região de clima mais ameno e temperado do Japão. Dessa vez os esforços foram bem-sucedidos, mas o controle exercido pelo IRRI sobre o programa de pesquisas de arroz impediu a divulgação desse trabalho, não só entre agricultores mas também entre cientistas. Isso nos leva à terceira fase da história da pesquisa do arroz, introduzida pelo IRRI, e que é o objeto de nossa investigação.

O IRRI foi criado a partir de uma sugestão incluída num bilhete redigido por um funcionário da Fundação Rockefeller em 1959. Duas fundações – Rockefeller e Ford – levantaram o dinheiro necessário e o instituto foi inaugurado formalmente em 1960, passando a funcionar a pleno vapor em 1962. Do começo ao fim, o CRRI nada pôde fazer para enfrentar a luta desigual contra o IRRI. Os dirigentes do IRRI literalmente compravam cientistas especializados em pesquisa de arroz, oriundos de diferentes regiões da Ásia, adquirindo para si o que havia de melhor em matéria de talento no continente. Isto se devia simplesmente ao fato de poder o IRRI oferecer salários não só em dólares, mas muito mais altos do que esses cientistas recebiam em seus países, além de acomodações e instrução para seus filhos em qualquer país do mundo.

Em 1966, o IRRI conseguiu seu primeiro sucesso. É importante salientar que, enquanto o CRRI perseguia nove objetivos, o objetivo do IRRI era apenas um. A IR-8 era uma variedade de arroz semi-anã,



“Ainda que o país fosse não-alinhado em questões políticas, uma grande parte das suas normas em matéria de ciência e de economia eram ditadas pelos norte-americanos.”

Virendra Kumar

resultado do cruzamento entre uma variedade anã de Formosa e uma variedade de grande estatura da Indonésia. O que a distinguía era a capacidade de suportar o uso intensivo de fertilizantes e de produzir mais, sem acomodar-se sob o próprio peso (além disso, abriu um vasto mercado para os adubos norte-americanos em toda a Ásia). Sem água, fertilizantes e pesticidas, a IR-8 não se comportava muito melhor que as variedades mais antigas de arroz. A única desvantagem dessas últimas é que tendiam a acomodar-se quando recebiam uma quantidade extra de nutrientes, o que resultava em perdas na colheita.

Como ficou dito acima, o CRRI vinha trabalhando com material idêntico, tendo identificado certas variedades oriundas de Formosa que eram imunes ao ataque de vírus. Quando se anunciou que o governo indiano, cedendo à insistência de especialistas do IRRI, planejava importar grandes quantidades da nova semente IR-8, o dr. Richharia, diretor do CRRI, protestou.

Aparentemente, o governo viu uma contradição na atitude do dr. Richharia. Antes, tinha sido informado pelo próprio CRRI que certas variedades de Taichung poderiam revolucionar a produção de arroz; agora, Richharia protestava contra a importação dessas sementes. A contradição resultava do fato de os burocratas e políticos pouco entenderem de genética: pareciam não compreender que uma semente testada após inúmeras experiências de adaptação ao longo de muitas estações, e em seguida selecionada e reproduzida sempre no mesmo clima, é radicalmente diferente de sementes importadas a granel do exterior. Estas últimas, dada a heterogeneidade da

terceiro mundo – 87

Especial

composição dos embarques, tendem a incluir sementes portadoras de doenças ou suscetíveis a pestes. Mas naquela altura o IIRRI estava tão interessado em produzir suas sementes em larga escala, antes que alguém tomasse alguma decisão em contrário, que não queria saber desse tipo de cuidados.

Além disso, a tremenda influência exercida pelos americanos sobre o *establishment* científico indiano permitiu ao IIRRI ignorar os protestos dos cientistas da Índia. Embora o país fosse supostamente não-alinhado em questões políticas, grande parte de suas normas nas áreas de ciência e economia era ainda ditada pelos americanos.

Logo que a IR-8 e uma outra variedade também desenvolvida pelo IIRRI, e conhecida como TN-1, estivessem consolidadas na Índia e toda a pesquisa do arroz se concentrasse unicamente nas semi-anãs obtidas destas duas matrizes, o IIRRI naturalmente assumiria o controle nesse campo. O poder de influência política e a grande publicidade compensariam quaisquer deficiências do ponto de vista científico. Se desejassem fazer carreira, os cientistas do arroz da Ásia teriam de aceitar e apoiar a orientação do IIRRI.

Um fator adicional que parece ter tido grande impacto sobre o governo indiano na época foi o desastre das colheitas de 1965 e 1966. O que mais pesou na decisão do governo da Índia (e também do governo do ex-presidente Marcos, das Filipinas) de adotar, sem críticas, a tecnologia do IIRRI foi que este último oferecia, pela primeira vez, um método quase automático de produzir alimentos, no qual a produção era controlada pelo governo, não pelos camponeses e agricultores. Se o governo tratasse de concentrar seus recursos em algumas regiões selecionadas usando o "pacote" de VARs, poderia produzir grande quantidade de alimentos, independentemente dos caprichos das estações chuvosas. Além disso, o próprio método agrícola, baseado em insumos dispendiosos, exigia crédito — o que garantia ao governo que boa parte do cereal assim produzido terminaria no mercado, nas mãos dos órgãos oficiais, podendo ser utilizada para manter a estabilidade de preços nas cidades.

Dois eventos importantes acabaram por desfazer

completamente a perspectiva de uma terra prometida abarrotada de arroz. O primeiro foi de natureza econômica: o aumento dos preços do petróleo em 1973 impôs graves limitações a uma estratégia agrícola à base de fertilizantes.

O petróleo mais caro iria tornar os insumos da Revolução Verde tão caros que teriam de ser subsidiados pelo governo, pois, do contrário, seriam abandonados para sempre pelos pequenos agricultores. O segundo grande problema, também irreversível, surgiu na forma de doenças e insetos. O uso de variedades com genes causadores de nanismo provocou um desequilíbrio ecológico, com um aumento dos insetos e o surgimento de novos tipos de peste.



Fracasso reconhecido

O próprio dr. Swaminathan não teve escrúpulos em fazer um resumo do destino que tiveram as variedades produzidas pelo IIRRI. Em um número recente da revista *Mazingira*, ele escreve: "É difícil desenvolver uma variedade que tenha uma vida útil de mais de cinco ou seis anos em ambientes tropicais, a não ser que se descubram e incorporem genes que produzam uma resistência horizontal (mais estável). O cultivo de arroz durante todo o ano faz com que as doenças e os organismos de insetos ocorram em gerações contínuas e aumenta a possibilidade de surgimento de novas estirpes ou biótipos; assim, novos tipos de pestes aparecem continuamente. A variedade IR-8, liberada para cultivo em 1966, sofreu graves ataques de pragas bacterianas em 1968 e 1969. Em 1970 e 1971, surtos de viroses destruíram as colheitas de IR-8 nas Filipinas. A variedade IR-20, liberada em 1969, era resistente à praga bacteriana e às viroses do arroz, e passou a substituir a IR-8 em 1971 e 1972. Mas um surto de gafanhotos pardos e de vírus em 1973 destruiu a IR-20 em quase todas as províncias das Filipinas. A variedade IR-26 era resistente a gafanhotos. Liberada para cultivo em 1973, tornou-se a variedade dominante nas Filipinas em 1974 e 1975. Em 1976, porém, foi atacada por um novo tipo de gafanhoto. Surgiu a IR-36, portadora de um gene diferente, capaz de resistir ao novo

tipo de inseto, e que, dentro de um ano, substituiu a IR-26. É hoje a variedade dominante nas Filipinas. Continua até hoje resistente a gafanhotos, mas começa a ser ameaçada por duas novas doenças que prejudicam o crescimento das plantas, bem como por um novo tipo de gafanhoto”.

Na Índia, a situação era igualmente assustadora. Todas as previsões do dr. Richharia tinham-se confirmado. Uma força-tarefa composta por eminentes pesquisadores do arroz observou que “a introdução de variedades de alto rendimento provocou acentuada mudança na situação de pragas de insetos como mosquitos, gafanhotos pardos, mariposas cujas larvas provocam o fechamento das folhas, lagartas etc. A maioria das VARs liberadas até agora para cultivo são sujeitas a pragas muito sérias, com perdas na colheita de 30% a 100%. Quase todas essas variedades são derivadas da TN-1 ou da IR-8 e, portanto, trazem em si o gene do nanismo conhecido como *di-dji* vo. Essa base genética vem criando uma uniformidade alarmante, provocando vulnerabilidade a doenças e pragas. A maior parte das variedades liberadas para cultivo não é adequada aos planaltos e baixadas que, somados, constituem cerca de 75% da área de cultivo de arroz na Índia”.

A estratégia do IRRI para combater pragas acarretava o desenvolvimento de novas variedades dotadas de genes resistentes, extraídos dos parentes silvestres da planta do arroz e suas tradicionais irmãs de cultivo. Subitamente, pareceu necessário ao IRRI fazer um esforço intensivo no sentido de ampliar sua gama de variedades mais antigas de arroz. Os técnicos do instituto finalmente descobriram que muitas das índicas tradicionais eram importantes doadoras de genes resistentes. Em outras palavras, a estratégia de incorporação de genes exigia vastos recursos de plasma genético, quase todos encontrados na Índia. Na tarefa de coletar esse plasma genético, o dr. M.S. Swaminathan desempenharia papel fundamental. Na Índia, porém, o dr. Richharia mais uma vez constata um obstáculo.



“Richharia criou um dos mais extraordinários bancos de genes vivos do mundo.”

Afastado do serviço público por insistência do dr. Robert Chandler, diretor do IRRI, Richharia recorreu ao Tribunal Superior de Orissa, onde durante três anos, sozinho, travou uma batalha jurídica que arruinou sua família, interrompendo a educação dos seus filhos e causando enorme dano à saúde de sua esposa. Terminou ganhando: em 1970, o tribunal ordenou que lhe fosse devolvida a direção do CRR. Sua reputação estava salva.

Enquanto isso, o governo de Madhya Pradesh nomeara o dr. Richharia para o cargo de assessor agrícola, e o especialista retomara seu trabalho com o afincado de sempre. Em seis anos, tinha criado a estrutura de um novo instituto de pesquisas de arroz em Rajpur, onde, graças a seus dotes extraordinários e grande imaginação, o cientista mantinha o cultivo de mais de 19 mil variedades de arroz *in situ*, com um orçamento insignificante de 20 mil rúpias por ano. A sala que ocupava, misto de escritório e laboratório localizado na vizinhança de usinas de beneficiamento de arroz, não tinha nem um microscópio. Seus assistentes eram dois formandos de agronomia e seis trabalhadores de campo, estes últimos com um salário de 250 rúpias por mês. Desta forma, Richharia criou, praticamente do nada, um dos mais ex-

traordinários bancos de genes vivos do mundo, demonstrando do que são capazes os cientistas indianos quando recebem o estímulo adequado.

Um ataque de ferrugem que devastou a colheita do milho nos EUA em 1970, resultante do intenso plantio de sementes híbridas, todas elas com uma única fonte de citoplasma, aliado aos contínuos ataques sofridos pelas variedades de arroz do IRRI, levaram o organismo a patrocinar uma Oficina de Conservação Genética do Arroz em 1977. Swaminathan participava da "oficina" como observador.

De olho no alheio

Logo em seguida, o olhar cobiçoso do IRRI fixou-se nas 19 mil variedades que Richharia mantinha no Instituto de Pesquisas do Arroz de Madhya Pradesh (MPRRI). Richharia tinha descoberto não apenas um mundo fascinante de variedades tradicionais de arroz, algumas das quais produziam de 8 a 9 toneladas por hectare – mais que qualquer das variedades do IRRI – mas também plantas anãs que não continham o gene do nanismo, suscetível a pragas, das variedades do IRRI. O trabalho de extensão agrícola por ele realizado junto aos agricultores em breve passaria a constituir uma ameaça direta ao próprio IRRI.

Membros do corpo técnico do IRRI viajaram para Rajpur e pediram-lhe o material que ele cultivava. Sempre amparado pela velha tradição científica, Richharia recusou-se a atendê-los, por não ter ele próprio terminado de estudar seu material. Além disso, opunha-se definitivamente a qualquer proposta de "intercâmbio", pois isso significava ceder suas variedades não-contaminadas em troca das variedades vulneráveis do IRRI. O que fez o IRRI? Mandou fechar o MPRRI.

O centro indiano de pesquisas agrícolas elaborou um esquema de desenvolvimento agrícola em Madhya Pradesh, especialmente para o arroz. O Banco Mundial contribuiu com 40 milhões de rúpias. A única condição era: fechar o MPRRI a fim de evitar "a duplicação de trabalho". Numa reunião especial da diretoria do MPRRI, um dos presentes era o principal secretário do governo de Madhya Pradesh, que não fazia parte da diretoria. No passado, esse elemento tinha tido conexões com a Fundação Ford. Foi aprovada uma resolução que mandava fechar o instituto. O plasma genético de arroz foi transferido para o Jawaharlal Nehru Krishi Vishwa Vidyalaya 90 – terceiro mundo

(JNKVV), cujo vice-reitor, Sukhdev Singh, passou a ser também membro da diretoria do IRRI. Cientistas foram enviados ao IRRI para serem treinados em transferência de plasma genético, e a equipe de Richharia foi dissolvida. Nessa ocasião, por sinal, trancaram a sala do dr. Richharia e levaram todos os seus documentos de pesquisa.

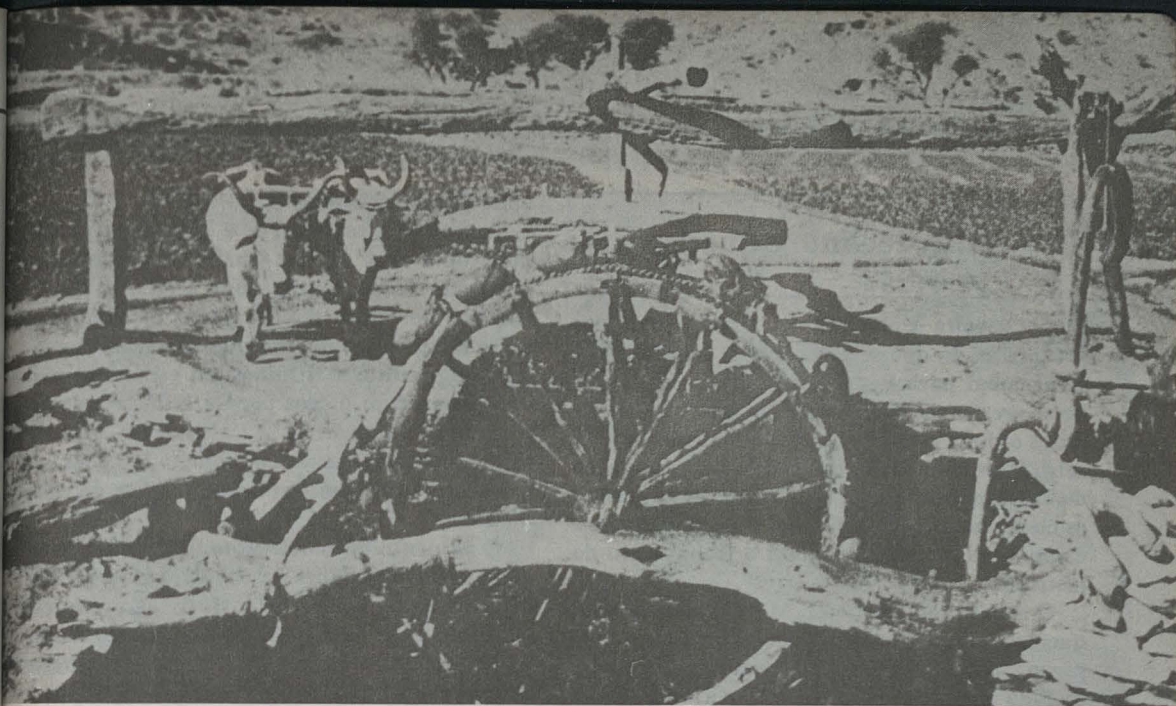
No dia 4 de junho de 1982, o dr. M.N. Shrivastava, pesquisador de arroz do JNKVV, redigiu uma carta a P.S. Srinivasan, funcionário de ligação do IRRI, endereçada aos cuidados da Fundação Ford, em Nova Délhi, anexando dois conjuntos de material solicitados por T.T. Chang, do IRRI: "O primeiro conjunto (264 espécimes) pertence à nossa coleção original, e o segundo conjunto (170 amostras) é parte daquelas variedades consideradas populares pelos agricultores de Madhya Pradesh. O dr. R.H. Richharia aperfeiçoou-as e recomendou que as originais fossem substituídas por estas versões aperfeiçoadas".

Mas, com Richharia afastado da arena, a própria natureza se encarregou de prosseguir na luta. Reagiu com as necessárias mutações e passou a dizimar as novas variedades resistentes a pragas, tornando apenas passageira a utilidade da incorporação de genes. Depois, de uma forma que somente aqueles que aprenderam a respeitar os terríveis métodos da natureza podem compreender, desfechou o seu golpe de misericórdia.

A única vantagem das VARs residia no fato de terem o caule curto, capaz de suportar, sem acomodações, fortes aplicações de nitrogênio. A incorporação de um número crescente de genes das variedades tradicionais de cultivo não só lhes transferiu características de resistência, mas também a tendência à acomodação. Consequentemente, as variedades modernas começaram a perder sua característica de resistência à acomodação, mostrando-se agora inferiores às variedades mais antigas. Uma publicação do IRRI, intitulada *Research Highlights for 1983*, observa:

"As modernas variedades de arroz produzem um alto rendimento de grãos com grandes aplicações de nitrogênio. As aplicações pesadas, porém, aumentam a tendência da planta de ceder sob o próprio peso, o que reduz os rendimentos. Além disso, à medida que se incorpora um nível mais elevado de resistência a insetos e doenças nas variedades semi-anãs modernas, a resistência à acomodação tende a diminuir".

Começava a envolver a Revolução Verde do ar-



J.-C. Lejeune/Black Star

roz. Quais foram, pois, as “realizações” dessa ciência corrupta e politicamente ingênua? (Uma amostra de todo o plasma genético do IRRRI foi enviada para Fort Collins, instalação de segurança máxima dos EUA, sem a permissão do governo indiano.)

Um grupo de trabalho de 33 elementos chefiados por K.C.S. Acharya, secretário adjunto do Ministério da Agricultura indiano, constatou que a taxa de aumento da produção de arroz após a Revolução Verde diminuiu em comparação com a de antes.

Hoje, milhões de hectares de arroz são rotineiramente devastados por gafanhotos pardos e outros insetos – e ninguém paga uma rúpia de indenização aos agricultores que foram induzidos a adotar essa agricultura “modernizada”. As

infestações de insetos foram introduzidas no ambiente indiano. Os dirigentes do IRRRI sabiam o que estavam fazendo, e fizeram-no apenas para manter a primazia do IRRRI a todo custo.

A introdução precipitada e não fiscalizada de VARs resultou numa erosão genética de enormes proporções, pois centenas de variedades tradicionais valiosíssimas foram perdidas para sempre. Somente na década de 80 é que o IRRRI passou a reconhecer o

verdadeiro valor das variedades mais antigas. Que curiosa sequência de eventos! O IRRRI deu início à Revolução Verde do arroz ridicularizando a base da agricultura tradicional – as espécies tradicionais de cultivo, que eram o resultado de incansáveis experiências realizadas pelos agricultores ao longo de décadas – e procurando substituí-la por seu próprio produto, as VARs. Contudo, como as VARs ainda não estavam adaptadas a qualquer ambiente, exigiam cuidados intensivos e terminaram atraindo ataques

massivos de insetos. A proteção só poderia vir das próprias espécies tradicionais de cultivo, as quais, quando as VARs se propagaram, viram-se sobrecarregadas de ameaças.

Qual a solução? Como pode a ciência indiana encontrar-se

em tal estado, 40 anos após a independência do país? Por que o diretor do CRRRI continua ocupando cargo de diretoria no IRRRI desde 1979? Para perpetuar e acentuar a dependência? O IRRRI não tem futuro, seja politicamente ou como instituição de pesquisas. Politicamente, seu futuro estava vinculado ao do ex-presidente Marcos, e os agricultores filipinos já vinham exigindo que o instituto fosse fechado. No que diz respeito à pesquisa, o IRRRI não tem idéias novas

“O mau resultado serve para reafirmar o princípio de que em matéria genética as práticas indianas continuam a ser as melhores.”

IRRI: declínio e queda

A revolta tinha de vir. E veio mais depressa do que se esperava. O Instituto Internacional para Pesquisa do Arroz (IRRI) estava prestes a comemorar o seu jubileu de prata e tinha acabado de receber o Prêmio Terceiro Mundo de 1982, concedido pela Fundação do Terceiro Mundo, de Londres. Agora, porém, os cientistas filipinos, aliados aos agricultores e camponeses do país, exigiam o fechamento do instituto.

O atual chefe do IRRI, M.S. Swaminathan, que provavelmente está à procura de novo emprego, deve saber, por experiência própria, quando abandonar um barco que afunda. Duas pessoas já morreram durante uma manifestação de protesto contra o IRRI e o instituto já teve de pedir a proteção do exército.

Os ataques contra o IRRI começaram em 1982, sendo que os dois primeiros golpes foram assestados por dois eminentes cientistas filipinos. O dr. Burton Onate falou como presidente da Associação Filipina de Economia e Desenvolvimento Agrícolas ao observar que, em suas práticas, o IRRI havia "sugado a energia, os recursos e a riqueza econômica das Filipinas". O dr. Richardo Lantican, brilhante cientista especializado na genética do milho, declarou que institutos como o IRRI tinham tornado o país "subserviente aos interesses das transnacionais" no tocante a sementes, fertilizantes e máquinas agrícolas.

Os agricultores e camponeses filipinos aderiram à campanha contra o IRRI no ano passado. Numa série de reuniões realizadas no período de maio a julho de 1985, importantes associações de agricultores discutiram a tecnologia do IRRI e o fato dela ter deixado endividados os agricultores do país. A linguagem utilizada por essas organizações contra o IRRI foi, ao mesmo tempo, pitoresca e instrutiva. Uma reunião de agricultores da região de Visayas, por exemplo, chegou à conclusão de que o melhor era "abolir o IRRI e, de agora em diante, fazer todo o trabalho de pesquisas no campo,

onde estão as fazendas".

A ofensiva mais séria e eloquente partiu, mais uma vez, do dr. Onate. Segundo ele, o problema fundamental são as sementes do IRRI, que deveriam ser chamadas de "sementes da sabotagem", uma vez que ameaçam "manter os agricultores filipinos em eterna escravidão, trouxeram o caos para a indústria do arroz e para a economia" e "alienaram, destruíram e poluíram o solo e a ecologia filipinos (...) a um alto custo em termos de saúde e de vidas humanas".

O aumento do rendimento oferecido por algumas das variedades desenvolvidas pelo IRRI trouxe algum benefício para os agricultores? Uma série de dados coletados pela Fundação ACES demonstra que 91% dos agricultores entrevistados tinham renda negativa e que, a preços constantes de 1970, a renda de um agricultor médio baixara de 1.212 pesos em 1970 para 747 pesos em 1981.

Duas questões específicas referentes ao IRRI têm sido alvo de muitas críticas. A primeira é a coleção das chamadas variedades tradicionais de arroz mantidas no banco de plasma genético do instituto; ao invés de promovê-las, o IRRI vende variedades "modernas", que são basicamente instáveis. Segundo Onate, a única coisa "decente" a fazer é fechar a unidade de plasma e devolver os tipos indianos aos filipinos. Outras sementes de arroz oriundas de outros países asiáticos devem ser devolvidas a cada um deles. A Índia, por exemplo, receberia de volta cerca de 15 mil de suas variedades.

A outra questão tem a ver com adubos químicos e com a divulgação de alternativas que o IRRI possui mas que, por motivos óbvios, não deseja revelar. Por exemplo, quando os agricultores perguntaram a Swaminathan, durante a conferência de Bigas, por que o IRRI não promovia o uso do Azolla, como vinha fazendo com os produtos químicos de firmas agroindustriais, ele respondeu que o produto oferecia várias "limitações", alegação que foi refutada pelos cientistas filipinos. O próprio IRRI vem usando o Azolla desde 1972.

É fácil prever qual será a reação do IRRI a esta nova onda de protestos: alegar que sua



O dr. Swaminathan, com o prêmio Magsaysay de 1971: subserviente aos interesses das transnacionais

verdadeira finalidade não é melhorar a qualidade de vida do homem do campo. O seu papel é apenas lançar os produtos de suas pesquisas, servindo-os numa bandeja; se eles serão ou não usados, depende dos agricultores, do governo filipino e de seus tecnocratas. Não obstante, todo o financiamento e toda a propaganda do IRRI procuram convencer as pessoas de que o instituto vem executando um trabalho esplêndido, não só no sentido de aliviar o problema da fome, mas também para trazer prosperidade ao homem do campo. De fato, M.S. Swaminathan está atualmente tratando de divulgar o seu novo programa, que ele chama de "Prosperidade Através do Arroz". Em seu número de março de 1984, o *Reporter*, boletim do IRRI, dizia que os diretores do instituto tinham aprovado uma nova estratégia a ser empregada nos ambientes desfavoráveis que predominam nos países do Terceiro Mundo, onde, naturalmente, reside a maioria dos agricultores pobres. Se o programa realmente visa a isso, está chegando com 25 anos de atraso.

Dizem os agricultores que não só não se beneficiaram com a tecnologia do IRRI, mas perderam um sistema de cultivo que era mais eficiente, usava menos energia e dependia menos da economia mundial e da agroindústria. O que pretendem fazer para retornar ao antigo sistema? A Diretoria de Assistência aos Agricultores, a Organização Nacional de Agricultores (KMP) e outros grupos que compareceram à conferência de Bigas já começaram a intercambiar variedades mais antigas de sementes de arroz. Os agricultores de Luzon, principal região da Revolução Verde, onde as velhas sementes desapareceram completamente, passaram a receber sementes dos agricultores do planalto e de outras regiões. Quer o IRRI venha ou não a ser fechado, os agricultores filipinos não querem mais saber de lidar com ele. É bem possível que, em breve, vejamos uma situação paradoxal, na qual as sementes do IRRI serão menos utilizadas exatamente no país que lhe serve de sede: as Filipinas. Parece que, finalmente, começa o fim da Revolução Verde.

Especial

— e hoje visita ansiosamente a China para aprender as técnicas chinesas de cultura de arroz híbrido, que promete ser o próximo passo para aumentar o rendimento das safras de arroz.

O CRRI possui talento suficiente para igualar a ciência chinesa. Mantém ainda um acesso vital a centenas de variedades silvestres (contagem recente feita nos centros de coleta de arroz indica que existem ainda cerca de 44 mil variedades). Portanto, o que deve ser feito?

Em primeiro lugar, o CRRI deve ser promovido à posição de organização internacional, pois esta é a única garantia segura do financiamento de que ele necessita, e que lhe vem sendo negado desde que os políticos indianos resolveram apoiar a ciência do IIRI. Atualmente, a unidade de plasma genético do CRRI não possui nem mesmo um jipe para fazer a coleta de variedades de arroz.

Em segundo lugar, quaisquer novas exportações de plasma genético para o IIRI devem ser proibidas, pois esse plasma é parte do acervo nacional da Índia e sua preservação é imposta pela Constituição do país, no capítulo sobre os Deveres Fundamentais do Cidadão. Em terceiro lugar, deve-se tratar de substituir gradualmente as variedades de arroz do IIRI, bem como todas as outras delas derivadas, por variedades indianas que se mostram produtivas no campo. Isto já vem acontecendo nas Filipinas: os agricultores mantêm entre si um intercâmbio de antigas variedades de arroz, repudiando as sementes do IIRI que eles corretamente chamam de “sementes do imperialismo” e “sementes de sabotagem”.

Jagdish Agarnai



Programa sabotado

A nível de governo, parece ter havido na Índia certa compreensão de que a revolução do arroz tinha fracassado devido a fatores ambientais e econômicos. A falecida primeira-ministra Indira Gandhi havia encomendado ao dr. Richharia um plano de aumento da produção de arroz. O plano foi apresentado e Richharia jamais voltou a ouvir falar dele. Recentemente, o governo de Madhya Pradesh apressou-se a encontrar verba em seu orçamento para fazer com que Richharia retomasse o seu trabalho. A idéia finalmente foi eliminada pelas mesmas forças que tinham levado ao fechamento do MPRRI.

Mais de 25 anos já se passaram nesse flerte dispendioso, perdulário e ecologicamente insensato com as coisas que nos vêm do exterior. O triste resultado serve apenas para reafirmar o princípio de que — apesar do contínuo fascínio indiano pela ciência ocidental — as coisas locais são ainda as melhores para o verdadeiro desenvolvimento de nosso país.

●
Claude Alvares



lecar

*O tempo e os problemas
do nosso povo não param
de crescer. Impõe-se que,
cada vez mais, um maior
número de pessoas*

*desperte este país,
discuta o Brasil, mas
em alto e bom tom,
com os pés no chão.
Comece por você, já!*

TERRA FIRME

REVISTA TRIMESTRAL

<p>Junte ao(s) pedido(s) cheque nominal ou vale postal (ag. central) no valor correspondente.</p>	SE VOCÊ CONSEGUIR	GANHA DE BRINDE:
	<p>3 assinaturas de Terra Firme 2 assinaturas de Terra Firme 1 assinatura de Terra Firme</p>	<p>1 LP de "Radamés Gnattali" 1 assinatura trimestral de O País 04 semanas de O País</p>

OBS.: assinatura p/ exterior: US\$ 25.

Cupom de Brinde

<p>Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: <input type="checkbox"/> 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom. (a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). <input type="checkbox"/> 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.</p> <p>Data: / /</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do comprador</p> <p>Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Tel.: Estado: Cep: Profissão:</p> <hr/> <p>Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: <input type="checkbox"/> 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom. (a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). <input type="checkbox"/> 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.</p> <p>Data: / /</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do comprador</p> <p>Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Tel.: Estado: Cep: Profissão:</p> <hr/> <p>Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: <input type="checkbox"/> 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom. (a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). <input type="checkbox"/> 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.</p> <p>Data: / /</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do comprador</p> <p>Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Tel.: Estado: Cep: Profissão:</p>	<p>De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$ em () cheque nominal ou () vale postal — ag. central — em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.</p> <p>Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que os mesmos estiverem totalmente quitados.</p> <p>Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Estado: Cep: Profissão:</p>
---	---

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Depto. Comercial, Rua da Lapa, 180 grupos 1105 a 1110 — Plo de Janeiro - RJ - CEP 20041 - Tels.: (021) 222-5771 / 252-7440

Humor



Sergio Staino (Itália)

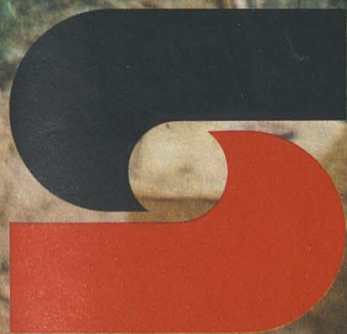


*nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260



CHEQUE
PARA QUEM PAGA.
DINHEIRO
PARA QUEM RECEBE.



BANERJ

O BANCO QUE
O POVO ELEGEU

CHEQUE VERDE